

SERGIO DA SILVA SANTOS

**A VARIAÇÃO
LINGUÍSTICA NOS
JORNAIS ESCRITOS DE
RIO BRANCO**



**Universidade Federal do Acre
Mestrado em Letras: Linguagem e
Identidade
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SERGIO DA SILVA SANTOS

**A variação linguística nos jornais
escritos de Rio Branco**

Dissertação de Mestrado em Letras, Linguagem e
Identidade, apresentada à Banca Examinadora da
Universidade Federal do Acre, como requisito à
obtenção ao título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Cruz Cerqueira.

Rio Branco – Acre

Universidade Federal do Acre

Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade

2008

© SANTOS, S. S. 2009.

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal do
Acre

S237v

SANTOS, Sergio da Silva. **A variação lingüística nos jornais escritos de Rio Branco.** 2009. 136f. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Acre, Rio Branco – Acre, 2009.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Cruz Cerqueira

1. Variação, 2. Lingüística, 3. Escrita, 4. Jornal escrito, I.
Título

CDU 070 (811.2)

SERGIO DA SILVA SANTOS

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS JORNAIS ESCRITOS
DE RIO BRANCO**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação (*Strictu sensu*) em Letras/Linguagem e Identidade, da Universidade Federal do Acre, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Rio Branco, 20 de março de 2008

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Vicente Cruz Cerqueira
Universidade Federal do Acre

Prof^a. Dr^a. Lindinalva Messias do Nascimento
Chaves
Universidade Federal do Acre

Prof^a. Dr^a. Antonieta Buriti de Souza Hosokawa
Universidade Federal do Acre

RIO BRANCO- ACRE
2008

DEDICATÓRIA

À minha Mãe, Laura, Laurinha, Laurenice, a quem devo quase-tudo,
e
A Odete Maria, a quem devo o resto.

In memoriam

AGRADECIMENTOS

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com este trabalho;

A Maria José, professora-amiga e amiga-professora, pelo incentivo e pela amizade;

A Dinah Rodrigues, pela minha inserção na pesquisa;

À colega e professora Lindinalva Messias, pela cortesia e pelas aulas de francês...
Ah, et pour le resumè;

Aos colegas Weyder Monteiro e Gleiciane Nunes, por acreditaram em mim e me incentivarem;

Aos professores da graduação: Lindinalva Messias, Socorro Calixto, Simone Lima, Olinda Assmar, Vicente Cerqueira, Dinah Rodrigues, Marco Antônio, Dulcéia Mota, Laélia Rodrigues, por me ensinarem o prazer do estudo;

Aos meus ex-professores: Ernani Ferreira, Maria do Carmo (*in memorian*), Rosa, Juscilene, Giselda, Marisa, Ivanilde, Hélio Smolin, Francisca (Tica), por terem sido parte de mim um dia;

Ao Professor Vicente Cruz Cerqueira, pela paciente orientação;

À minha família, por me aturar durante todo esse tempo;

Ao meu amor, pela aceitação da minha ausência e pelo sorriso doce;

E enfim, a mim, sem cuja existência e teimosia, isso tudo não seria possível.

“A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
Vinha da boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil

Ao passo que nós
O que fazemos
É macaquear
A sintaxe lusíada
A vida com uma porção de coisas que eu não entendia bem
Terras que não sabia onde ficavam...”

Manuel Bandeira, “Evocação do Recife”, 1930

A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NOS JORNAIS ESCRITOS DE RIO BRANCO

Sergio da Silva Santos

RESUMO: Este trabalho apresenta um estudo da variação lingüística nos textos escritos dos jornais publicados diariamente em Rio Branco, *A Gazeta*, *O Rio Branco*, *Página 20* e *A Tribuna*. No capítulo I, tem-se um estudo teórico sobre a variação lingüística, seu objeto de estudo, seu campo atuação, e apontamentos sobre sua importância para o estudo da língua portuguesa. No capítulo II, tem-se como preparo para a análise do *corpus*, considerações sobre as diferenças da Gramática Tradicional e da Gramática Natural, além de alguns apontamentos acerca da fonologia, morfologia, morfossintaxe e sintaxe. No terceiro e último capítulo, são feitas as análises do *corpus* da pesquisa e a apresentação dos resultados obtidos. Não foi encontrada nenhuma ocorrência de nível fonético-fonológico e de nível morfológico, em função de o *corpus* tratar-se de textos escritos. Foram encontradas 11 ocorrências de variação de nível sintático, correspondentes à concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal. Os dados evidenciam uma quantidade maior de ocorrências de variação da concordância verbal (6 ocorrências), em relação à quantidade de ocorrências de concordância nominal (apenas 3 ocorrências). Quanto às ocorrências de variação da regência, observa-se uma diferença mínima entre a regência nominal, com 2 ocorrências, e a regência verbal, com 1 ocorrência apenas. Depois das análises, seguem as conclusões, cujo aspecto mais relevante é a constatação projetada pelo trabalho de que há inserção de variantes lingüísticas em textos escritos, e de estas ocorrerem mais evidentemente no nível sintático, fenômeno natural da variação em textos escritos.

PALAVRAS-CHAVE: Variação, Lingüística, Escrita.

LA VARIATION LINGUISTIQUE DANS LES JOURNAUX ÉCRITS DE RIO BRANCO.

Sergio da Silva Santos

ABSTRACT: Ce travail présente une étude de la variation linguistique dans les textes écrits des journaux quotidiens de Rio Branco: *A Gazeta*, *O Rio Branco*, *Página 20* e *A Tribuna*. Dans le chapitre I, on a une étude théorique de la variation linguistique, son objet d'étude, son aire d'action et des notes sur son importance pour l'étude du portugais. Dans le chapitre II, on présente, comme support pour l'analyse, des réflexions sur les différences de la Grammaire Traditionnelle et de la Grammaire Naturelle ainsi que des notes sur la phonologie, la morphologie, la morphosyntaxe et la syntaxe. Le troisième et dernier chapitre est centré sur les analyses du *corpus* de la recherche avec leurs résultats. Aucune occurrence au niveau phonétique-phonologique ou de niveau morphologique a été trouvée, ce qui s'explique par le fait des textes écrits. Par contre, onze occurrences de variation au niveau de la syntaxe, soit accord verbal et nominal, soit régence verbal et nominal ont été trouvées. Les données montrent une quantité majeure d'occurrences de variation d'accord verbal (6 occurrences) par rapport à la quantité d'occurrences d'accord nominal (seulement 3 occurrences). En ce qui concerne les occurrences de variation de la régence, on observe une petite différence entre la régence nominale, avec deux occurrences, et la régence verbale avec seulement une occurrence. Après les analyses se suivent les conclusions dont l'aspect le plus important est la confirmation de l'hypothèse initial du travail: il y a l'insertion de variantes linguistiques dans des textes écrits; ces occurrences se passent plus évidemment au niveau syntathique, ce qui est un phénomène naturel de la variation dans des textes écrits.

MOTS-CLÉ: Variation, Linguistique, Écriture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A LÍNGUA VARIA	19
1.1 A NORMA LINGUÍSTICA	24
1.2 AS VÁRIAS NORMAS	31
1.3 O HOMEM E A COMUNICAÇÃO	34
1.4 SOCIOLINGUÍSTICA: A CIÊNCIA DA VARIAÇÃO	38
1.4.1 Sociolinguística: a ciência da fala?.....	42
1.5 O TEXTO JORNALÍSTICO: O EQUILÍBRIO ENTRE AS NORMAS.....	44
1.5.1 O “erro” e o preconceito lingüístico	44
1.5.2 O texto jornalístico e as normas	47
2 A ESCRITA QUE VARIA: UMA ANÁLISE VARIACIONAL DE TEXTOS JORNALÍSTICOS ESCRITOS	53
2.1. O CONTEXTO COMUNICATIVO DE RIO BRANCO E O <i>CORPUS</i>	53
2.2 GRAMÁTICA NORMATIVA X GRAMÁTICA NATURAL.....	54
2.2.1 A Fonologia	57
2.2.2 A Ortografia	58
2.2.3 A Fonologia, a Ortografia e a variação linguística.....	61
2.2.4 A Morfologia	63
2.2.4.1 A estrutura das palavras: estudo dos morfemas	66
2.2.5 A Morfossintaxe	72
2.2.6 A Sintaxe.....	73
3 ANÁLISE DAS VARIAÇÕES NO NÍVEL SINTÁTICO	78
3.1 A CONCORDÂNCIA	78
3.1.1 A variação linguística na concordância	81
3.2 AS OCORRÊNCIAS DE VARIAÇÃO NO NÍVEL SINTÁTICO	83
3.1.1 As ocorrências de CN	83
3.2.2 As ocorrências de CV	99
3.3 A REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL	117
3.3.1 As ocorrências com regência nominal	121
CONCLUSÃO	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

INTRODUÇÃO

Todo profissional de educação que tem como missão ensinar conteúdos, conceitos e valores encontram dificuldades, que são comuns ao ofício de professor. Essas dificuldades podem ser desde problemas da infra-estrutura até deficiências no sistema, que muitas vezes não atendem às necessidades dos professores. Nesse caso, todos os professores são vítimas e têm de fazer muito além da sua obrigação para solucionar os problemas e assim cumprir a sua função mestra, transmitir conhecimentos que servirão de base para a formação de cidadãos. Em cada âmbito disciplinar existem problemas específicos. Para os profissionais que lidam com o ensino de língua portuguesa, os problemas mais comuns são os questionamentos acerca da distância que parece existir entre os ensinamentos da Gramática Tradicional – de caráter normativo (doravante GT) e a língua falada. Os alunos percebem, assim que iniciam o processo de alfabetização, que a escrita não é a representação da fala tal qual se supunha, em que todos os fonemas são representados “sempre” pela mesma letra; ao contrário, descobrem um sistema complexo de regras que lhes dão a impressão de estarem falando outra língua.

Esses questionamentos, que certamente são comuns em todas as línguas, precisam de um pouco de atenção. O que de fato ocorre, quando as crianças vão à escola e iniciam o processo de aprendizagem da escrita, é que, diferentemente do que elas imaginavam, não há uma correspondência fiel entre a fala e a escrita. Inicialmente o processo de compreensão das diferenças entre as duas modalidades dificulta a aprendizagem porque o ensino se volta às “famosas” regras da gramática tradicional. Começa então complexa relação *certo x errado*, que indiretamente vai inculcando nos alunos o preconceito linguístico, pois a concepção do “certo” desperta o reconhecimento e a rejeição do que é tido como “errado”, levando o sujeito ao policiamento do seu processo de fala e ao julgamento do processo do outro.

Essas dificuldades se evidenciam no processo de aprendizagem da escrita quando os alunos se deparam com as “regras” da ortografia, como por exemplo, distinguir com precisão quando a letra “x”, por exemplo, deve ser lida como /š/, /z/, /s/ ou /ks/. Callou, Leite (2003) tecem considerações a respeito do processo de alfabetização quando o aluno passa a ter contato com a relação *som x escrita*:

Pode-se dizer que o indivíduo está alfabetizado quando ele compreende perfeitamente a base do nosso sistema alfabético, quando ele entende que em um sistema de escrita existe uma relação som/letra. Não chega a aprender, no entanto, muitas vezes, como essa relação se estabelece em situações específicas, já que no nosso sistema de escrita um mesmo som pode ser representado por várias letras ou uma mesma letra pode ser representar vários sons. É necessário, pois, conhecer a *convenção ortográfica que regula a relação som/letra na escrita da nossa língua*, uma vez que os estudos grafemáticos vieram mostrar que *os sistemas fonológicos e grafêmicos são autônomos e quanto mais o sistema gráfico se desenvolve mais eles se afastam* (CALLOU, LEITE, 2003, p. 112) [grifos nossos].

Conclui-se então que as dificuldades enfrentadas pelos aprendizes do sistema alfabético, justificam-se pela convenção à qual estão submetidas às regras ortográficas, que, embora sejam elaboradas sob princípios linguísticos, não conseguem estabelecer uma relação de univocidade entre o som e a letra que o representa. Essa dificuldade se explica porque a ortografia não segue apenas o princípio fonológico, mas também etimológico, resultando, ao mesmo tempo, numa série de regras que visam à uniformidade da língua, e, numa série de exceções dessas regras. Um exemplo disso são os verbos formados por processo de derivação sufixal a partir do sufixo *-izar*, cuja “regra” é utilizar a letra z quando as palavras das quais derivam os novos vocábulos não apresentam em sua estrutura primitiva a letra s. Contudo, a palavra *catequese*, grafada originalmente com s, forma o verbo com terminação *-izar*, em função da etimologia, pois é oriunda da forma latina *catechizare*, que por sua vez vem do grego *catechizo*, constituindo uma exceção da regra de formação a partir da manutenção da estrutura s. Segundo as regras da ortografia, as palavras que possuem a letra s na sua estrutura original, devem formar os verbos com o sufixo *-isar*, como *paralisar* e *analisar*, derivadas, respectivamente de *paralisia* e *análise*. No caso de *catequese*, *síntese* e *batismo*, por exemplo, obedece-se a uma estrutura cuja referência o falante não possui, que são as estruturas primitivas das palavras, identificadas pela etimologia, o que implica a formação por

princípios que o falante também desconhece, constituindo, assim, a formação desses vocábulos, uma espécie de exceção da regra.

Além disso, a GT passa a ser o principal instrumento para a aprendizagem da língua, e a metodologia utilizada pelo professor quase sempre se resume a fazer os alunos decorarem os milhares de regras e exceções. Como se não soubesse que a gramática é a estrutura da língua, seu conjunto de regras, um compêndio que a descreve, mas não a sua materialidade, pois esta é anterior à Gramática, que é mero estudo da língua; os professores insistem em valorizar a norma padrão e esquecem que a finalidade do ensino da língua portuguesa é capacitar o aluno à comunicação e à expressão. A respeito do ensino da escrita, Kato diz que:

A função da escola na área da linguagem é introduzir a criança no mundo da escrita, tornando-a um cidadão funcionalmente letrado, isto é, um sujeito capaz de fazer uso da linguagem escrita para sua necessidade individual de crescer cognitivamente e para atender às várias demandas de uma sociedade que prestigia esse tipo de linguagem como um dos instrumentos de comunicação (KATO, 1995, p. 07)

A imposição da Norma Padrão (NP) leva o indivíduo a construir estruturas que estejam de acordo com o que se considera “correto”. Contudo, essa tentativa de utilização da NP, cujas regras são complexas e por isso precisam de uma análise específica, que a espontaneidade da fala não permite em muitas situações, leva o falante a misturar o que é normativo com o que não é reconhecido pela GT, ou seja, a tentativa de falar “certo” pode levar ao “erro” por vários processos, que são explicados linguisticamente. O processo de autocorreção, por exemplo, que “são as correções que um falante aplica aos erros do seu próprio enunciado, no momento em que percebe que este não corresponde ao que ele queria dizer” (DUBOIS, 2004, p. 80), faz com que o sujeito, ao tentar corrigir uma estrutura que lhe pareceu estranha à língua, reproduza outra estrutura, muitas vezes não preconizada pela GT. Um exemplo disso são alguns casos de concordância, quando o falante, achando que determinados vocábulos devem concordar com outros termos em número, gênero ou pessoa, constroem relações de concordância ideológicas ou silepses. Na estrutura *O pessoal foram para casa cedo*, observa-se a concordância que obedece não à estrutura da palavra no *pessoal*, no singular, mas à ideia de grupo que o substantivo expressa, levando o verbo da oração para o plural, concordando ideologicamente a quantidade no plural. As silepses, contudo, gozam ainda de prestígio porque são

reconhecidas, em sua maioria, por uma utilização figurada ou com o propósito da ênfase, como na frase citada, cuja justificativa para a concordância ideológica se dá pelo fato de o falante se incluir no grupo, levando o verbo para a 1ª pessoa do plural. Porém, outros exemplos de autocorreção são considerados “erros” gramaticais. Assim, quando o falante, ao tentar construir estruturas frasais com o pronome indefinido *menos*, por exemplo, tendem a concordar com o substantivo ao qual ele faz referência, resultando em frases do tipo *Menas pessoas chegaram*. Consideramos essa frase como um exemplo de autocorreção pelo fato de o falante, considerando a estrutura *menos pessoas chegaram* discordante, pelo fato de os indefinidos concordarem em sua maioria com o substantivo, estabelecem uma concordância “errada”. Em muitos casos, o falante primeiro produz a estrutura correta, e, achando que esta está “errada”, reconstrói-a com uma nova concordância, desta vez, não preconizada pela GT.

O que se percebe é que as “regras” que regem a busca da “forma correta” não são completamente assimiladas pelo falante, levando-o a misturar os dois registros, não só porque é quase impossível a assimilação e utilização completa da norma culta e porque a fala é um sistema de produção da língua diferente da escrita. Uma das diferenças mais ressaltadas quando se relaciona fala e escrita, é que aquela não “exige” a norma padrão enquanto esta deve ser produzida sob os rigores da norma culta. As observações de Marcuschi (2004) a respeito das diferenças entre fala e escrita deixam bem claro que, embora se tratem de modalidades diferentes, em muitos momentos e dependendo da situação, as características são praticamente as mesmas. Uma palestra, por exemplo, embora se constitua num texto falado apresenta toda uma organização e estruturação comum da língua escrita, do mesmo jeito que um texto escrito que é falado num programa para jovem, pode apresentar figuras, gírias e outros elementos textuais comuns da língua falada. Contudo, não se pode desconsiderar que são situações específicas e pouco comuns, e que mesmo nessas situações as marcas características da produção efetiva é que prevalecem na estrutura linguística, pois numa palestra, por exemplo, quando o palestrante faz a leitura de um texto, a base é o texto e não a fala.

O que se pode observar é que as diferenças entre fala e escrita podem se estreitar em algumas situações, mas nunca se igualarem, e que determinadas características típicas da fala, como a variação linguística, são encontradas também em textos escritos. Pesquisas com textos de *A Folha de S. Paulo* desenvolvidas por

Bagno (2001) mostram, por exemplo, nas estratégias de relativização, o apagamento da preposição diante dos pronomes relativos quando estes servem de complementos a palavras que regem preposição, como na frase *Ele perguntou por parente que ela não se lembrava* (BAGNO, 2001, p. 94). No período, observa-se o apagamento da preposição *de*, que deve preceder o pronome relativo *que*, o qual exerce a função sintática de objeto indireto do verbo **lembrar**, que, sendo pronominal, é transitivo indireto e tem como regência a preposição **de**. A estrutura então deveria ser construída *Ele perguntou por parente do (qual) ela não se lembrava* ou ainda *Ele perguntou por parente de ela não se lembrava*. Esse fenômeno, comum na língua falada, tem mostrado grande aceitação do apagamento da preposição regida pelo verbo diante dos pronomes relativos, em textos escritos, conforme expressa a percentagem de 79,5% de ocorrências nos textos pesquisados por Bagno (2001, p. 95).

Os resultados de pesquisas servem para mostrar o quanto é difícil ou impossível reproduzir a norma padrão, que busca uma língua ideal. Compreendemos como norma padrão, um conjunto de regras que estabelecem como “devem” ser utilizadas as línguas. Segundo Bechara, “a norma contém tudo aquilo que na língua não é funcional, mas que é tradicional, comum e constante, ou em outras palavras, tudo o que se diz ‘assim, e não de outra maneira’” (BECHARA, 2003, p. 42). Essas regras são encontradas nas Gramáticas Tradicionais. Relacionados à norma padrão, existem outras, consideradas normas populares ou não-cultas, não-padrão. Embora norma sejam quaisquer situações regularizadas por algum sistema que busca a precisão da comunicação, predomina a ideia de que a norma é o modelo que deve ser seguido pelos falantes, constituindo o não-seguimento dessas regras, como uma infração à língua. A concepção de norma padrão ou culta implica a exclusão de outras normas em detrimento da busca do *bon usage* da língua. Segundo Santos (1996), os primeiros estudos linguísticos surgem com preocupações normativas numa tentativa de corrigir os “defeitos” que representavam as variações linguísticas. Essa tradição gramatical normativo-prescritiva surge a partir dos estudos desenvolvidos pelos gregos na Alexandria, que utilizavam os escritores clássicos gregos como modelos a serem seguidos para a realização de uma “língua pura” (SILVA, 2004).

Em observações feitas em jornais escritos de Rio Branco, bem como em contato com produções textuais de alunos, vários fenômenos de variação linguística

foram constatados, dando a essa pesquisa um sentido concreto de investigação, mesmo que a realidade da variação em textos escritos já não seja mais contestada. Em uma pequena amostragem, realizada com dois jornais escritos de Rio Branco¹, foram encontradas 49 ocorrências de variação linguística, como apagamento da marca de plural, eliminação de regência verbal, entre outras. Numa distribuição estrutural, essas ocorrências iam do nível lexical (flexão, ortografia) ao nível sintático (concordância, regência), mostrando que, mesmo passando por uma revisão geral feita pelo próprio autor do texto, outra revisão feita pelo revisor gramatical do texto, a escrita também apresenta variações linguísticas. No tocante ao valor semântico das sentenças com ocorrências de variações, era evidente o fenômeno da substituição de termos ou estruturas distintas que expressam o mesmo valor de verdade, conforme é definida a variação linguística.

O objetivo desta pesquisa é então levantar as manifestações variacionais em textos de jornais escritos de Rio Branco para trazer mais elementos que comprovem que o fenômeno da variação linguística é inerente não somente à fala, mas também à escrita.

Estudar a variação linguística é uma forma de compreender a natureza da mutação das línguas, que não são blocos homogêneos sujeitos a imposição dessa ou daquela norma, e que, toda e qualquer modificação linguística não se faz por uma necessidade senão natural da expressão humana, pois toda mudança linguística é natural e não imposta. Por isso um falante não pode mudar uma estrutura linguística sozinho. Embora expressa individualmente, a língua é coletiva e só na coletividade acontece, pois a sua realidade é convencionalizada entre os membros da comunidade que a falam, a comunidade linguística.

Outro importante aspecto a ser desenvolvido como objetivo dessa pesquisa é buscar elementos que possam contribuir com os estudos da sociolinguística, evidenciando a variabilidade da língua, de modo a mostrar para os falantes que é necessário respeitar as diferenças linguísticas existentes e ainda fazê-lo compreender que a discriminação dessas diferenças constitui preconceito linguístico, que tem enfatizado ainda mais o valor opressivo da norma culta diante dos vários falares que caracterizam a língua portuguesa falada no Brasil. O preconceito linguístico e essa série de variação linguística, cuja explicação não é unicamente linguística, mas

¹ Essa amostragem foi realizada para apresentação do projeto de mestrado no XV Seminário de Iniciação Científica e V Mostra de Pesquisa e Pós-Graduação, realizado em 7 de julho de 2006.

social, cultural, política etc. servem para mostrar que a língua é heterogênea e mutável, mostrando também como ela se encontra pelo menos nos recortes feitos, pois dimensionar o estado geral da língua portuguesa falada no Brasil é pretensão demais para um trabalho cujo *corpus* é tão pequeno.

Sabe-se que através da língua é possível se ter mostras da comunidade linguística do falante, bem como dos costumes, das condições sociais, culturais etc. Contudo, impossível é fazer uma amostragem de todas essas condições do país, que é tão vasto; mas possível é mostrar e caracterizar um pouco a língua escrita do rio-branquense numa perspectiva de apontar elementos que identifiquem uma pequena feição da sua identidade, principalmente a linguística.

Para tudo isso, após a exposição dos pressupostos teóricos, que comporá o capítulo I, será feita a análise linguística das ocorrências de variação linguística encontradas nos 4 principais jornais escritos de Rio Branco: *A Gazeta, Página 20, O Rio Branco* e *A Tribuna*. Para a composição do *corpus* da pesquisa, serão utilizados os textos que compõem a primeira página dos jornais, os editoriais, as notícias e as reportagens, publicados no período de 19 a 25 de dezembro de 2006. As análises serão organizadas da seguinte forma: no capítulo II, serão feitas as considerações acerca da Fonética, da Fonologia, da Ortografia e da Morfologia, e em seguida a análise de ocorrências desse nível. Caso não haja ocorrências, será feita uma apreciação a respeito da incoerência de variações no nível fonético-fonológico. No capítulo II, serão feitas considerações a respeito da Sintaxe, e em seguida será feita a análise das ocorrências desse nível. Para encerrar este estudo, serão tecidas as últimas observações sobre todo o processo investigativo, a título de se esclarecerem quaisquer dúvidas que possam ter surgidas e que podem ser elucidadas.

1 A LÍNGUA VARIA

De todas as assertivas a respeito da língua, a mais incontestável é a de que toda língua varia, pois o que é mais visível numa língua, principalmente quando se observa a sua manifestação falada é a sua heterogeneidade, ou seja, a sua variação quanto aos elementos constitutivos da sua estrutura, quer no nível fonético-fonológico, vocabular ou sintático. Segundo Langacker, “todas as línguas são produtos de mudanças e continuam a mudar todo o tempo em que são faladas” (1975, p. 185). Muitas dessas mudanças são tão sutis e gradativas que nem nos damos conta. Essas mudanças, pois, podem ser estruturais ou simplesmente no sentido das palavras, como por exemplo, a palavra *roma*, que, etimologicamente significa “ir a Roma ver o papa”, passou, no decorrer do tempo a definir qualquer peregrinação, já a palavra *formidável*, cuja origem latina está relacionada ao medo, terror, apresenta hoje, o sentido muito diferente, algo positivo, bom. A evolução da palavra *olho*, é um exemplo da mudança estrutural. Oriunda do latim *oculus>oclus>oclu>*, evoluiu para *olho*, em português, e *ojo* para no espanhol (TEYSSIER, 2004, p. 11).

O fenômeno da variação linguística é uma realidade que sempre esteve presente na vida do homem desde que este começou a se comunicar linguisticamente. A variação linguística é o fenômeno no qual, na prática, certa língua falada hoje não é idêntica à falada em outra época ou por grupos sociais diferentes (DUBOIS, 2004). Essa relação diacrônica é uma forma de mostrar mais enfaticamente o caráter evolutivo e variacional da língua. Isso não significa necessariamente que a variação linguística seja um fenômeno unicamente diacrônico. Diacronicamente a mudança linguística é mais perceptível porque é o que os falantes em geral percebem, principalmente quando indivíduos de diferentes gerações utilizam vocábulos diferentes para designar o mesmo objeto. A sociolinguística, um dos ramos da

linguística, estuda a língua em uso no âmbito das comunidades de fala, cuja atenção se volta à investigação que relacionam os aspectos linguísticos aos fatores sociais, e considera a variação como um princípio geral e universal e possível de ser descrita e analisada cientificamente (MOLLICA, 2004). A existência da variação pressupõe a existência das variantes, que são duas ou mais unidades linguísticas (fonéticas, morfológicas, lexicais ou sintáticas) que podem ser utilizadas pelo falante de uma língua com o mesmo valor de verdade, sendo substituível sempre que necessário no processo de comunicação. As variantes são, então, formas alternativas de substituição que todas as línguas naturais humanas apresentam na sua estrutura immanentemente variável. Para Callou; Leite (1993, p. 96)

as realizações do [tʃ] e [t], por exemplo, que ocorrem respectivamente, diante de [i] e diante de todas as outras vogais, em certos dialetos do português não constituem variáveis, pois ocorrem em contexto diversos. Não se trata, pois, do que se convencionou chamar variação linguística: são variantes condicionadas do mesmo fonema /t/

A variação do [t] é uma característica do português falado no Brasil. O alofone [tʃ] é realizado diante da vogal [i] em algumas cidades do nordeste brasileiro, principalmente em Rio Grande do Norte e Pernambuco.² Embora a variante seja uma realidade linguística, sua realização não é aleatória e nem independente; sua utilização depende de uma aceitação do grupo que a utiliza, porque, mesmo sendo o falante o difusor das variantes, ele não tem o poder de utilizar quando bem quer uma “nova” forma linguística, pois, não se deve esquecer que a língua é um sistema convencional, e para qualquer inovação, é necessário que o grupo falante desta língua aceite a variação como uma possibilidade dela.

A variação linguística está associada também à sua função de instrumento da comunicação humana. Sempre que nos comunicamos, damos à língua uma função para o propósito dessa comunicação. Segundo Rodrigues (2004, p. 12),

toda língua comporta variações de duas ordens: em função do falante (ou, em termos de comunicação, do emissor) e em função do ouvinte (ou do receptor, e também das circunstâncias em que se produz a fala).

O que Rodrigues observa está também associado à norma linguística. Para ele, é a situação de comunicação ou a função que ela desempenha em cada processo

² ALOFONE. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Alofonia>> Acesso em: 23 mar. 2008

comunicativo que dita as “regras” ou a feição do conjunto de enunciados. Isso quer dizer que todo processo comunicativo é diferente se diferente forem os elementos da comunicação envolvidos, por mais que o objetivo seja o mesmo. Nós, falantes da língua portuguesa, por exemplo, sabemos que, quando estamos conversando com um colega, um amigo, utilizamos certo vocabulário, e, quando estamos conversando com nosso chefe ou alguém numa situação de formalidade, o vocabulário é outro. Do mesmo jeito, quando pedimos alguma coisa a alguém ou quando vamos dar uma notícia ruim, utilizamos numa dessas situações estruturas linguísticas diferentes. A estrutura linguística utilizada para falarmos com uma criança, não é a mesmo que utilizamos para falar com um adulto.

Saussure, ao definir o objeto da linguística, cria a dicotomia *língua x fala*, situando o caráter social e essencial da linguagem na língua, reservando à fala o lado social e uma importância secundária. Nesse sentido, o genebrino retoma a concepção de Whitney de que a língua é uma instituição social (LUCCHESI, 2004, p. 46). Quanto à fala, cuja característica é a individualidade e a heterogeneidade, Saussure a exclui dos estudos da linguística porque seu caráter individual e heterogêneo não servia ao propósito do estudo científico. Isso não significa nenhuma perda para os estudos linguísticos, pois a fala é uma modalidade da língua. Natural seria que ela fosse excluída dos estudos saussurianos, pois os procedimentos de estudos da fala divergiriam dos da língua, o que dificultaria os estudos desta. Ao fazer essa escolha, Saussure separa dois elementos fundamentais na produção da linguagem, o indivíduo falante e a sociedade, cuja relação é a essência da linguagem, pois a sociedade pressupõe a existência de indivíduos, já que a linguagem não é possível isoladamente. Segundo Lucchesi (2004, p. 48), “tomada a rigor, a afirmação de Saussure também é um truísmo, na medida em que toda a atividade linguística pressupõe a interação social; ou seja, o indivíduo, por si só, não apenas não muda a língua, como nem sequer a pode adquirir, nem usar.

Lucchesi ainda ressalta o pensamento de Coseriu de que “a linguagem repousa na interação entre o individual e o social, que Saussure quis negar através de sua opção pelo sistema abstrato da língua” (2004, p.48). Esse corte que Saussure faz à linguagem exclui a possibilidade da mudança linguística, que não está necessariamente no indivíduo ou na sociedade, senão nos dois em relação, ou seja, o indivíduo, a partir do idioleto, estabelece mudanças linguísticas dentro das

possibilidades que a língua oferece e na perspectiva da aceitação da sociedade, pois o sujeito sozinho não pode mudar a língua, sem que o grupo aprove e aceite as mudanças.

O idioleto “é um conjunto de enunciados produzidos por uma só pessoa, e principalmente as constantes linguísticas que lhes estão subjacentes e que consideramos como idiomas ou sistemas específicos” (DUBOIS, 2004, p. 565). Em resumo, é o uso linguístico particular de cada falante, cujas marcas dão mostra não apenas da comunidade a que ele pertence, mas também qual a sua escolaridade, sexo, e classe social. O idioleto é então, a identidade linguística do sujeito falante. É através das características da fala de cada indivíduo que podemos identificá-lo. Dentre as marcas do idioleto do sujeito falante, as de caráter fonético são as mais visíveis. Essas diferenças fonéticas são os sotaques, “conjunto de hábitos articulatórios (realização dos fonemas, entonação, et.) que conferem uma coloração particular, social, dialetal ou estrangeira à fala de um indivíduo” (DUBOIS, 2004, p. 565). É com base na concepção dos sotaques que comumente ouvimos falar de sotaque paulista, carioca, nordestino etc. Essas diferenças linguísticas, chamadas de diatópicas porque têm como referência o lugar do sujeito falante, mostram não só a diversidade do português falado no Brasil, mas também a evidência da variação linguística, observada por todos que falam o português.

A variação linguística não ocorre de forma simples, há uma série de fatores que influenciam ou que levam à variação, os fatores condicionantes. Segundo Rodrigues (2004, p. 11-12), “toda língua comporta variações de duas ordens: em função do falante (ou, em termos de comunicação, do emissor) e em função do ouvinte (ou do receptor, e também das circunstâncias em que se produz a fala).

Quando o autor fala de emissor e/ou receptor como elementos marcadores e definidores da variação, pressupõe ele as condições de produção dos enunciados. O que mais evidencia a diferença linguística são principalmente os contextos comunicativos, uma vez que o falante e/ou escritor, ao produzir linguagem, não age senão em função do objetivo que tem ao se comunicar. Por isso uma conversa informal entre dois amigos não terá a mesma característica vocabular de uma entrevista de emprego, por exemplo. A possibilidade de escolha (variação) é determinada pelos objetivos e pelas condições linguísticas do falante, do receptor e da situação, pois, mesmo um falante analfabeto ou de baixa escolaridade, que necessite se comunicar com um sujeito conhecidamente letrado ou de certo *status*

social, produzirá uma fala diferente daquela que comumente utiliza para com a família. Sabe-se que toda linguagem apresenta funções específicas segundo manda a situação e a intenção do processo comunicativo.

A concepção de língua como um sistema de comunicação é destacada pela teoria funcionalista ao focar as funções da linguagem; nessa concepção, a língua não pode ser considerada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura submetida às pressões provenientes das situações comunicativas, que exercem grande influência sobre a estrutura linguística. Para os linguistas de Praga, “a língua deve ser entendida como um sistema funcional, no sentido de que é utilizada para um determinado fim.” (CUNHA et al., 2003, p. 43) O fato de a língua ter sempre um fim implica dizer que todo processo comunicativo está voltado para este fim. Assim, do papel dos interlocutores à seleção de estrutura para que aconteça o processo comunicativo, tudo é norteado pelo real intuito que se tem como finalidade. Em todo o processo, os interlocutores têm interesses comunicativos e, em função deles, utilizam a língua do jeito que precisam. Assim, quando se vai dar uma notícia ruim, por exemplo, a seleção de palavras de caráter mais afetivo, alguns diminutivos, a utilização de eufemismos são comuns durante o processo comunicativo.

Observar a funcionalidade da língua implica analisar a estrutura gramatical tendo como referência a situação comunicativa inteira: o propósito do ato de fala, seus participantes e seu contexto discursivo. Assim, a inserção de novas formas na gramática do falante como uma necessidade natural que os grupos têm de estabelecer comunicação é resultado das aplicações de novas combinações linguísticas que se processam nas situações de fala, nas quais o falante “escolhe” as estruturas que compõem seus enunciados a partir das funções que elas exercem, estabelecendo inovações linguísticas, que, muitas vezes, são adotadas pelo grupo, constituindo uma variante. Kato observa que “as formas novas que aparecem são justificadas em função das necessidades comunicacionais, o que permite examinar a relação entre forma e função” (1995, p. 105). O estudo de uma língua exige que se leve rigorosamente em conta a variedade das funções linguísticas e dos seus modos de realização.

A produção do enunciado implica uma intrincada troca, chamada interação linguística, e pesam nesta interação diversos fatores: a força da situação de comunicação, o planejamento, as imagens que o falante forma do interlocutor, entre outros.

Verificar como se obtém a comunicação com uma língua, ou como os usuários dessa língua dela se utilizam para se comunicar entre si de maneira eficiente, implica considerar a competência comunicativa, conceito desenvolvido por Dell Hymes na década de 60. Quanto ao termo criado, Duque (2007, p. 221) explica que:

de acordo com Hymes, a criança assimila marcas do uso sequencial da linguagem na conversação, formas de tratamento, rotinas padrões etc. Nesse processo de aquisição, está a competência comunicativa da criança, ou seja, a sua habilidade para participar da sociedade tanto como um membro falante, como um membro comunicante. Daí, nossa crença num modelo de língua que, além de refletir os aspectos da competência linguística, reflete os fatores *sociais e culturais* que acompanham o falante-ouvinte na sua vida social e na sua comunicação. Assim, a comunidade linguística, na nossa concepção, deve ser definida em termos de conhecimento compartilhado e de competência de seus membros para a *produção e interpretação da fala socialmente apropriada*. [grifo nosso]

Dessa forma é fundamental levar em consideração na análise dos traços linguísticos de um indivíduo, toda a situação comunicativa: o propósito do evento da fala, seus participantes e o contexto discursivo. Halliday (1976), ao propor uma análise linguística funcional sistêmica, observa que o sistema linguístico está ligado ao sistema social, ao uso. Segundo Halliday, a capacidade linguística é determinada cultural e não geneticamente. Convém ressaltar que essas novas formas desenvolvidas pelo sujeito falante seguem princípios linguísticos, conforme observa Kato (1995, p. 105) ao citar Vigotsky e Slobin: “Segundo eles, uma função nova só se adquire através de uma forma velha e uma forma nova se adquire através de uma função conhecida.”

1.1 A NORMA LINGUÍSTICA

Toda sociedade é resultado de um processo complexo da relação entre os indivíduos que a compõem. Embora a palavra *sociedade* suscite a ideia de grupo, não é qualquer junção de pessoas que constitui uma sociedade. Para que uma sociedade se forme, é necessário um mínimo de organização. Assim, as sociedades começam a se formar quando os indivíduos começam a se organizar de alguma forma ou com algum interesse. No momento em que o homem sente a necessidade de

“organização”, é iminente a formação de uma sociedade. Por isso a sociedade não é apenas a soma dos indivíduos que a compõem, mas, e principalmente, a relação dependente que estes estabelecem uns com os outros. Falamos de uma relação dependente porque cada indivíduo possui um espaço pré-estabelecido numa sociedade, pois, embora tente se construir numa concepção de igualdade, a sociedade é formada por indivíduos que gozam naturalmente de poderes distintos, pois necessária é a divisão social. Podemos dizer ainda que a sociedade é uma estrutura e suas partes são todas as ações de cada indivíduo ou grupos que a compõem (HAGUETE, 1995). Se a sociedade é uma estrutura, ela precisa de uma organização que mantenha essa estrutura sempre em funcionamento. Aléong (2001, p. 148) nos explica que

a sociedade é mais do que a soma de indivíduos; ela é organizada segundo princípios ou regras que enquadram e condicionam o comportamento individual. O princípio de base é o da regulação social que impõe normas sociais ou esquemas de comportamento. Que esse aparelho de controle seja chamado *cultura* ou *sociedade*, o fato permanece essencialmente o mesmo; a vida em sociedade exige um mínimo de bagagem cultural ou social, fruto de um processo de inculturação ou de socialização.

A partir do pensamento de Aléong, podemos pensar em “socialização”. Para que haja uma sociedade é necessário que haja também um processo de socialização, ou seja, interação entre os indivíduos. Dessa forma, pensamos em sociedade como uma instituição não-estática, pois há sempre movimento entre seus componentes, quer seja esse movimento a simples troca de experiências (as vivências) quer seja o processo de modificação e edificação das mudanças. A sociedade é sempre mutante, pois seus costumes, seus princípios sempre mudam conforme o grupo assim o determinar. Vários são os elementos que podem influenciar nas transformações sociais, como a tecnologia, a política, a língua etc.

Para Da Matta (1991, p. 15), a sociedade é

[...] uma entidade entendida de modo globalizado. Uma realidade que forma um sistema. Um sistema que tem suas próprias leis e normas. Normas que, se obviamente precisam dos indivíduos para poderem ser concretizar, ditam a esses indivíduos como devem ser atualizadas e materializadas.

A concepção de sociedade como um sistema cujo funcionamento se dá por meio dos integrantes, das leis e das normas criadas pelo próprio sistema, é-nos interessante, pois, como se observa, difícil é separar a sociedade da ideia de organização. O caráter organizacional da sociedade está no processo de implantação de normas. Essas normas podem ser quaisquer acordos existentes entre os indivíduos que constituem a sociedade. Assim, não jogar lixo no chão, por exemplo, embora não seja proibido por lei e sujeito à penalidade, é uma norma a partir do momento em que os integrantes sociais observam que isso não é uma ação saudável para todos. É uma norma natural. Além dessas normas de convívio, os indivíduos de uma sociedade precisam de normas que lhes garantam os direitos. Para isso, são criadas as leis. As leis têm, além do caráter normativo, organizador, o caráter punitivo para os que desobedecem às normas. Para Foucault (2004), a sociedade cria o seu sistema punitivo posteriormente à criação de normas sociais que visem à harmonia e à convivência pacífica dos indivíduos. A punição então é um recurso utilizado pela sociedade quando as normas estabelecidas são desrespeitadas, o que implica dizer que até o sistema punitivo é baseado em normas.

Em suma, toda sociedade precisa de normas para se sustentar. Embora nos dê a ideia de imposição, a função da norma da sociedade é estabelecer uma organização necessária à convivência pacífica de todos. Isso é conclusivo porque a norma (na concepção mais geral) está em tudo o que precisa ser organizado ou que já tenha naturalmente uma organização.

A sociedade não pode ser vista apenas como a reunião de indivíduos. Ela é, antes de tudo, a reunião de grupos que se relacionam. Desde os primórdios tem sido assim e dessa forma tem a sociedade evoluído positivamente. Quando Foucault fala de punição, ele fala também de organização social e de medidas para manter a harmonia da sociedade. Se as atitudes do poder têm o histórico de terem sido severas quanto ao processo de punição aos indivíduos transgressores das “normas” sociais, isso não implica dizer que a norma seja desnecessária. A punição, a nosso ver, é uma forma de manter harmônica toda e qualquer sociedade, pois todos querem ser livres e viver em segurança, e a punição representa essa possibilidade.

No âmbito de uma sociedade, vários são os processos que visam à organização dessa instituição. Tudo o que diz respeito à relação entre os indivíduos tem, de certa forma, caráter normativo. Assim, a relação entre os empregados de uma fábrica, por exemplo, é estabelecido normativamente no sentido de que todos têm

funções específicas e essas funções limites e obrigações e direitos, ou seja, seguem normas. A divisão do trabalho é uma característica fundamental das sociedades humanas, devido ao fato de que os seres humanos diferem uns dos outros quanto a suas habilidades inatas ou adquiridas. Em certo estágio do desenvolvimento de suas comunidades, os indivíduos perceberam que podiam satisfazer melhor as suas necessidades ao se especializar, ao se associar e ao trocar, em vez de produzir, cada um de maneira autárquica, aquilo que precisava consumir. Essa divisão implica normas e limites, de modo que cada um passa a exercer funções próprias. A divisão do trabalho é mostra da necessidade normativa da sociedade. Na história da espécie humana, a primeira divisão do trabalho ocorreu entre homens e mulheres, mas tornou-se ainda mais sofisticada com o advento da agricultura e o surgimento da civilização.

Além da divisão do trabalho, a formação das sociedades desenvolveu na humanidade competências fundamentais à sobrevivência em grupo, dentre as quais se destaca a linguagem, que pode se entendida como

[...] a capacidade específica à espécie humana de comunicar por meio de um sistema de signos vocais (ou línguas), que coloca em jogo uma técnica corporal complexa e supõe a existência de uma função simbólica e de centros nervosos geneticamente especializados (DUBOIS, 2003, p. 387).

A linguagem é o que distingue o homem das outras espécies; só ele tem a capacidade de desenvolvê-la, pois só ele possui os instrumentos necessários para isso. Embora pareça complexa a concepção de linguagem, ela se dá nas situações mais simples. Quanto à vastidão da linguagem, Preti (1977, p 1-2) diz que

Sons, gestos, imagens, diversos e imprevistos, cercam a vida do homem moderno, compondo mensagens de toda ordem, [...] transmitidas pelos mais diferentes canais, como a televisão, o cinema, a imprensa, o rádio, o telefone, o telégrafo, os cartazes de propaganda, os desenhos, a música e tantos outros. Em todos, a língua desempenha um papel preponderante, seja em sua forma oral, seja através de seu código substitutivo, escrito. E, através dela, o contato com o mundo que nos cerca é permanentemente atualizado.

Como observa Preti, em todas as manifestações humanas existe linguagem e esta é multifacetada, pois se apresenta nas mais diversificadas formas. Quanto à sua manifestação, podemos dividi-la em duas: a linguagem verbal (constituída de palavras faladas ou escritas) e a linguagem não-verbal (constituída de sinais, imagens

ou qualquer elemento que não as palavras). Embora as duas modalidades sejam utilizadas pelo homem, aquela é que mantém com ele relação de imanência, pois só ele possui a capacidade de utilizá-la como instrumento para constituir linguagem e todo o ser humano nasce com as condições para desenvolver linguagem. Embora os estudiosos não tenham conseguido ainda hoje explicar em que momento surgiu a linguagem, é conclusiva a ideia de que ela surgiu pela necessidade de comunicação dos indivíduos. As primeiras relações humanas estão atreladas à linguagem – com certeza não a linguagem bem desenvolvida de hoje, mas sim um processo de expressão de sensações humanas que visava à comunicabilidade entre os indivíduos. A respeito da necessidade que o homem tem de sociabilidade e comunicação, Coutinho (2005, p. 22) observa que

[...] o instinto de sociabilidade, mais imperioso na espécie humana que nos outros animais, não encontraria a expressão adequada, ou mesmo se anularia, se não existisse a linguagem. Com efeito, a existência em comum supõe a fixação de umas tantas normas ou regras, que cada pessoa é obrigada a respeitar, para que o embate dos interesses antagônicos não prejudique a boa harmonia que deve existir no seio da coletividade humana.

Como bem observa Coutinho, a linguagem tem importante papel na vida da humanidade, pois, além de caracterizá-la e diferenciá-la dos outros grupos de seres vivos, a linguagem representa a principal forma de socialização entre os indivíduos no sentido também de estabelecer uma organização baseada em normas – naturais como natural é a própria linguagem, mas fundamentais ao processo de *comunicação*. Pode-se dizer que o homem é um ser dependente da linguagem, pelo simples fato de que ele precisa estabelecer constantemente comunicação com seus semelhantes. E se o homem é dependente da linguagem é também dependente da língua, a principal forma da linguagem humana.

A comunicação é uma ação social, pois necessita de no mínimo dois indivíduos para se constituir; do contrário não é possível tornar algo comum. É dessa ideia que advém o verbo *comunicar*, do latim, *communicare*, que significa por em comum. Isso só é possível se houver entendimento entre os interlocutores, de modo que é necessário que eles utilizem o mesmo código e conseqüentemente as mesmas normas. Mesmo que o homem utilize várias linguagens, a língua é que ele melhor domina.

Se a linguagem é tão fundamental à humanidade, a língua é a essência dessa relação, pois ela é a principal forma de linguagem utilizada pela humanidade. Para Saussure (2001), a língua é uma instituição social. Social porque ela existe na sociedade e só nela estabelece comunicação ou funciona com este propósito. E se a língua é social seu caráter é essencialmente normativo pelo simples fato de que todos os falantes precisam se guiar por estruturas comuns para conseguir falar a mesma língua.

A concepção de norma linguística foi desenvolvida por Eugenio Coseriu. Segundo ele, a linguagem como atividade apresenta-se primeiramente com um aspecto psíquico (linguagem virtual) e com um aspecto propriamente linguístico (a linguagem realizada). É no psíquico que se situa o saber, condição do falar, o que ele chama de impulso expressivo – intuição individual que pede uma expressão concreta. Já na linguagem realizada, tem-se o ato linguístico imediato, ou o conjunto de atos linguísticos registrados: o material linguístico. A abstração língua se constrói com base em atos concretos, construídos, por sua vez, em atos registrados (COSERIU, 1979). Assim, os conceitos de norma e sistema são elaborados com base na fala, considerando, através da retrospectiva, as relações entre os atos linguísticos e seus modelos. Os atos linguísticos são as manifestações linguísticas realizadas na fala a partir de uma preexistência de modelos linguísticos. Esses modelos que cristalizados num processo anterior, e que às vezes, são apenas normais e tradicionais numa comunidade; compõem, pois, a norma.

A ideia de norma linguística foi desenvolvida por Coseriu a partir da dicotomia saussureana *langue/parole* (língua x fala). Coseriu observou que Saussure, ao propor a dicotomia *língua x fala* e estabelecer as diferenças entre as duas modalidades da língua, deixou uma lacuna – algo que pudesse intermediar as duas extremidades. Ao definir a língua, dividindo-a em duas partes, um lado social e o outro individual, esqueceu-se do fato de que entre o indivíduo e a sociedade, existem os grupos nos quais estão os falantes. Em linhas gerais, Saussure dicotomizou a língua por duas importantes características, a de um elemento comum a todos os grupos de falante e a de um elemento particular de cada falante. Para ele, a língua é uma instituição porque é patrimônio social e só na sociedade é possível. Mas, tem ela também um lado individual, que é a forma específica de cada falante. O que o genebrino não observou na sua dicotomia é que entre a sociedade e o indivíduo há outros elementos fundamentais ao processo linguístico, como os grupos nos quais os

falantes se inserem e aos quais estão atrelados porque são deles que adquirem suas características linguísticas ou suas escolhas. Uma vez que a sociedade não é uniforme e não constitui um único grupo e sim vários, o indivíduo traz em seu bojo linguístico as marcas do grupo ou grupos com os quais têm relação direta. Cada grupo tem uma característica linguística ou uma norma que define o comportamento linguístico dos integrantes. Assim, num grupo em que considerável parte dos integrantes é não-escolarizada, a estrutura *nós vai*, por exemplo, é comum e adequada no grupo. Contudo, ao manter contato com outro grupo, um escolarizado, por exemplo, a estrutura *nós vai* poderá ser substituída por *a gente vai* ou *nós vamos*. Isso ocorre porque o indivíduo, ao mudar de grupo, tentou se adequar a uma situação que “exigia” uma estrutura diferente daquele comumente utilizada por eles. A necessidade dessa adequação é em função de uma norma naturalmente estabelecida por esses grupos. Segundo Bechara (2003, p. 42), “a *norma* contém tudo aquilo que na língua não é funcional, mas que é tradicional, comum e constante, ou em outras palavras, tudo o que se diz ‘assim, e não de outra maneira’”.

A garantia de uma uniformidade linguística é a norma. Essa uniformidade linguística resultado da norma é uma tentativa de regularização da língua no sentido de torná-la comum a todos os falantes. Isso quer dizer que a noção de língua já pressupõe a ideia de norma. Assim, pode-se se falar de língua como “um instrumento de comunicação, um sistema de signos vocais específicos aos membros de uma mesma comunidade” (DUBOIS, 2004, p. 378). Atentemos para o fato de que a definição de língua pressupõe a definição de comunidade linguística. Dubois (2004, p. 133) define comunidade linguística como sendo “um grupo de seres humanos que usam a *mesma língua ou o mesmo dialeto*, num dado momento, e que podem comunicar-se entre si”. [grifo nosso] A possibilidade de uma mesma língua é possível se forem asseguradas normas de utilização de suas estruturas. Assim, um vocábulo deve ter o mesmo significado para todos os falantes ou pelo menos para um grupo. A palavra *aipim*, por exemplo, que designa um tubérculo comestível, também é conhecido no Brasil como *macaxeira* ou *mandioca*. Mesmo apresentado uma variação da forma, para cada palavra é necessário o conhecimento comum dos membros que a utilização. Assim, se um habitante do Acre, por exemplo, passar a participar de outra comunidade linguística do Brasil que não utilize essa forma, terá de utilizar não mais a palavras *mandioca* ou *macaxeira* e sim *aipim*. De *comunidade* é que se pode compreender a palavra comunicação, que vem do latim *communicare*,

que significa tornar comum. Depreende-se daí que língua, norma e sociedade estão intimamente relacionadas. A língua é então uma instituição social normatizada utilizada como principal meio de comunicação.

A língua é um sistema estruturado em normas, pois como estrutura, ela obedece a uma combinação pré-estabelecida. Assim, na estrutura linguística, os vocábulos têm posições específicas na cadeia sintática, não podendo, em certos casos, mudarem de posições e manter o mesmo sentido. Na frase *O lobo matou o leão*, por exemplo, a ordem dos vocábulos distribui sintaticamente as funções exercidas pelos grupos. Assim, *o lobo* é sujeito conquanto é elemento que antecede o verbo, recaindo-lhe a função de agente da ação verbal; enquanto *o leão* é objeto direto porque sucede o verbo e serve-lhe de complemento. Se invertidos os termos da frase para *O leão matou o lobo*, obtém-se mudança das funções sintáticas: *o lobo* passa à função de objeto direto e *o leão* à de sujeito. Para mantermos a sentido da primeira frase, alterando a ordem dos termos, usaremos de outras normas linguísticas para assegurar que o sentido não será alterado. Podemos construir a frase assim *Ao lobo matou o leão*, na qual *ao lobo* deixa de ser sujeito porque está ligado ao verbo por meio de uma preposição, o que não acontece nunca com o sujeito.

Como pode ser visto no exemplo anterior, a ordem das palavras no eixo sintagmático é estabelecido por um princípio, de modo que, quando há alteração dessa ordem, é necessário que se procure uma substituta que consiga o mesmo efeito. Essas mudanças são feitas somente se houver uma norma que lhe assegure o sentido, pois, se desobedecido um princípio qualquer que a língua não reconheça como possível, o conjunto de palavras não constituirá um enunciado ou não terá o mesmo valor. Observemos também que há certa flexibilidade em relação às possibilidades de mudanças, mas há um limite baseado na lógica da estrutura linguística que estabelece a norma.

Podemos dizer que essa distribuição pré-estabelecida constitui uma norma, ou ainda que a língua deve obedecer a uma norma mínima, pois certos princípios devem ser obedecidos. Nesse sentido, compreendemos *norma* como *princípio*.

1.2 AS VÁRIAS NORMAS

Quando falamos em norma linguística, devemos falar de *normas*, pois, como observa Coseriu, o sistema linguístico é um sistema de possibilidades, de modo que há vários princípios linguísticos que se combinam e que permitem a existência de várias normas. Se a norma é a possibilidade de escolha da estrutura linguística de determinados grupos sociais, devemos dizer que existem várias normas. Sob esse aspecto, pensemos na norma como um conjunto de possibilidades que caracteriza a linguagem de um grupo ou a marca linguística dele. Assim, quando falamos de uma linguagem médica, acadêmica, popular, culta etc., estamos falando da predominância de uma norma que caracteriza um grupo linguisticamente. Falamos de predominância porque é impossível o sujeito fazer uso de apenas uma norma, e a predominância de uma é em função da quantidade maior de elementos que compõem um grupo. Vejamos o seguinte exemplo. Se uma família paraibana de trabalhadores rurais em que todos os integrantes são analfabetos migrarem para uma cidade, como São Paulo, por exemplo, por mais que ela se insira num novo grupo com outra característica linguística, eles ainda utilizarão a norma trazida da Paraíba, utilizando, dessa forma, pelo menos duas normas. Isso se considerarmos a norma predominante adquirida na Paraíba e a nova que fará parte de suas vidas. Se considerarmos que, ao frequentarem uma escola, passarão a conviver com outras normas, observaremos que é incontável na vida do falante a quantidade de normas que ele utiliza durante toda a sua vida. É importante ressaltar também que, por mais que o falante não tenha domínio dessa nova norma, ele sabe de sua existência e logo se adapta, até porque não são tão distintas assim. As diferenças estão no sotaque, no léxico e muito pouco na sintaxe.

Nesse caso, estamos falando de normas naturais, aquelas que se formam naturalmente por meio das diferenças sociais, geográfica, etc. Contudo, existem também normas criadas ou artificiais, que servem para situações específicas. São, por exemplo, a norma culta ou norma padrão. Dizemos que a norma culta é uma norma artificial pelo fato de ela precisar de um conjunto de “regras” que lhe garanta a permanência, pois é sabido que todas as normas mudam. A norma culta, embora também sofra mudanças, tem o caráter de manter-se mais imutável que outras, pois sua função é regularizar ou organizar a língua falada por uma nação. Assim, deve existir uma norma organizadora do inglês, do espanhol, do italiano, do português. A norma culta é um sistema de regras que caracterizam uma forma linguística, aquela, que segundo estudiosos é essência da língua e por isso deve ser preservada. Essa norma, encontrada em textos escritos, em situações formais tende a homogeneizar a

língua de modo que seus falantes, por mais que utilizem variações linguísticas, falem sempre a mesma língua. Observemos que a norma culta é específica de algumas situações, o que implica a existência de outras normas que também são reconhecidas, mas que não são padrões, ou não são aquelas que devem ser utilizadas oficialmente. Por isso Bagno (2001, p. 44) questiona a noção de culta. Para ele, a utilização do termo *culta* significaria dizer que as outras normas não seriam cultas. Embora não discordemos do autor, não é esse o foco deste trabalho. Por isso, usaremos o termo *culta* para nos referirmos à norma oficialmente considerada como modelo de norma da língua portuguesa.

Como já observamos, toda sociedade necessita de normas, e com a língua não é diferente. Por isso, compreende-se a existência de uma norma culta. Contudo, associada à norma culta há uma série de aspectos que precisam ser analisados. Comumente, quando falamos em norma culta, já a associamos à gramática. Isso é compreensível se considerarmos que o principal processo de aprendizagem da norma culta é o estudo da GT. Convém observar que a norma culta não é a GT. A GT é o estudo que tem por objetivo ensinar a norma. A norma é secundária à GT no sentido que é estabelecida por meio dos estudos desta. Assim, quando se determina, por exemplo, que determinada palavra deve ter este ou aquele plural é em função de conceitos gramaticais resultados da observação da língua.

Essa norma culta, parte do estudo da GT, goza de prestígios que outras normas não gozam. Por ser o conjunto de “regras” que organizam uma língua de modo a torná-la comum a todos os falantes, a norma culta é a referência para as principais situações de utilização da língua. Por isso é ela a ser consultada como referência para a elaboração de textos escritos, de situações de formalidade em que a “essência” da língua deve ser preservada. Se se “aceitassem” todas as normas, não haveria a possibilidade de uma uniformização da língua. Convém observar também que o fato de uma norma ter privilégios em relação às outras não quer dizer necessariamente que as outras sejam desnecessárias à língua ou que não devem ser utilizadas. A norma culta é, como defende Bagno, a padrão, aquela de referência, que orienta inclusive as outras normas. Por isso, podemos falar de variação linguística. Se existe a variação, precisa ser a variação de alguma coisa ou de algum modelo, no caso, a norma culta. Se não existisse a norma culta como referência, não poderíamos falar de uma variação. Seriam simplesmente diferenças ou outras estruturas e não variação de “uma mesma língua”.

O que a maioria dos estudos de variação tem feito, contudo, é criticar o sistema normativo. A norma é essencial inclusive como parâmetro para estudar a variação. Por isso aqui nos importa analisar a estrutura linguística dentro da capacidade variacional comparada a um modelo tido como oficial. O que nos cabe é descrever, assim como deve ser a GT, a língua na sua diversidade de mudanças e possibilidades, e não necessariamente dizer que essa ou aquela estrutura está certa ou errada.

1.3 O HOMEM E A COMUNICAÇÃO

O homem, depois que percebeu a própria existência, passou a ser o centro de quase todos os seus questionamentos e muitas foram as respostas que ele próprio criou para explicar a si mesmo. Daí se extraem muitas assertivas sobre o homem. Para defini-lo e relacioná-lo com o nosso objeto de estudo, podemos partir de dois princípios: a) o homem é um ser social e b) é imaneamente expressivo. Nessas duas afirmações simples temos a essência da relação humana. Analisemos uma a uma cada afirmativa, que sob o olhar da linguística, mantêm relações estreitas entre si.

Dizer que o homem é social é dizer que ele necessita ou pelo menos é marcado pelas suas experiências sociais. Não consta nos compêndios de história ou qualquer outra ciência de caráter antropológico que o homem tenha conseguido viver isoladamente de outros indivíduos da mesma espécie. Os resquícios que se encontram a respeito da raça humana são sempre em grupo, em sociedade. Mesmo que inicialmente se encontre apenas um fóssil humano, estudos posteriores acabarão descobrindo que esse indivíduo viveu em grupo. Hoje, a partir da análise das sociedades modernas, nota-se que o homem é resultado de todas as suas experiências sociais, ou seja, de tudo aquilo que faz parte da sua convivência que implica a relação com membros de sua espécie.

É comum ouvirmos hoje que o homem não consegue mais viver com tudo aquilo que ele criou no campo da tecnologia, principalmente as novas gerações. Isso porque a concepção da tecnologia e a necessidade dela foram transmitidas ao homem por meio da sua relação social, tornando-se um instrumento necessário à sua sobrevivência. Por isso o homem é aquilo que o grupo é, ou seja, é tudo aquilo que o grupo “convenciona” que deve ser o homem. Os conceitos adquiridos pelo homem

vêm de onde senão da sociedade? É na sociedade que construímos conceitos, definimos posturas, impomos leis naturais e artificiais.

A relação do homem com a sociedade é tão evidente que é impossível extrair dele suas características dissociadas do meio social no qual ele está inserido. O homem é aquilo que a sociedade o fez. Essa relação de formação da identidade do homem é feita a partir da interação que o homem mantém com os indivíduos que compõem a sociedade. Dentre todas as formas de interação, a língua é, sem dúvida, a mais utilizada e a que mais garante a eficácia do contato entre o homem. Segundo Preti (1994) nas grandes civilizações, “a língua é o suporte” que mantém a dinâmica social e é responsável pelas relações diárias e pela atividade intelectual que coordena a vida cultural, científica ou literária. É ainda, segundo ele, “o elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua” (PRETI, 1994 p. 31). Evidentemente os estudiosos da língua nunca dissociaram a manifestação linguística da relação com a sociedade, embora no início do século XVIII, Schleicher formule a tese de que a língua é um organismo e por isso não é um fato social e sim uma obra da natureza, um organismo natural (ELIA, 1987). Contudo, é no início do século XIX que a relação entre língua e fala se torna mais evidente, quando Ferdinand Saussure afirma que a “língua é uma instituição social” (SAUSSURE, 2002, p. 34).

Depois da noção de instituição social dada à língua, os estudos linguísticos começaram a encarar a linguística e, conseqüentemente, a língua como algo resultado da experiência social do sujeito falante. A partir daí, principalmente em meados do século XX, as ciências linguísticas não mais dissociaram o homem da sua relação social e quase todas as teorias linguísticas de alguma forma passaram a enfatizar o homem como elemento fundamental do processo transformador da língua. A sociolinguística é a ciência que melhor evidencia essa mudança na concepção dos estudos linguísticos, pois a análise da variação sem a concepção de um elemento modificador é impossível e no mínimo contraditória à própria ciência.

Do mesmo jeito que o homem tem a necessidade de manter contato com outros indivíduos, ele tem necessidade de se expressar, pois o contato que ele estabelece com seus semelhantes é para trocar experiências ou simplesmente “desabafar”. A psicologia não considera como “normal” o indivíduo que se isola do mundo e não quer manter contato com outros, ou seja, não se “aceita” ou não se “acredita” na necessidade do homem de se manter isolado como uma atitude saudável. A necessidade da expressividade humana começa a ser evidenciada quando

o homem pré-histórico, para mostrar a cultura, a sua vida, inscreve nas paredes das cavernas imagens que representam elementos do seu cotidiano. Segundo Pichon-Rivière, “aquilo que o homem tem de mais primitivo e imperioso é sua necessidade de comunicação” (1995, p. 131), o que ficou evidente quando o homem se expressou através de desenhos rupestres.

A comunicação humana está intimamente atrelada à sociedade, a grupo. A palavra comunicar, do latim *communicare* significa por em comum, o que implica a socialização entre dois ou mais indivíduos do objeto comunicado. Para Andrade e Henriques (1999, p. 15),

a comunicação surgiu, provavelmente, da premência que os homens sentiam de trocar ideias e experiências com outros membros do seu grupo, nos estágios primitivos da civilização. Desde que passou a viver em sociedade, o homem vem sentindo cada vez a necessidade imperiosa de se comunicar, pois já foi dito que o homem é aquilo que consegue comunicar aos seus semelhantes.

Há muito tempo a comunicação é objeto de estudo, e muitos foram os que se dedicaram a compreender esse processo. Contudo, é no século XIX, na figura de Bühler, que se estabelece uma teoria da comunicação. Esse modelo desenvolvido por Bühler é baseado em três funções da linguagem. Segundo Paveau e Safarti, assim são as três funções de linguagem na concepção de Bühler (2006, p. 124):

- a função cognitiva (ou função de representação do mundo), corresponde à utilização da linguagem com objetivo informativo (transmissão de informações factuais); - a função expressiva (ou função de exteriorização) libera informações sobre os estados interiores, disposições ou atitudes do locutor; - a função conativa (ou função apelativa) corresponde o uso da linguagem que tem como objetivo influenciar o destinatário ou produzir efeitos pragmáticos.

Ao analisar a concepção das funções da linguagem desenvolvida por Bühler, os autores observam ainda que as funções

[...] correspondem a fenômenos gramaticais, em particular os modos e as pessoas. A função cognitiva passará, por exemplo, pelo emprego do indicativo e da 3ª pessoa; à função expressiva corresponderá, antes, o subjuntivo e a 1ª pessoa; a realização da função conativa privilegiará o imperativo e a 2ª pessoa (PAVEAU; SAFARTI, 2006, p. 124).

Embora seja um protótipo bem fundamentado, o modelo de Bühler apresenta lacunas, que mais tarde serão preenchidas por novos estudos. Esse modelo

só foi substituído no início do século XX, quando o russo Roman Jakobson desenvolveu uma nova teoria, desta vez, composta de 6 elementos que compõem o sistema comunicativo (emissor, receptor, mensagem, código, referente e canal) para os quais estabelece uma função da linguagem. A teoria de Jakobson é um “re-trabalho” do alemão Bühler, ou uma continuidade do que já fora desenvolvido no século anterior.

Baseado na teoria cibernética de Shannon e Weaver (1949), o russo Roman Jakobson propõe uma esquema com seis elementos e estabelece para a linguagem seis funções. Segundo Lopes,

Roman Jakobson isola os seis fatores intervenientes no *ato da comunicação verbal*: em *remetente* (emissor ou destinador de signos) envia uma *mensagem* a um *destinatário* (ouvinte, receptor de signos), através de um *canal*. Essa mensagem construída como um *código* parcialmente comum ao remetente e ao destinatário, refere-se a um *contexto* (*‘designatum’*, pois que ele é puramente conceptual e não físico, impropriamente chamada de ‘referente’ ou ‘denotatum’) (1989, p. 56).

Jakobson estabelece as funções da linguagem a partir do processo comunicativo, ou seja, com a linguagem e uso. Sua teoria se embasa na ênfase que se dá, conforme a necessidade comunicativa, a um dos elementos da comunicação, dando ao processo comunicativo uma função específica. As funções são: *emotiva*, quanto o elemento enfatizado no processo comunicativo é o emissor; *apelativa ou conativa*, quando se dá ênfase ao receptor da mensagem; *referencial*, quando é o referente o elemento de destaque; *fática*, quando está no canal a ênfase; *metalinguística*, quando se enfatiza o código; e *poética*, quando a mensagem é o elemento de enfatizado.

Segundo essa teoria, tantas são as funções da linguagem quantos são os elementos da comunicação. Embora um dos elementos seja enfatizado mais que outros, há situações em que vários elementos se destacam no processo de comunicação. Lopes diz que “cada mensagem engloba, enquanto ato concreto da atualização das possibilidades previstas no código, várias funções da linguagem”, e completa:

“... o falante pode fazer ressaltar um dos seis elementos envolvidos no processo da comunicação, dando-lhe uma ênfase maior, fazendo com que a mensagem se dirija, primordialmente, para ele (o destinador ou destinatário, digamos), com predominância sobre os outros fatores (o código, o contexto, o canal, a própria mensagem). Há, pois, uma

hierarquização de funções implicada em cada mensagem (LOPES, 1989, p. 59)

O que se observa é que linguagem não é manifestada simplesmente sem que se tenha sobre ela uma intenção comunicativa, ou seja, sem que se lhe estabeleça uma função. Essa teoria mostra que o sujeito falante faz escolhas de modo a expressar exatamente aquilo que quer, e isso quer dizer que a língua está à mercê do homem para o único propósito da comunicação.

1.4 SOCIOLINGUÍSTICA: A CIÊNCIA DA VARIAÇÃO

Depois que se mostrou que a língua é variável, sistematizar os estudos dessa variabilidade se fez necessário. Várias foram as tentativas, desde que Saussure definiu a língua como fato social, de linguistas que tentaram desenvolver um estudo científico para a variação linguística, o que se deu a partir dos anos 50, tendo o seu êxito total nos anos 60 na figura do americano William Labov, que desenvolveu a teoria da variação linguística de modo sistematizado que pudesse ser aplicado para fins investigativos da variação da língua. Se considerarmos que os posicionamentos de Saussure impulsionaram o questionamento da variação linguística, pode-se afirmar que a sociolinguística se inicia ou tem seu germe em Saussure quando este escolhe a língua como objeto da linguística por ser a fala imprópria para a investigação por ser não-sistêmica. Essa ausência de sistematicidade se evidencia pelo fato de ser a fala uma manifestação individual, ou seja, de caráter particular e heterogêneo, o que nos reporta a uma concepção de variação linguística. A partir daí, vários estudiosos se voltaram a discutir e a analisar a relação língua x sociedade, pois, segundo Saussure (2002, p. 28), “nada existe, portanto, de coletivo na fala; suas manifestações são individuais e momentâneas. [...] por todas essas razões, seria ilusório reunir, sob o mesmo ponto de vista, a língua e a fala.”

Essa concepção é questionada pelo francês Antoine Meillet, que contesta as concepções do genebrino. Para ele, Saussure faz uma separação entre a variação linguística e as condições externas das quais ela depende, afirmando que assim ele priva de realidade e reduz a língua a uma abstração inexplicável (CALVET, 2002). Por considerar a língua ao mesmo tempo um fato social e um sistema que tudo contém, Meillet considera que a linguística é uma ciência social e como o “único

elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social” (MEILLET, 1965 apud CALVET, 2002, p. 16).

Mais tarde, Paul Lafargue propôs uma análise marxista da linguagem, associando as mudanças linguísticas a fatos políticos, como se deu após a Revolução Francesa e o Romantismo. Nicolai Marr, baseando-se na análise de Lafargue, desenvolveu estudos que relacionavam as mudanças linguísticas às divisões da sociedade em classes, deixando evidente que as línguas refletem as lutas de classes (CALVET, 2002).

Diferentemente da análise marxista que fizeram Mikahail Bakhtin, Valentin Nicolaevitch Volochinov, Medvedev, Marcel Cohen, o inglês Basil Bernstein relacionou a língua com a sociologia, ao pesquisar as produções linguísticas de crianças de classes sociais diferentes, chegando à definição de dois códigos distintos: o restrito e o elaborado. O restrito é o reproduzido pelas crianças provindas de meios desfavorecidos, e o elaborado, por crianças provindas de meios favorecidos. Os estudos de Bernstein se aproximam muito do que é a sociolinguística como ciência investigativa, pois sua tese é a de que o aprendizado está intimamente ligado às marcas da família em que as crianças são criadas e que a estrutura social é que determina os comportamentos linguísticos (CALVET, 2002).

Em 1964, o americano William Bright se reuniu com outros 24 pesquisadores para um fórum sobre sociolinguística, dos quais se destacaram John Gumperz, Einar Haugen, Smarin Kelley e o americano William Labov. Nesse fórum, Bright tentou definir o objetivo da sociolinguística, mas admite que dizer que a sociolinguística é a ciência que estuda a língua relacionando linguagem e sociedade é muito vago, sendo necessário, pois, delimitar e definir essa ciência da linguagem. Nessa tentativa de delimitação, ele desenvolveu uma lista de dimensões para a sociolinguística, que serviu para esclarecer quais os verdadeiros fatores que influenciam a variação linguística, resumindo-os em três: identidade social do falante, identidade social do destinatário e contexto (CALVET, 2002, p. 101).

Contudo, é só com os estudos desenvolvidos pelos sociolinguistas Uriel Weinreich, Marvin Herzog e, principalmente, William Labov, o qual, ao estudar a estratificação do /r/ nas grandes lojas de departamento nova-iorquinas, em 1966, a sociolinguística ganha um modelo teórico de investigação, a teoria da variação linguística. Nesse estudo, William Labov estudou o tratamento de duas semivogais na população de uma ilha situada à costa de Massachusetts, Martha's Vineyard:

pronúncia do ditongo /ay/ em palavras como *right, white, pride, wine* entre outras e do ditongo /aw/ em palavras como *house, out, doubt* etc (CALVET, 2002). O resultado deste trabalho mostrou que o primeiro desses elementos, o /a/, é realizado pelos viniardenses com tendência a ser “centralizado”, ou seja, a ser pronunciado mais próximo do /e/. A partir daí, Labov procurou “compreender” esse traço linguístico, e para isso, distribuiu a população da ilha em grupos sociais (pescadores, agricultores, outros), em grupos de etnia de origem (inglesa, portuguesa, indiana). Contudo, não foi só nessa divisão que Labov encontrou a resposta; foi preciso estudar a estrutura social da ilha para concluir que, por sentirem vontade de sair da ilha em função dos altos impostos cobrados e por hesitarem em deixar a ilha, havia certa divisão entre esses grupos, cuja realização do ditongo era diferente, de modo que, os que queriam sair da ilha e ir morar no continente tinha uma característica fonética diferente do outro grupo. (CALVET, 2002). Calvet (2002, p. 92-93) resume a importância dos estudos de Labov no que se refere, principalmente a procedimentos metodológicos:

- a ideia de pesquisar uma(s) variável(eis) frequente(s) que geralmente aparecem na estrutura linguística, variáveis cuja distribuição deve ser fortemente estratificada;
- o estabelecimento de uma metodologia que extrai essas variáveis dos textos produzidos pelos falantes;
- a pesquisa da correlação entre essa distribuição de traços linguísticos e uma distribuição de traços sociológicos.

O autor frisa um aspecto importante do estudo da variação: a variante constante. Não basta que, como resultado, se encontre uma ou outra variante, mas que esta variante seja constante com outros falantes, o que evidencia a importância que ela tem naquele grupo enquanto possibilidade linguística. A respeito da importância desse estudo de Labov e de outros trabalhos desenvolvidos nesse período, Lucchesi (2004, p. 168) observa que

além dos estudos de Labov sobre Martha’s Vineyard e Nova York, formam a base empírica dessa teorização os estudos de Herzog sobre a dialetologia do iídiche no norte da Polônia, e o trabalho de Weinreich no *language and culture atlas of Ashkenazic Jewry*.

Voltando-se aos questionamentos de Meillet, Labov se aproxima muito do que o linguista tinha pensando há tempos. O que de fato os une quanto ao pensamento da análise linguística é a concepção de que o objeto de estudo para

ambos é a estrutura e a evolução da linguagem no âmbito social formado pela comunidade linguística (CALVET, 2002, p. 99).

Depois dos estudos empíricos realizados no propósito de mostrar a variabilidade da língua e como se dá esse processo, de estabelecer um modelo de investigação dessa variabilidade, pode-se dizer que a sociolinguística é um ramo da linguística que estuda a língua considerando os fatores sociais como elementos norteadores da variação à qual a língua se submete. Labov, ao reafirmar a abordagem social da linguagem feita por Saussure, alega que a sociolinguística é a própria linguística, pois esta é inconcebível sem o contexto social. Dubois, ao definir a sociolinguística, observa as relações que esta ciência tem com outras que fazem parte do campo da linguística. Segundo ele, a sociolinguística é “uma parte da linguística cujo domínio se divide com o da etnolinguística, da sociologia, da linguagem, da geografia linguística e da dialetologia” (DUBOIS, 2004, p. 561). Quanto ao papel da sociolinguística, Mollica (1995, p. 121) diz

que “cabe à sociolinguística investigar o grau de instabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático.

Para Marcuschi, a área abrangida pela sociolinguística é mais vasta, pois

vai desde os problemas que surgem na comunicação entre os indivíduos (seja no plano afetivo, psíquico, social, econômico etc.), passando pela análise dos dialetos, idioletos, socioletos, questão de pronúncia e desenvolvimento linguístico da criança, até a barreira linguística proveniente, muitas vezes, de concepções ideológicas, diferença de mentalidade, raça e posição social, bilinguismo ou formas verbais cristalizadas pela instituição (MARCUSCHI, 1975, p. 11).

O que se pode dizer a respeito da atuação da sociolinguística é que essa amplidão só serve para dar uma dimensão de que recursos a sociolinguística utiliza para precisar ainda mais seus resultados. A valorização de todos esses elementos dos quais nos fala Marcuschi é importante para que se faça a análise da variação linguística porque todos os fatores externos à língua que podem influenciar o falante são relevantes para os resultados. Esses fatores são chamados de condicionantes, pois são “influências” que caracterizam de certa forma a fala do indivíduo.

Para Monteiro “a sociolinguística analisa os aspectos sociais com o intuito de compreender melhor a estrutura das línguas e seu funcionamento” (2001, p. 28). Ao definir assim o papel da sociolinguística, ele a aproxima do funcionalismo. Ao considerar o estudo da língua pelo seu funcionamento, Monteiro refere-se à sua utilização e suas situações de realização. Rodrigues explica melhor essa relação ao dizer que

“existe uma relação entre a abordagem sociolinguística e a abordagem funcionalista, no sentido de que ambas se preocupam, sobretudo, em descrever e explicar o uso da língua, a partir das interações verbais os indivíduos em circunstância concreta (MONTEIRO, 1997, p. 22).

A sociolinguística então analisa a língua funcionalmente, considerando os fatores que condicionam a produção linguística, procurando entender os motivos que levam à variação, buscando, com isso, mostrar que a variação é justificada pela estrutura da própria língua uma vez que o processo de variação se dá na utilização funcional da língua.

1.4.1 Sociolinguística: a ciência da fala?

O fato de a sociolinguística surgir em função da valorização da fala, desprezada por Saussure por ser não-sistemática, não implica dizer que ela é a ciência da fala. Evidentemente é na fala que a sociolinguística encontra o seu *corpus*, mas não é unicamente da fala que ela vai tratar. O objeto da sociolinguística é variação linguística, que é mais comum na fala do que na escrita. A razão disso parece óbvia: nas situações mais comuns (conversas informais), o modo de produção da fala é diferente do da escrita e aquela se processa muito mais livre dos elementos normativos. Nessas situações, a fala não está necessariamente “presa” ao sistema de normas sob o qual está a escrita nas situações mais comuns (produção de documentos ou textos de caráter formal), sendo mais pré-elaborada e por isso, podendo ser também “podada” e seguir os manuais do *bon usage*.

A produção espontânea da fala não permite total monitoração do sujeito falante de modo que ele reproduza o sistema complexo estabelecido pela norma culta. Elencar as diferenças entre a fala e a escrita seria desnecessário, uma vez que poderíamos resumir no fato de que são duas formas distintas da manifestação da

língua, uma pré-elaborada e pautada numa norma, e a outra espontânea, que, pelo caráter de emergência da produção e por contar com a presença do interlocutor, não está pautada na mesma norma, embora procure também não desprezá-la (a norma) como modelo. Tudo isso se considerarmos as produções de fala e escrita mais específicas, pois em certas situações, como já foi expresso anteriormente, fala e escrita trocam características, podendo ser a fala mais formal e a escrita menos formal.

Sempre que se discute acerca de fala e escrita, considera-se a relação entre esses dois elementos simplesmente como uma dicotomia, em que se enfatizam as diferenças entre eles. Marcuschi aponta para um fator novo que vem aproximando ainda mais fala e escrita, as produções textuais das salas de bate-papo. Segundo ele,

[...] temos aqui um modo de comunicação com características típicas da oralidade e da escrita, constituindo-se, esse gênero comunicativo, como um texto misto situado no entrecruzamento de fala e escrita” (MARCUSCHI, 2004, p. 18).

O caráter dos textos das salas de bate-papo propicia essa aproximação entre as duas modalidades da língua, o que justifica essa característica de texto misto. É relevante considerar a observação de Marcuschi porque vivemos numa época em que a escrita ganha ainda mais espaço na vida das pessoas e, juntamente com a tecnologia, que avança numa proporção considerável, mais recursos que fundem fala e escrita têm sido utilizados pelos comunicadores.

O que fica nítido nessa abordagem de Marcuschi é que só há essa aproximação em textos de bate-papo, que apresentam caráter de produção imediata, por que o processo de comunicação é semelhante a uma situação de fala, o que nos leva à velha dicotomia das diferenças entre fala e escrita. Contudo, estudos realizados em textos de jornais escrita d'A Folha de S. Paulo, por exemplo, têm mostrado que há marcações da língua falada em textos escritos, o que implica dizer que a relação entre fala e escrita não é tão distante assim, no sentido de que mesmo consistindo numa produção que “exige” maior formalidade, a escrita também apresenta características que parecem ser exclusivas da fala. Isso nos leva à reflexão de que é importante considerarmos esse fato para compreendermos melhor os mecanismos da língua. Essa observação nos levará à conclusão de que as diferenças entre fala e escrita não constituem somente uma dicotomia. Muitas são as tendências de tratamento desta

questão. Marcuschi, ao observar a relação entre fala e escrita sob a perspectiva variacionista, comenta que “notável nessa tendência é o fato de não se fazer uma distinção entre fala e escrita, mas sim uma observação de variedades linguísticas distintas” (MARCUSCHI, 2004, p. 30). Essa perspectiva questiona a escrita como a modalidade da língua padrão, e deixa claro que a variação é um fenômeno presente tanto na fala quanto na escrita. O que se deve observar, nesse caso, é que são manifestações diferentes de variações, pois, não se deve negar que há diferenças entre oralidade e escrita, como, por exemplo, as construções, em que na escrita são mais complexas enquanto na fala são mais simples e mais fragmentadas. Essa fragmentação pode ser explicada pela desnecessidade de o falante completar o enunciado, no sentido de que a interação entre os interlocutores faz com que o ouvinte já compreenda o sentido do enunciado por parecer óbvio. Por contar com gestos e entonação, a fala pode omitir estruturas que na escrita são fundamentais, uma vez que o escritor não está presente para representar o que está escrevendo, ficando o processo de comunicação dependente da clareza da escrita e da boa leitura por parte do receptor.

2.5 O TEXTO JORNALÍSTICO: EQUILÍBRIO ENTRE AS NORMAS

2.5.1 O “erro” e o preconceito linguístico

Embora trabalhe mais com dados da língua falada, por ser essa modalidade mais evidente da variação, a sociolinguística também se ocupa da modalidade escrita. Estudos realizados com textos escritos têm dado mostras de que a variação linguística não é exclusiva da fala, mas que é um fenômeno linguístico e por isso pode se processar em várias situações de produção textual. No Brasil, são muito comuns as críticas feitas a placas e a anúncios que contêm “erros” gramaticais. Essas críticas, que mantêm mais acesa a chama do preconceito linguístico, geralmente são feitas sem nenhuma fundamentação científica, o que abre espaço para a banalização da variação linguística.

Nesse momento, convém recorrer aos profissionais que podem contribuir para a explicação e conseqüente amenização dessa reação às variações linguísticas. Ao

profissional da linguística ou mais especificamente da sociolinguística, cabe a observação e a investigação dessas ocorrências de modo que se possam compreender os fenômenos que constituem a língua, mostrando para o próprio falante que esses “desvios” são mudanças naturais da língua. A crítica é ação natural de todo o profissional que estuda determinado objeto, sob determinada visão e feita a partir de uma metodologia, constituindo a investigação num trabalho científico. O problema, porém, é que mesmo o profissional que deveria trabalhar no propósito de esclarecer os mecanismos da língua, como os professores de língua portuguesa, ou ainda não estão preparados para isso ou simplesmente age conforme os preconceituosos linguísticos. A respeito disso, Luft afirma que

O professor tradicional não se dá de conta de que todo falante nativo “sabe” sua língua, apenas precisa desenvolver, crescer, praticar em outros níveis e situações. Nunca ouviu falar em gramática “internalizada”. Falta-lhe em geral uma formação linguística mais séria; ou leu e não acreditou nas novas teorias; ou é mais cômodo restringir-se a currículos impostos e livros didáticos adotados, adaptar-se a opiniões generalizadas e estabelecidas (LUFT, 1985, p. 48).

Essa deficiência nos estudos que envolvem conhecimentos linguísticos, mais especificamente o ensino de língua portuguesa, tem contribuído para a disseminação do preconceito linguístico.

Faz-se, pois, necessário distinguir o que são os tais “erros” gramaticais. A não-utilização ou o desvio das normas gramaticais têm sido encarados como “erros” linguísticos, ou agramaticalidade, termo criado pela teoria gerativista definir aquilo que não faz parte da estrutura da gramática da língua. Fatores como o cansaço, a inibição, os lapsos de memória, a pressa etc,

determinam que o desempenho linguístico ou os atos de fala sejam afetados de frases mal formadas, as quais os próprios falantes condenam e às vezes até costumam corrigi-las, quando se dão conta de que não se expressam bem (LEMOS, 2001, p. 32).

Contudo, essas frases “mal formadas” não são “erros” linguísticos ou construções agramaticais e sim variações. Segundo Monteiro,

a sociolinguística veio, porém, demonstrar que a agramaticalidade na fala cotidiana é um mito, sem base em dados reais. Deixando de lado os titubeios ou lapsos normais, qualquer enunciado reúne condições de ser descrito, não passando de mera diferença dialetal, o que muitas vezes se

julga uma frase impossível. [...] Não se deve esquecer que o sistema, sendo um conjunto de oposições funcionais, oferece múltiplas possibilidades de realização. O fato de que uma construção possa parecer estranha às vezes decorre de uma baixa ou quase nula frequência, mas isso não equivale a dizer que o sistema não a aceita” (2001, p. 32).

Esses famosos “erros”, encarados como meros desvios das normas gramaticais, são muito comuns na língua, não só na modalidade falada, em diferentes situações, mas também na escrita. A propaganda, por exemplo, está recheada de fenômenos de variação linguística e não de “erros” como supõem gramáticos, como Luiz Antonio Sacconi, Pasquale Cipro Neto (BAGNO, 1999, p. 85), conforme mostram as análises feitas por Scherre apud Bagno (1999). Lembremos que a noção de erro é centrada na visão de que são erradas as formas que não seguem uma norma, neste caso a norma-padrão. Essas formas, por sua vez, só são consideradas erradas pelo grupo quando se torna visível a marca estigmatizada da classe social a que o sujeito falante faz parte. Por isso,

a falta de concordância verbal (nós vai) ou nominal (dois pastel), esta, sim, é denominada *erro* [...] não porque a falta de concordância acarreta problemas de comunicação, mas porque ela distingue grupos sociais [...]” (SCHERRE, 2004, p. 225)

Scherre explica que a noção de erro está muito mais associada ao prestígio ou à falta dele em relação aos grupos sociais, de modo que são estigmatizados aqueles que não gozam do prestígio que a norma-padrão, com suas formas “certas” propicia, do que a real noção de que as estruturas que não expressam enunciados é que são “erros” porque são agramaticais. A análise que ela faz centraliza-se no uso do imperativo no português brasileiro, cuja conclusão é de que o falante não faz distinção entre as formas *tu* e *você*, conforme ordena a norma. Para isso, ela usa exemplos cristalizados na nossa memória através da propaganda, como o *slogan* “*Vem pra Caixa você também*”, cuja concordância não segue os preceitos gramaticais, pois a forma “vem” deveria ser substituída por “venha”, que é a equivalente à terceira pessoa do singular, marcada pelo pronome de tratamento “você”.

No tocante à *agramaticalidade*, Labov diz que esse fenômeno não passa de um mito, pois o falante, em momento algum, seria capaz de produzir uma estrutura que não esteja pautada em quaisquer regras da língua que este já não tenha aprendido através da interação. Na verdade, as frases agramaticais, são criadas por professores

apenas para exemplificar o que seria a agramaticalidade, mas que, de fato, não se constata em momento algum durante o processo de comunicação (MONTEIRO, 2001).

Ocorrências como essas estudadas por Scherre, as quais mostram faces da língua que falamos, merecem muito mais atenção linguística do que crítica, principalmente se esta for feita sem nenhum caráter científico. Há quem questione que estas “deturpações” influenciam negativamente o processo de alfabetização das crianças e podem levar o falante à utilização errônea da língua, conforme se vê no trecho a seguir, extraído de uma matéria sobre erros de português, da revista *Imprensa*, ano III, n. 34.

De fato, de 30 anos para cá, o ensino da língua portuguesa nas escolas primárias e secundárias teve sua qualidade perigosamente comprometida pelo descaso governamental, pela incúria dos educadores e – pior – pela garantia, na mídia, das condições de reprodução dos equívocos sintáticos e derrapadas linguísticas. De tanto esses erros serem repetidos, assumem foros de norma estabelecida. “Vem pra Caixa você também” propõe, por exemplo, o anúncio de um banco oficial. “No meu governo”, indigna-se Luís Edgar de Andrade, 57 anos e 35 de profissão, diretor de redação da Rede Manchete, “o presidente da Caixa Econômica Federal seria condenado ao degredo perpétuo, para aprender como se conjuga o verbo vir no imperativo”. (MESQUITA, 1999, p. 34)

A respeito do trecho acima, é importante ressaltarmos dois aspectos: primeiro, o preconceito com que o diretor da Rede Manchete age em relação à forma utilizada pelo *slogan* da Caixa, ao referir-se à utilização da forma “vem” no lugar de “venha”, correspondente à terceira pessoa do singular, marcada pelo pronome de tratamento *você* – substituição já comentada acima; segundo, a observação de que “de tanto esses erros serem repetidos, assumem foros de norma estabelecida”. O último aspecto nos remete a um tipo de texto que tem exercido esse papel de dá a esses “erros” “foros de norma estabelecida”, o texto jornalístico.

1.5.2 O texto jornalístico e as normas

Se se fizesse uma análise de como se tratam as leis da norma culta em todos os textos escritos publicados no Brasil, chegar-se-ia à conclusão de que não existe uma norma padrão senão normas distintas que servem ao propósito da comunicação linguística. Conforme já mencionado anteriormente, Bagno (2001), ao realizar

estudos com textos de *A Folha de S. Paulo*, tem mostrado vários fenômenos de variação linguística, como as estratégias de relativização, de pronominalização, os pronomes sujeito-objeto, as orações passivas sintéticas, as regências dos verbos *ir* e *chegar* com sentido de direção, entre outros. A despeito da análise das variações em textos escritos, cujo caráter é normativo, Bagno (2001, p. 72) observa:

É muito importante levar em conta que um texto jornalístico, além de seu redator, também passa pelo crivo de um editor e de um ou mais revisores. O texto estampado no jornal é o resultado, portanto, de um trabalho de elaboração e re-elaboração que inclui mais de uma pessoa.

Essa observação é fundamental para observarmos que mesmo a escrita passando por uma série de revisões, a variação parece fazer parte da escrita não meramente como uma ocorrência, mas como algo próprio da língua. Lembremos que toda mudança linguística passa por longos processos até que perca o *status* de variação ou “erro”. Por isso, o que se considera hoje como erro, pode, futuramente, ser apenas uma estrutura linguística, de prestígio culto, como qualquer outra forma, como foi outrora a variação do latim que resultou nas línguas românicas.

Acerca do texto jornalístico, Nilson Lage, ao relacionar os diferentes registros linguísticos, afirma que “o registro formal é uma imposição de ordem política, esteja ou não na lei. A pressão social valoriza seu emprego e qualifica de erro todo desvio” (LAGE, 2004, p. 37). Quando se fala de registro formal, considera-se a norma padrão, que é a norma exigida nos textos escritos. Esse caráter de imposição durante o processo de produção textual escrita nos dá a ideia de que há uma “norma”, uma “regra” obrigatória, fazendo com que o redator, ao dar tanta importância a essas regras, sinta medo de escrever. Esse medo também é comum em quem tem sua escrita avaliada, como os alunos pré-vestibulando, por exemplo, que, por dependerem de notas dadas aos seus textos, e sabendo que a norma exigida é a culta, têm mais medo de cometer desvios gramaticais do que necessariamente dificuldades de expressar suas ideias. Porém, na maioria das vezes, seus textos são compreensíveis no que diz respeito ao conteúdo, embora contenham estruturas em desacordo com os preceitos da GT.

Quando se fala de diferenças de registros, fala-se de variação linguística e não de “certo” ou “errado”, conforme alguns leigos consideram. Esse preconceito linguístico acerca dos registros – formais ou informais / padrões ou não-padrões – é o

que mantém e estabelece mitos, que por sua vez, dão à escrita o *status* de modalidade da língua padrão. O texto escrito, na maioria das vezes, apresenta caráter normativo, ou seja, é construído sob uma série de normas que “devem” ser respeitadas e cujo desvio é considerado “erro”.

Contudo, ao falarmos em registros diferentes, convém ressaltar que nem todos os textos são escritos da mesma forma ou com o mesmo propósito. O que em uns pode ser considerado erro, em outro pode ser um recurso de linguagem. Lage (2004) observa que alguns tipos de textos se constituem de formas congeladas, como os documentos oficiais, cuja estrutura e linguagem não se modificam ou se modernizam com o tempo, como ocorre com a linguagem jornalística. Esse “congelamento” não permite, por exemplo, que variantes linguísticas sejam inseridas nesse tipo de texto, pelo rigor formal que apresentam. Lage (2004, p. 37) diz que

requerimentos e cartas comerciais são exemplos de textos que suprimiram variações significativas através de fórmulas *congeladas* que, com o tempo, chegam a se diferenciar da língua corrente, como rituais em cujo sentido ninguém presta atenção. Para impedir que isso ocorra com o texto jornalístico, ele precisa ser submetido constantemente à crítica, que remove o entulho e repõe vida nas palavras.

Lage chama às formas congeladas, ou velhas de entulho, observando que é preciso renovar a estrutura da linguagem jornalística para que ela não perca o sentido expressivo que deve ter. A reposição da vida, da qual Lage fala é a substituição de estruturas que sofrem mudanças tanto formal quanto semanticamente. Essas mudanças, por sua vez, são resultados da mudança da sociedade, dos valores, dos costumes, ou ainda da integração da comunidade linguística a novas culturas etc. Há que se observar também que a função da linguagem jornalística é fundamentalmente referencial, o que lhe dá um caráter formal, exigindo, portanto, a utilização da norma culta. A linguagem jornalística, portanto, tem dois objetos básicos: informar e manter-se atualizada.

A atualização da linguagem jornalística só é possível se esta acompanhar as mudanças linguísticas, quer seja no campo estrutural, sintático ou semântico. Somente “falando” a língua dos leitores tem-se êxito no processo comunicativo, pois o “código” utilizado com suporte da comunicação pode ser reconhecido pelos interlocutores de diferentes gerações, o que não aconteceria se o jornalismo não aceitasse novas estruturas e mantivesse sempre a mesma estrutura. Podem-se

comparar determinadas estruturas fixas dos documentos oficiais, por exemplo, em que os leitores ou redatores têm dificuldade ao utilizar os pronomes de tratamentos – normas nesse tipo de texto. O uso de formas flexionadas em segunda pessoa, cujo uso vem gradualmente diminuindo entre os falantes do português, mantêm-se intactas nos textos oficiais.

Por apresentar esses dois objetivos nítidos, a linguagem, segundo Lage (2004), ao buscar a comunicabilidade acima de tudo, mas também ao seguir os usos da língua padrão, acaba utilizando características mistas das duas normas, a padrão e a coloquial. Segundo ele,

a conciliação entre esses dois interesses – de uma comunicação eficiente e de aceitação social – resulta na restrição fundamental a que está sujeita a linguagem jornalística: ela é basicamente constituída de palavras, expressões e regras combinatórias que *são possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal* (LAGE, 2004, p. 38) [grifo do autor]

Isso quer dizer que no texto jornalístico, utilizar registros coloquiais não constitui necessariamente “erro”, como é considerado em outros textos escritos. Conforme já explicou o jornalista, usam-se os registros coloquiais aceitos pelo registro formal. É então a linguagem jornalística, no tocante ao registro, o meio-termo, mas sempre pautada na busca das formas “corretas”, pois as formas não aceitas são tidas como “erros”. Esse meio-termo se constitui de formas que há muito têm se mostrado em textos escritos e já gozam hoje de certo prestígio, como acontece em todas as línguas.

Contudo, observa-se que os textos jornalísticos têm apresentado não apenas as formas aceitas pelo registro formal, mas também alguns não-aceitos, como, por exemplo, o uso de pronomes oblíquos átonos em início de frases.

Lage aponta uma série de exemplos de diferenças entre a linguagem formal, coloquial e a jornalística. Vejamos alguns desses exemplos (LAGE, 2004, p. 38):

formal	jornalística	Coloquial
próximo a perto de	<i>perto de</i>	<i>perto de</i>
Mora à rua X	<i>Mora na rua X</i>	<i>Mora na rua X</i>
homossexual	<i>homossexual</i>	<i>veado, bicha</i>
Semáforo	<i>semáforo (SP)</i> <i>sinal (RJ)</i>	<i>farol (SP)</i> <i>sinal (RJ)</i>
construção agramatical	<i>foi assistido por</i>	<i>foi assistido por</i>

Pela tabela de Lage, observa-se que a linguagem jornalística se constitui de escolhas, preferindo e objetivando sempre a comunicabilidade, pois, a linguagem jornalística deve ser mais universal que outras linguagens, no sentido de que é dirigida a um público não-específico, como são os textos científicos, por exemplo, cujo público leitor são prévios conhecedores do conteúdo lido e da própria estrutura textual. Segundo Erbolato,

os jornais se destinam à massa e, ao serem preparados, ignora-se a quem chegarão os seus exemplares, que tanto poderão ser lidos pelo Presidente da República, Ministros, Senadores, Governadores, Deputados, Prefeitos, Vereadores, Embaixadores e cientistas, quanto por pessoas humildes, das classes populares e apenas com o curso primário. A linguagem, portanto, deve ser correta e *acessível a todos* (1979, p. 81) [grifo nosso]

É a busca pela acessibilidade – a comunicabilidade acima de tudo – que dá à linguagem jornalística, o *status* de linguagem universal. Essa universalidade se refere ao número de receptores do texto jornalístico, a cujo acesso é mais fácil. A linguagem jornalística, como o próprio material jornalístico precisa trabalhar com o agora, o atual e por isso precisa informar com rapidez e agilidades, necessitando, para tal, chegar mais próximo da linguagem popular do que dos manuais de gramática. O público leitor do jornalismo precisa sentir-se o alvo da notícia, da reportagem; ele precisa sentir o elemento fundamental do processo comunicativo porque a notícia não é feita senão para ele, e por isso a “língua dele” deve ser utilizada para que haja a comunicação perfeita. Diferentemente do literário ou científico, o texto jornalístico é procurado pela necessidade de o indivíduo manter-se informado do que acontece todos os dias. O público leitor dos textos literário e científico recorre a eles segundo uma necessidade secundária, o prazer ou o estudo.

A explicação para a presença de variações nos textos escritos dos jornais, além do caráter comunicativo já expresso dá-se também, segundo Kato, pelo fato de as modalidades oral e escrita da linguagem apresentarem “uma *isomorfia parcial*, porque fazem a seleção a partir do mesmo sistema gramatical e podem expressar as mesmas intenções” (KATO, 1995, p. 32). Isso implica dizer que as diferenças entre essas duas modalidades são então as suas condições de produção. A autora conclui dizendo: “Percebe-se, pois, que as diferenças formais normalmente observadas entre a fala e a escrita nada mais são do que diferenças acarretadas pelas condições de produção e uso da linguagem.”

A linguagem jornalística, então, por conciliar ou tentar conciliar as variedades da língua, de modo a comunicar com clareza e precisão, pode tornar-se objeto de investigação da variação linguística na escrita, pois suas condições de produção podem oferecer à sociolinguística um exemplo de como as variações são manifestações naturais que surgem em função das necessidades de comunicação.

A ESCRITA QUE VARIA – UMA ANÁLISE VARIACIONAL DE TEXTOS JORNALÍSTICOS ESCRITOS

A sociolinguística é a ciência que estuda a variação linguística associando-a a fatores sociais. Contudo, não é só por fatores sociais que ocorrem variações, embora sejam esses fatores os principais influenciadores da variação. Este trabalho, que busca analisar a variação linguística em textos escritos, não pode, em função do *corpus*, fazer um estudo sociolinguístico, senão um estudo da variação. Isso não implica dizer que a sociolinguística não forneça subsídios para a sua realização. O que devemos ressaltar, de início, é que os fatores sociais não serão considerados elementos condicionadores linguísticos que influenciem no processo da variação. Se nos apoiarmos em fundamentações sociolinguísticas serão observações anteriormente estudadas que podem nos auxiliar como embasamento teórico.

Como é sabido que a variação linguística não ocorre somente na fala, este estudo tem o propósito de mostrar que o fenômeno da variação linguística é um fato que diz respeito à língua e não necessariamente a esta ou aquela modalidade. Para tanto, usar-se-á como *corpus* textos jornalísticos escritos, mais especificamente dos jornais *A Gazeta*, *O Rio Branco*, *Página 20* e *A Tribuna*, todos publicados diariamente em Rio Branco.

2.1 O CONTEXTO COMUNICATIVO DE RIO BRANCO E O *CORPUS*

A cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre, tem 314.127 habitantes. A cidade é a mais populosa do estado, concentrando quase metade da sua população total. Quanto à comunicação, o município é receptor dos canais televisivos: TV

Aldeia, (TV Cultura) - Canal 2, TV Acre (Rede Globo) - Canal 4, TV 5 (Band) - Canal 5, TV Rio Branco (SBT) - Canal 8, TV Gazeta (Record) - Canal 11, TV União (local) - Canal 13, AmazonSat - Canal 21, Rede Vida - Canal 27 e RedeTV! - Canal 40. É receptora das ondas de rádio: Progresso AM 740 kHz, Líder AM 800 kHz, Universitária AM 1.350 kHz, Aldeia AM 1.400 kHz, Difusora Acreana, Gazeta FM 93,3 MHz, União FM 94,7 MHz, Aldeia FM 96,9 MHz, Acre FM 98,1 MHz, Boas Novas FM 107,9 MHz e Latina FM 101,1 MHz.

No tocante à comunicação escrita, Rio Branco conta com a publicação de seis jornais: A Gazeta, Página 20, A Tribuna, O Rio Branco (diários) e O Estado e O Tablóide (semanais).³

Para a realização dessa pesquisa, utilizaram-se os quatro jornais publicados diariamente em Rio Branco. Para a composição do *corpus*, cuja função é evidenciar as variações linguísticas em textos escritos, foram escolhidos os textos tidos como os que passam por um “cuidado” maior no tocante à estrutura e à norma. Assim, escolheram-se os textos que compõem a primeira página, os noticiários gerais (artigos e notícias) compostos por jornalistas que integram a equipe dos jornais, e os editoriais. Evitaram-se os artigos escritos por pessoas que não integram as equipes dos jornais porque boa parte desses textos não é revisada pelo editor chefe, senão pelos próprios autores. Para mostrar que a variação linguística é possível também em textos escritos, buscou-se analisar os textos de caracteres o mais formais possível, e por isso, foram excluídos do *corpus* os artigos encomendados, e os textos dos cadernos 2. Quanto à quantidade de textos, escolheu-se uma semana inteira de publicação dos quatro jornais (de 19 a 25 de dezembro de 2006), totalizando 20 edições. Vale ressaltar que algumas publicações equivalem a 2 ou 3 edições em função do feriado de 25 de dezembro.

Além da análise das ocorrências nos textos escritos dos jornais, foram realizadas entrevistas com alguns jornalistas e os editores-chefes das equipes jornalísticas dos jornais analisados. O intuito da entrevista era investigar de que modo os profissionais de jornalismo lidam com a questão da norma culta na produção dos textos, se fazem revisão em todos os textos, quem os faz, sob que critérios, etc.

³ RIO BRANCO. Disponível em:
<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Branco_\(Acre\)#Comunica.C3.A7.C3.A3o](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Branco_(Acre)#Comunica.C3.A7.C3.A3o)> Acesso em: 23 abr. 2008

2.2 GRAMÁTICA NORMATIVA X GRAMÁTICA NATURAL

Desde pequenos, principalmente quando passamos a frequentar a escola, lidamos com a palavra “gramática”, e a ela fazemos referência ao ensino da língua que falamos, o vernáculo. Além do ensino, associada ainda à palavra gramática, está a concepção de que ela é o conjunto de regras (e exceções) que constituem a língua. Essa concepção de gramática é que tem resultado na crença de que é difícil aprender a língua, o que causa nos estudantes, certo “medo” de estudar o vernáculo. Esse medo às regras da gramática gera outro problema, o preconceito linguístico – discriminação de determinadas estruturas linguísticas produzidas pelo falante, principalmente os de baixa escolaridade. O que parece estar fixo na mente dos “aprendizes” da língua é que os falantes “precisam”, segundo as regras dessa gramática”, seguir as normas estabelecidas. Essa gramática existe – estamos falando da gramática normativa, artificial ou tradicional (doravante GT). Contudo, existe uma outra, que parece “assustar” menos ou não causar nenhum trauma, a gramática natural (doravante GN).

Por isso, convém fazer a distinção entre a GN e a GT. Aquela estuda a língua considerando todos os elementos que a compõem, sem se importar com a noção de “certo ou errado” – é a gramática da linguística; e a outra estuda as regras que servem para a organização e uniformização da língua, de modo que ela seja sempre falada e escrita por suas comunidades da mesma forma, o que acaba levando, por parte de alguns grupos, à noção de “certo e errado”. Podemos então concluir que a GN é de estudo da linguística, que tem “a tarefa de formular explicações sobre o mecanismo subjacente à linguagem. Tal tarefa, em última instância, consiste da formalização da gramática de determinada língua” (SILVA, 2003, p. 15).

A mesma autora completa que “a gramática prescritiva ou gramática normativa explica as regras determinadas para uma língua qualquer” (SILVA, 2003, p. 15).

Luft (2002, p. 21) assim distingue a gramática natural da artificial:

Gramática natural – sistema de regras segundo as quais os falantes constroem as frases. É um saber intuitivo, o próprio saber linguístico ou competência idiomática de cada falante.

Gramática artificial é, primeiramente, a descrição desse saber linguístico e, secundariamente, uma obra – livro, manual – em que se registra essa descrição.

Observe-se que as “regras” que compõem os estudos da GT são impostas pelo homem a todos os falantes da língua e são artificiais. A estrutura da GN é inerente ao indivíduo falante, pois ele não precisa que alguém lhe ensine, basta que ouça os outros falarem. As regras da GN, além de não serem impostas, criadas por interesses particulares, são variáveis. Por isso, podemos dizer que a noção de certo e errado pertence aos estudos da GT, cujo caráter é autoritário e punitivo ao falante que desobedece às regras.

Luft diz que

o que capacita o falante a construir ou interpretar quaisquer frases da língua é a gramática: sistema limitado de regras que gera frases ilimitadas – e número e extensão –, todas as frases bem formadas da língua, nem mais nem menos, ligando sentido e som, e aliando às frases geradas uma descrição estrutural. assim define gramática (2002, p. 22)
[grifo do autor]

A concepção que a maioria das pessoas têm acerca da gramática é definida por Dubois, como sendo

a descrição completa da língua, isto é, dos princípios de organização da língua. Ela comporta diferentes partes: uma fonologia (estudo dos fonemas e de suas regras de combinação), uma sintaxe (regras de combinação dos morfemas e dos sintagmas), uma lexicologia (estudo do léxico) e uma semântica (estudo dos sentidos dos morfemas e de suas combinações) (DUBOIS, 2004, p. 313)

Nessa análise, usaremos as noções da GT para relacionar com a GN, mostrando que as estruturas naturais nem sempre seguem o mesmo princípio da GT, devido a vários fatores, os quais serão analisados conforme cada caso em particular.

O que queremos nessa comparação é observar que existem essas duas gramáticas e que a manifestação de cada uma é diferente, mas que ambas são fundamentais não só para os estudos da língua, mas, e principalmente, para a organização da língua utilizada por uma nação. Em relação a essas duas gramáticas, este trabalho tem o objetivo de mostrar que a GN, por não ser uma norma artificial, tem a tendência a uma variação maior e que em função disso, suscitar discussões acerca da outra gramática. Não cabe a nós o julgamento desta ou daquela gramática, cabe-nos a função de descrever o fenômeno linguístico pelos dois ângulos para que

possamos assim, fornecer mais subsídios para a compreensão do estudo da língua e de sua gramática.

As observações a seguir sobre fonologia, ortografia e morfologia foram feitas com o intuito de orientar o leitor, no sentido de que consideramos importantes determinadas definições e apontamentos para que não parem dúvidas sobre o objeto de análise.

2.2.1 A Fonologia

Pelo fato de se ter como *corpus* jornais escritos e publicados diariamente, produzidos todos em programas computadorizados, que fazem correção gramatical automaticamente, e ainda por esses textos passarem por uma revisão geral antes da publicação, previu-se que variações de caráter fonético-fonológico e/ou ortográfico ocorressem em menor quantidade que os de caráter morfológico e sintático.

Os resultados obtidos através da observação do *corpus* não identificaram nenhuma ocorrência de nível fonético-fonológico. A explicação para a ausência de variações nesse campo se dá pelos seguintes motivos:

a) a insuficiência do *corpus*. Embora a leitura de 20 edições de jornais pareça quantidade suficiente para a pesquisa, o número de texto não garante a existência de ocorrências, pois a variação é um fenômeno linguístico e por isso só ocorre em situações que o propiciem. Assim, mesmo na fala, não são todos os fonemas que apresentam variação, ou quando apresentam, é sempre numa situação particular. A definição de variação como as várias possibilidades de dizer a mesma coisa como mesmo valor de verdade significa que ela acontece em determinadas situações e somente quando é possível manter o mesmo valor. Um exemplo disso é a marca de plural de algumas palavras em português. Sintaticamente, o artigo (determinante) é o elemento que inicialmente expressa a noção de número e gênero, o que leva, em algumas situações (ou construções) à eliminação da marca do número em alguns substantivos, como na seguinte frase *As meninas bonitas chegaram*. Nessa frase, temos uma combinação nominal (artigo + substantivo + adjetivo) em que todos os termos apresentam a marca do plural *-s*. Segundo Tarallo (2003, p. 9) essa construção é redundante por repetir essa marca. Assim, explica-se, por exemplo, que

em determinadas situações essa marca só seja realizada no primeiro elemento (o determinante) do sintagma nominal (SN), resultando em variações como:

1. *as meninas bonita chegaram*

2. *as menina bonita chegaram*

b) a natureza da pesquisa, que foi realizada com textos escritos, o que dificulta muito, já expresso, a ocorrência de variantes fonético-fonológicas.

Não foi encontrada nenhuma variação linguística de nível fonológico, o que era previsível, pois, diante da representação gráfica dos fonemas, existe a ortografia. Assim, a variação linguística fonético-fonológica é “podada” por um princípio normativo e sua manifestação tal qual na fala é “uniformizada”. Se consideramos que a fala tem como característica a heterogeneidade, a escrita busca a homogeneidade. Os princípios que levam a isso já foram explorados no capítulo I, valendo lembrar que todo sistema linguístico precisa de uma norma que lhe valha a uniformidade.

2.2.2 A Ortografia

A palavra ortografia é de origem grega e formada de duas partes: *orthós*, que significa “correto”, “direito” e *graphein*, “escrever” (LUFT, 1988). É a parte da gramática que estuda as formas corretas da escrita; corresponde a um conjunto de regras que determinam como devem ser escritas as palavras de uma determinada língua. A ortografia vigente no Brasil é a do Acordo Luso-Brasileiro de 1943, sancionado pelo Decreto-Lei nº 2.623, de 21/10/1955, e simplificado pela Lei nº 5.765, de 18/12/1971.

Lima (2003) observa que a história da ortografia portuguesa pode dividir-se em três períodos: o *fonético* (coincidente com a fase arcaica da língua até o século XVI – caracterizado pela tentativa de escrever as coisas do jeito que eram faladas); o *pseudo-etimológico* (do Renascimento até os primeiros anos do século XX – caracterizado pela tentativa de reproduzir a grafia latina e grega); e o *histórico-científico* (começa em 1911 e perdura até hoje – caracterizado por estudos científicos sobre a língua portuguesa, feito inicialmente pelo português Aniceto dos Reis

Gonçalves, resultando num documento oficial que adotado em Portugal em 1911, estendeu-se ao Brasil em 1931).

O objetivo principal da ortografia é organizar a escrita de uma língua de modo a uniformizá-la ou garantir que as palavras sejam escritas sempre da mesma forma, independentemente de qualquer coisa. Sacconi (2004, p. 43) explica essa importância:

A ortografia é uma invenção mais importante que a do próprio alfabeto, pois este permitia apenas a transcrição fonética, ou seja, a escrita das vogais e consoantes, grafando-se as palavras de acordo com a pronúncia de cada falante. Como o grupo de falantes que usam pronúncias diferentes, (dialetos), o uso do alfabeto geraria grafias diferentes para as palavras da língua, seguindo esses modos diferentes de pronunciar as palavras. A ortografia surgiu justamente para neutralizar essa variação, de tal modo que uma palavra apresentasse uma grafia, congelando, assim, a forma de escrita das palavras.

Além da capacidade de organização da escrita da língua, a ortografia influenciou ainda o alfabeto, pois este passou a estabelecer a relação entre letra e som a partir da ortografia e não mais do som intrínseco de cada letra. É a partir daí que algumas letras passaram, por motivos não mais necessariamente fonéticos, a representar mais de um som, pois a ortografia passou a considerar na escrita a etimologia da palavra. A letra *s* é um exemplo disso, pois esta pode representar vários fonemas: sapato (/s/), mesa (/z/). Assim, muitas palavras não seguirão a mesma lógica do som. Contudo, há de se observar que a organização feita pela ortografia também apresenta suas falhas. A grafia das palavras terminadas em *-ase*, *-ese*, *-ise* e *-ose*, por exemplo, deverão ser escrita com *s*, contudo há exceções, como *gaze*, *gozo*, *deslize*. Algumas exceções seguem preceitos etimológicos. No entanto, a palavra *deslize*, por exemplo, não tem origem identificada que lhe obrigue a grafia com *z*. A palavra *gozo* em sua origem não apresenta a letra *z* com parte da grafia. Cunha (1892, p. 391) explica a etimologia desse vocábulo:

gozo¹, *sm.* ‘gosto, utilidade, fruição, prazer’ XIV. Do cast. *Gozo*, deriv. do lat. *gaudium* || ANTE**gozAR** | -sar 1881 || ANTE**gozo** | -oso 1881 || **gozAÇÃO** XX || **gozADO** XX || **gozAR** XIV || **gozOSO** | XIV, *gouçoso* XIV. Cp. GOIVO.

O que deve ser observado é que a palavra originalmente do Latim, não apresenta a grafia com *z*, que surgirá no século XIV, no castelhano. A palavra tem

apenas uma origem, a latina, e por isso poderia seguir os preceitos dessa etimologia. Contudo, a ortografia não consegue, como se observa na palavra em questão, reconstituir a etimologia completa da palavra para lhe garantir uma grafia mais lógica. Isso causa uma série de dificuldades para o usuário da língua, que precisa decorar a palavra e não concebê-la por um conhecimento lógico. Devemos lembrar também que nenhum falante tem formação etimológica suficiente para garantir a escrita correta das palavras de sua língua. Em função disso, o estudo da ortografia se torna um dos mais difíceis, pois além das regras existentes, apresenta uma série de exceções, oriundas, provavelmente, da insuficiência de se conhecer de fato a etimologia das palavras ou ainda por mera imposição da classe dominante.

Já a palavra *gaze* apresenta na sua etimologia a grafia com a letra *z*, que explica a grafia atual. Cunha (1982) a define como oriunda do hindustani (*gazi*) ou do árabe (*gazzi*).

Embora as palavras sigam preceitos etimológicos, obedecendo à família da qual fazem parte, o distanciamento da escrita com o traço fonético causa certa confusão no usuário da língua, como, por exemplo, os sufixos formadores de verbos *-izar*. Pelas regras da ortografia e pelo processo de formação de palavras, a letra *-z-* é elemento auxiliar como consoante de ligação ou como elemento compositor do sufixo, como em *-izar*. Dessa forma, a ortografia determina que os verbos que se formarem com terminação fonética */izar/* devem se grafados com *z* se na palavra que o origina não contiver a letra *s*. Assim, *realizar* é grafado com *z* porque deriva de palavra que não contém a letra *s* no seu radical, ou seja, a letra *s* não faz parte da estrutura da palavra primitiva, de modo que a letra utilizada para a formação do novo vocábulo tem de ser o *z*. Contudo, se o novo vocábulo derivar de uma palavra que já contiver a letra *s* na sua estrutura primitiva, deve-se conservá-lo. Assim, análise deriva palavra *analisar*, com a marca do *s* original da palavra primitiva. Porém, as palavras *catequizar*, *hipnotizar*, *sintetizar* e *batizar*, não seguem a regra estabelecida, e são grafadas com *z*, mesmo sendo derivadas de palavras que possuem o *s* na estrutura da palavra.

A palavra *catequese* vem do francês *catéchèse* (1813), que por sua vez vem do latim eclesiástico *catechesis*, que vem do grego *katechesis*. Contudo, a palavra *catequizar* (1818) é derivada do francês *catéchiser*, que não é grafada com *z*. A explicação para a grafia com a letra *z* vem do latim *catechizare*, que por sua vez vem

do grego *catechízo*. A mesma coisa acontece com a palavra *batisar*, do latim *baptizare*, que vem do grego *baptízo* (século XVII).

Observemos que em alguns casos, não se obedece à derivação mais próxima, e sim a etimologia da palavra primitiva. Princípios à parte, o falante da língua não conhece e nem tem como conhecer a origem de todas as palavras de modo que fica difícil ele conhecer a grafia delas. Por isso, para aprender a ortografia da língua é necessário “decorar” a forma das palavras. Seria fácil essa tarefa se não fossem as milhares de palavras que constituem a língua. Por isso, a ortografia representa para o usuário da língua, a parte mais complexa de se compreender e de se utilizar. O que deve ser analisado também, é que se é grafada com *s* ou não, o falante não estabelece uma diferença que interfira no significado da palavra. Um exemplo disso é a palavra *maisena*, cuja grafia deve ser com a letra *s*, mas é grafada na famosa marca de amido de milho com a letra *z*. Para a maioria dos falantes não há nada que justifique a palavra ser escrita com *z* ou com *s*. Essa diferença só se torna notória quando se trata de alguns homônimos, em que a grafia deve ser clara para o entendimento do enunciado, pois mesmo quando formados por grafia distintas, os falantes não estabelecem diferenças de significados para cada palavra. Homônimos são palavras que apresentam escrita ou pronúncia iguais, porém com sentidos diferentes. Assim, *concerto* e *conserto* para o falante não apresentam diferença, e a significação só é definida pelo contexto. Prova disso são os inúmeros cartazes espalhados pelo país inteiro que não distinguem uma forma da outra. Esses “equivocos” cometidos pelos falantes são comuns porque a diferença só existe na escrita, não na fala, e se evidenciam exatamente quando o usuário da língua faz a transposição da fala para a escrita, na qual ele tenta, como a ortografia portuguesa já fez, reproduzir os sons da fala.

2.2.3 A Fonologia, a Ortografia e a Variação Linguística

A variação linguística no nível fonético-fonológico é analisada a partir da fala do sujeito, pois é nesse processo que se dá a realização das variantes. Contudo, a variação fonético-fonológica influencia também a escrita quando o escritor reproduz as marcas da variação na grafia. São exemplos disso os barbarismos – vício de linguagem que consiste em qualquer alteração da escrita da palavra. Os barbarismos

têm sua origem na fala, pois na maioria das vezes, são reproduções de variações fonético-fonológicas. Os barbarismos são classificados em: a) cacoépia ou cacoepia: quando o “erro” é de pronúncia, como por exemplo, *esteje, metereologia, xipófago*; b) silabada: quando ocorre a troca da sílaba tônica da palavra, como em *rúbrica, ávaro, íbero, ínterim*; c) cacografia: quando ocorre qualquer erro de grafia, como em *encima, pixe, magestoso*. Diferente da cacoépia e da silabada, a cacografia mantém relação direta com a ortografia. Os radicais que constituem as duas palavras são antônimos: ortografia, do grego *orthós* (reto) e cacografia, do grego *kakós* (defeituoso), e em ambas, do grego *graphein* (escrita) (CUNHA, 1982). Conclui-se então que a cacografia consiste na mera infração às normas da ortografia, e não em variação linguística. Somente a cacoépia e a silabada são resultados da variação fonético-fonológica.

Contudo, há de se considerar que, mesmo sendo a cacoépia e a silabada de fundo fonético-fonológico e a cacografia de fundo normativo, importante também é observar que esses vícios são comuns a falantes de baixa escolaridade. Assim a palavra *problema*, por exemplo, muitas vezes produzida *pobrema, poblema*, principalmente entre as crianças, é evidência de uma dificuldade natural na produção fonética, o que pode resultar em dificuldades ortográficas, independente às vezes, da formação intelectual do sujeito falante..

Embora a variação linguística, principalmente a de nível fonético-fonológico, seja uma realidade do português do Brasil, na escrita elas quase não aparecem por um princípio normativo. Além de uma ortografia que rege a escrita da língua, os programas computadorizados em que os textos são produzidos são dotados de comandos normativos que identificam e corrigem a grafia das palavras. Isso, de certa forma, inviabiliza a manifestação da variação linguística no nível morfológico, ou seja, que envolva a estrutura da palavra.

Em função disso, era previsível neste trabalho não encontrarmos muitas ou nenhuma ocorrência desse nível. Isso, além de dar uma mostra de como se processa a variação linguística e sua relação com a escrita, serve para compreendermos na prática a importância que a ortografia tem para a organização da língua escrita, e de certa forma, da língua falada. Se tecemos essas considerações, foi no intuito de esclarecer ao leitor a estrutura da língua nos níveis fonético-fonológico, morfológico ou lexical.

Convém fazer uma ressalva a respeito da variação e da “infração” à norma culta. Foram encontradas várias ocorrências de erros de grafia, o que, para o nosso objeto de investigação, não serve como análise de variação, uma vez que esses erros são meramente infrações normativas, cuja explicação pode ser, inclusive, problema no processo de digitação, não constituindo dessa forma, uma concepção variacional da língua.

A variação linguística não ocorre com apenas um falante, e sim com um grupo deles. Não devemos esquecer que a variação linguística são as várias possibilidades de expressão de um elemento linguístico com a mesma significação.

Quando falamos em variação linguística no nível fonológico, não podemos deixar de falar em ortografia, pois a variação é a possibilidade de realização de um elemento linguístico com o mesmo valor de verdade, mas que, por motivos já explicitados, têm como modelo normativo apenas um estrutura.

2.2.4 A morfologia

A morfologia é a parte da gramática que estuda as formas das palavras. Rosa (2005, p. 15) explica o termo *morfologia*:

A consulta ao étimo, no caso de *morfologia*, nos dirá que o termo provém das formas gregas *morphê*, ‘forma’, e *logos*, ‘estudo, tratado’. Tentar definir um fenômeno tomando como ponto de partida o étimo que lhe dá nome é uma estratégia explicativa de longa tradição no Ocidente nos estudos sobre diferentes áreas do conhecimento. De algum modo se concebe a existência, na origem de uma palavra, de significados ou relações que o tempo encobriu. **Morfologia** significa, com base nos seus elementos de origem, o ‘estudo da forma’.

Conforme a autora expressa, etimologicamente a palavra define o objeto de estudo da morfologia, a *forma*. Contudo, a acepção de forma aqui trabalhada será a que Dubois (2003), ao explicar as várias concepção dessa palavra polissêmica, esclarece: “A palavra *forma* pode designar uma unidade linguística (morfema ou construção) identificada por seus traços formais (p. 288). Nessa definição, Dubois trata forma e morfema como sinônimos. Rosa (2005, p. 15), contudo, estabelece a diferença entre esses dois termos. Para ela,

o termo **forma** pode ser tomado, num sentido amplo, como sinônimo de *plano de expressão*, em oposição a *plano do conteúdo*. Nesse caso, a *forma* compreende dois níveis de realização: os sons, destituídos de significado mas que se combinam e formam unidades com significado; e as palavras, as quais, por sua vez, têm regras próprias de combinação para a composição de unidades maiores. Mas a palavra não precisa ser interpretada, necessariamente, como a unidade fundamental para representar a correlação entre o plano da expressão e o do conteúdo. Podemos atribuir esse papel ao *morfema*. Temos aqui, por conseguinte, duas unidades distintas como possíveis centros de nossos estudos de morfologia. [grifos do autor]

Na concepção de Rosa, o morfema é parte da forma, é sinônimo de *palavra*. Para Macambira (2001, p. 17),

Entende-se por *forma* um ou mais fonemas providos de significação; a conjunção *e* é uma forma constituída por apenas um fonema, que sob o aspecto semântico exprime a ideia de adição; o adjetivo *só* é também uma forma, constituída por um só morfema, que denota a ideia de solidão, a passo que *sós* contém duas formas – *sós* e *s* –, cujo segundo elemento acrescenta a noção de plural.

Nesse sentido, forma é sinônimo de palavra. No entanto, o termo forma apresenta duas importantes acepções: a de estrutura completa em sentido e constituída por outras formas que não constituem significados senão como constituintes daquela. É preferível então não considerarmos *forma* como *morfema*. A concepção de Rosa (2005) parece-nos mais completa, com a ressalva de que o morfema não é sinônimo de palavra. Tratemos *forma* como sinônimo de *palavra* e *morfema* como elementos significativos constituintes da palavra. Assim, as palavras (formas) se constituem de elementos menores também dotados de significados, mas que não podem relacionar-se com outras formas num enunciado, senão no âmbito apenas da própria palavra que constitui. É ainda melhor, a concepção trabalhada por Bloomfield *apud* Dubois (2004, p. 288), de que há duas formas, uma livre (toda unidade suscetível de constituir um enunciado) e forma presa (toda forma que serve como constituinte da forma livre). Assim, *chegando* é forma livre, mas *-ndo*, que constitui a forma *chegando*, é forma presa.

Os morfemas são então as partes da palavra que imprimem concepções ou categorias gramaticais (plural, feminino, tempo, modo, pessoa), além de servirem como elementos indicadores das classes gramaticais. A forma *cantar*, por exemplo, é classificada como verbo porque apresenta o morfema *-ar*, que designa os verbos de 1ª conjugação em português. São morfemas a raiz, o radical, os afixos (sufixos e

prefixos) e as desinências. Bechara compartilha dessa concepção quando diz que, “chama-se morfema a unidade mínima significativa ou dotada de significado que integra a palavra” (2003, p. 334).

Voltando à definição de morfologia, é interessante observarmos a consideração de Dubois a respeito das duas concepções para o termo na linguística moderna. Para ele,

a) ou a *morfologia* é a descrição das regras que regem a estrutura interna das palavras, isto é, as regras de combinação entre os morfemas-raízes para constituir “palavras” (regras de formação de palavras) e a descrição das formas diversas que tomam essas palavras conforme a categoria de número, gênero, tempo, pessoa e, conforme o caso (flexão das palavras), em oposição à sintaxe que descreve as regras de combinação entre os morfemas léxicos (morfemas, raízes e palavras) para constituir frases;

b) ou a *morfologia* é a descrição, ao mesmo tempo, das regras da estrutura interna das palavras e das regras de combinação dos sintagmas em frases. A morfologia se confunde, então, com a formação das palavras, a flexão e a sintaxe, e opõe-se ao léxico e à fonologia. Nesse caso, diz-se, de preferência, *morfo-sintaxe*. (DUBOIS, 2004, p. 422)

A observação de Dubois é importante para que entremos num campo muito mais significativo dos estudos da morfologia, a morfo-sintaxe.

A já citada definição que Macambira dá de forma é cabal para que atentemos para um aspecto importante da forma, o significado da qual é dotada. Embora seja formada por um único fonema, o sentido ou o significado é que lhe dá o *status* de forma, de morfema. Por isso, Dubois observa a tendência da linguística moderna. O próprio Macambira, antes de definir o que é forma, explica que,

as palavras existentes em qualquer língua, distribuem-se em várias classes, conforme as *formas* que assumem ou as *funções* que desempenham, e para alguns autores conforme o *sentido* que expressam (idem, ibidem).

Nessa concepção, não podemos então separar a forma dos outros dois aspectos fundamentais da sua existência, a *função* e o *sentido*. Realmente é impossível que uma palavra não apresente os três aspectos quando usada no enunciado. Se tomarmos como exemplo a frase *Maria foi ao baile ontem à noite*, e dela retirarmos a palavra *baile*, diremos que, enquanto *forma* é um substantivo simples, de gênero masculino, de número singular; enquanto *função* é adjunto adverbial de lugar porque exprime uma circunstância de lugar para o verbo

intransitivo *ir*; e enquanto *sentido* é uma reunião dançante de pessoas, o ou dança festiva, bailado (HOLANDA, 2002). Atentemos também para o fato de que mesmos os elementos flexionais que as formas adquirem para a expressão de categorias gramaticais são datados de sentido. Dessa forma, quando se utiliza a forma *mesas*, por exemplo, o morfema *-s* imprime à forma o sentido de quantidade superior a uma unidade. Por isso a tendência moderna de análise morfológica tem sido a morfo-sintaxe, pois esta não estuda apenas a forma, mas a função que ela exerce e o sentido que expressa. Essa amplitude de análise se faz necessária porque a forma nunca é usada senão contextualizada, de modo que sua análise fora do contexto é inútil.

Lopes (1989, p 150) explica:

A gramática tradicional distinguia a Morfologia da Sintaxe, de acordo com o critério das dimensões relativas dos significantes. Assim, caberia à Sintaxe estudar construções superiores à palavra (locuções, frases, etc., nas quais a palavra fosse a unidade constituinte mínima), e caberia à Morfologia efetuar o estudo das construções cujos constituintes mínimos fossem palavras, ou partes de palavras (sufixo, raízes, etc.). Os linguistas da atualidade, e já desde Saussure – tanto os estruturalistas, que não levam em conta a teoria dos níveis de descrição –, apontam as sobreposições frequentes entre os dois setores e recusam-se a distingui-los; a sintaxe, para eles ‘começa a partir do encontro de dois morfemas’ (parecer de Portier), e seria mais apropriado falar-se, nesse caso, em Morfosintaxe.

Lembremos que a classificação das classes gramaticais só é possível a partir das três noções: forma, função e sentido. O substantivo, por exemplo, é facilmente identificável porque pode ser sempre precedido do artigo e seu sentido é representar o nome dos seres em geral.

2.2.4.1 A estrutura das palavras: estudo dos morfemas

Depois de compreendido o que é *morfologia*, *forma* e *morfema*, convém estudar a estrutura das palavras, mas uma função da morfologia. Como observado anteriormente, as palavras são constituídas de *raiz*, *radical*, *vogal temática*, *tema* e *desinências*. Podemos dizer que este estudo é uma análise sintagmática, porquanto o papel da morfologia aqui é juntar esses pedaços de material, ou morfemas, que são signos mínimos (ROSA, 2005). Cada parte dessa entra no eixo sintagmático numa

determinada ordem: a raiz sucede o radical, que sucede a vogal temática, que sucede o sufixo, etc.

A raiz ou o radical primário é a primeira parte da constituição da palavra, é o elemento mínimo de significação lexical. Para Saussure (2002, p. 216),

chama-se raiz a esse elemento irredutível e comum a todas as palavras de uma mesma família [...], é a raiz o elemento em que o sentido comum a todas as palavras aparentadas alcança o máximo grau de abstração e de generalidade.

Segundo ele, esse grau de abstração varia de raiz para raiz e depende do grau de redutibilidade do radical. Em função disso, a raiz não pode receber imediatamente as desinências, pois precisa ser “completada” de modo a expressar uma ideia mais completa. A raiz deve ser compreendida também como a referência mais remota da estrutura da palavra, o elemento primitivo que lhe dá sustentação significativa, mas que, em decorrência da evolução de algumas formas, desaparece ou não se tem mais referência formal senão por meio de investigação etimológica. A respeito disso, Lima (2003, p. 193) diz que

a pesquisa das raízes requer conhecimentos especializados e profundos, em razão das alterações por elas muita vez sofridas na evolução milenar das línguas indo-europeias, onde entroncam, em última análise, as raízes da palavra portuguesas. Aliás, é relativamente muito reduzido o número das raízes indo-europeias já rigorosamente identificadas.

‘Quem poderia’ – pergunta José Oiticica – ‘ver semelhança entre *zo* de *azoto* e *vi* de *viver*? Pois ambos derivam da raiz indo-europeia *gwye*.’

Por isso, os estudos mais recentes, principalmente voltados para o fundamental e médio, não tem mais explorado a análise da raiz, que tem se tornado motivo de investigação científica mais específica de seu campo. Prova disso é que muitas gramáticas iniciam os estudos de morfologia pelo *radical*.

O radical é toda a parte da palavra que resta quando se suprimem desinência(s) e vogal temática (LUFT, 1982). Dubois (2004, p. 499) o define como sendo “aquele dentre os morfemas de uma palavra que não é afixo e ao qual está associado o significado.” Enquanto elemento significativo e comum às palavras de

uma mesma família, o radical se confunde com a raiz. Exemplo de radical pode ser a estrutura *pedr-* do grupo *pedra, pedreira, pedraria, etc.*

Embora tenha valorosa carga semântica, o radical precisa de que lhe agregue a *vogal temática* para que seja formado o *tema* e assim a palavra fique mais completa. A vogal temática tem a função de caracterizar os nomes e os verbos. Segundo Lima (2003, p. 196)

os *nomes* distribuem-se por três classes, cada uma das quais terminada por uma vogal identificadora, sempre átona:

a: casa, poeta, nauta, rosa.

o: corpo, livro, lobo, rico.

e: dente, lente, ponte, triste.

Os nomes que terminam em consoante não possuem vogal temática e por isso são chamados de *atemáticos*. Os verbos utilizam a vogal temática para se agruparem nas três conjugações. Pertencem à primeira conjugação os verbos que têm como vogal temática *a* (falar, andar, amar, etc.); à segunda os que têm *e* (beber, morrer, fazer, etc.) e à terceira os que têm *i* (falir, sorrir, vestir, etc.).

Depois do tema, a palavra está preparada para receber os afixos (prefixos e sufixos) que servem para o processo de derivação. Dubois (2003, p. 30) define o afixo como um

morfema não-autônomo que é acrescentado ao radical de uma palavra para indicar-lhe a função sintática (morfema causal), para mudar a sua categoria (morfema empregado nas nominalizações, adjetivações, etc.) ou modificar o seu sentido (morfema que exprime, nos verbos, o factivo, o incoativo, etc.)

A denominação dos afixos em *prefixos e sufixos* é conforme a posição que ocupam em relação ao radical. Se vier antes, é chamado prefixos e se depois, sufixo. Importante é observar que a posição ocupada tem função cabal no processo formativo de palavras. Os prefixos não formam novas classes de palavras, formam apenas novas famílias, cujos sentidos variam. Assim, agregando alguns deles ao verbo pôr, por exemplo, têm-se palavras como *compor, repor, dispor, justapor, sobrepor, impor* etc. Os sufixos, que vem à direita do radical (ou depois, sucedendo-o), têm a função de formar novas classes de palavras. Da palavra *amor*, por exemplo, que é substantivo, podemos obter *amável* (adjetivo), *amante* (adjetivo ou

substantivo), *amar* (verbo), *amoreco* (substantivo), *amado* (substantivo ou verbo) etc.

Embora tenhamos discutido o estudo da morfologia, definido os seus objetos de estudos, o que mais nos interessa nos estudos da morfologia são as desinências porquanto são nelas que evidenciamos o processo de variação linguística. Para Luft (2002, p. 124), as desinências são “elementos mórficos terminais das palavras variáveis. Indicam *flexões*: gênero, número, modo-tempo-aspecto, pessoa”. É através delas que o falante imprime às palavras as categorias gramaticais (flexões) de gênero e número – para os nomes; número, pessoa, modo, tempo e aspecto para os verbos. Embora algumas gramáticas – Faraco e Moura (2001), Luft (2002), Sacconi (2004), entre outros – analisem o *grau* como um tipo flexão, há de se observar que a formação do grau se dá por meio dos prefixos, cujas funções são formar novas palavras por processo de derivação. Logo, o grau dos nomes é um processo de derivação e não de flexão. Somente as desinências fazem flexão. O que poderíamos considerar é que o processo de formação de palavras por meio dos sufixos designativos de diminutivo ou aumentativo dá ao nome uma concepção de variação do grau normal.

As desinências são morfemas significativos que, agregados aos sufixos, exprimem a ideia de flexão, variação. Podem ser nominais – se auxiliares dos nomes, e verbais – se dos verbos. As desinências nominais são: o *-a* (marca o feminino), o *-s* (marca do plural). A formação do masculino e do singular se faz pelas ausências das desinências de feminino e de singular, respectivamente. A palavra *gato*, por exemplo, não está flexionada porquanto não apresenta as marcas (desinências) de número (*-s*) nem de gênero (*-a*). Dizemos que suas marcas de plural e de número é zero. Se, contudo, inserirmos as desinências *-a* e *-s* após a vogal temática *-o* da palavra *gato*, obteremos a forma *gatas*, cujos elementos mórficos *-a* e *-o* indicam, respectivamente, gênero feminino e plural, dando à palavra o caráter de *flexionada*.

Cabe à morfologia o estudo correto da utilização das desinências. Os plurais de alguns substantivos, como o da palavra *anão*, por exemplo, podem ser *anões* ou *anãos*. Cabe à morfologia a determinação de qual o plural “correto” a cada forma. Esse estudo, contudo, é de caráter extremamente normativo, pois, se bem observado, não a diferença semântica se o plural de *anão* fosse *anães*. A pluralização dos substantivos compostos também apresenta certas dificuldades aos usuários da língua. A partir de uma concepção morfológica, cabe ao sistema normativo da língua a

“regularização” ou o estabelecimento de normas para as formas corretas dos substantivos compostos.

Uma ressalva é significativa no estudo das desinências: embora seja a flexão marcada pela inserção de formas, ou seja, alteração da estrutura, ela só existe numa concepção sintática. Se considerarmos que a estrutura da palavra já consiste numa combinação sintática, pelo caráter “agrupador” dos elementos mórficos que se *combinam*, não fica difícil aceitar que a flexão pressupõe o grupo. O adjetivo é, por excelência, uma forma que só existe para exercer função em grupo, pois sua estrutura descontextualizada não significa ou não pode ser considerada adjetivo. O grau do adjetivo é obtido sintaticamente, pela combinação *mais/menos (do) que, o mais, o menos*. A exceção dessa formação de grau é o superlativo absoluto sintético que se faz por meio do sufixo *-lmo, -érrimo e -íssimo*. Quanto ao último caso, convém observar que os adjetivos tidos como *uniformes* porque admitem apenas uma forma para singular/plural ou masculino/feminino, como a palavra *alegre*, que serve para indicar tanto a característica de um nome no masculino quanto no feminino, ou a palavra *simples*, que pode indicar ao mesmo tempo singular ou plural, dependendo, em ambos os casos da combinação grupal *determinante + nome + adjetivo* para a expressão da noção de feminino/masculino e singular/plural; podem, quando no grau superlativo absoluto sintético admitir a flexão de gênero e número por meio das desinências. Assim, *alegríssima* ou *alegríssimos* nitidamente expressam as categorias de gênero e número, perdendo o caráter de palavra *invariável*. Contudo, a marca da flexão não se encontra no adjetivo e sim no sufixo indicador de aumento do grau, o que comprova a relação importância do agrupamento das partes que compõem a palavra.

Para os verbos, temos as desinências:

a) modo-temporais, que expressam, simultaneamente, modo e tempo dos verbos:

-va-: imperfeito do indicativo da 1ª conjugação;

-ia-: imperfeito do indicativo da 2ª e da 3ª conjugações;

-u-: perfeito do indicativo da 3ª pessoa do singular;

-ra-: mais-que-perfeito do indicativo; pretérito perfeito do indicativo da 3ª pessoa do plural;

-e-: presente do subjuntivo da 1ª conjugação;

-a-: presente do subjuntivo da 2ª e da 3ª conjugações;

- se-: imperfeito do subjuntivo;
- r-: futuro do subjuntivo.
- ria: futuro do pretérito do indicativo;
- re- e -ra-: futuro do presente do indicativo;

b) número-pessoais, que marcam ao mesmo tempo as categorias de número e pessoa:

- 1ª pessoa do singular: -o: presente do indicativo, -i- pretérito perfeito;
- 2ª pessoa do singular: -s-;
- 3ª pessoa do singular: -Ø- (zero);
- 1ª pessoa do plural: -mos-;
- 2ª pessoa do plural: -is, -des (verbos irregulares);
- 3ª pessoa do plural: -n (grafado -m).

Luft (2003) observa que as formas -ste, -stes acumulam as funções número-pessoal e modo-temporal no pretérito perfeito do indicativo.

- c) verbo-nominal:
 - a) -r: infinitivo;
 - b) -do: particípio;
 - c) -ndo: gerúndio.

O estudo da morfologia, contudo, não se encerra aqui. Fazem parte de seu bojo de investigação as classes de palavras, que são divididas em 10 grupos, “conforme as *formas* que assumem ou as *funções* que desempenham, e para alguns autores conforme o *sentido* que expressam” (Macambira, 2001, p. 17). Esse grupo é dividido secundariamente em 2 grupos: a das palavras variáveis (substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral e verbo) e das não-variáveis (conjunção, preposição, advérbio e interjeição).

Além de estudar as flexões dos grupos das variáveis, a morfologia também estuda a utilização da palavra no enunciado. A preposição *entre*, por exemplo, tem lugar específico numa oração e não pode, segundo a GT, ser utilizada diante de pronomes retos. Por isso não se aceitam frases do tipo *Entre eu e tu não há intrigas*, pois a relação entre a preposição essencial se dá apenas com os pronomes pessoais oblíquos (*mim* e *ti*).

O que se deve questionar é se essas regras fazem parte dos estudos da morfologia ou da sintaxe, pois, como se observa, a seleção do termo é conforme a relação construída. Sacconi (2004) diz que as preposições essenciais “exigem” os

pronomes pessoais nas formas oblíquas. Ou ainda se o caráter dessa regra não é mera imposição normativa. Assim, não se pode dizer *Entre eu e tu não há segredos*, pois para a referência à 1^a. e à 2^a. pessoas existem formas oblíquas específicas: o *mim* e o *ti*, respectivamente. Vale ainda ressaltar que semanticamente a escolha de um ou de outro não prejudica o enunciado.

Não cabe à nossa pesquisa, contudo, explorar uma a uma as classes de palavras nem como cada uma deve ser empregada. Só analisaremos aquelas que tiverem alguma relação com as ocorrências do *corpus* e que sejam resultados de variação linguística.

2.2.5 A morfossintaxe

A análise da variação no nível morfológico só é possível se considerarmos a sua realização num eixo sintático. Por isso, analisaremos a palavra morfossintaticamente, pois, considerá-la sozinha ou observar a variação de sua estrutura restringirá essa pesquisa ao nível ortográfico ou fonológico. Se na morfologia vamos analisar as desinências, que é onde ocorrem as variações, estamos falando de relação sintagmática, morfossintaxe. As noções de número e gênero (desinências nominais) só existem num eixo sintático. A palavra só admite a flexão quando numa relação sintática exige a definição exata do gênero e do número. Importante também é observar que a comunicação humana é feita de enunciados e não de palavras isoladas. Mesmo quando temos uma palavra constituindo um enunciado sozinha, observa-se um eixo sintático no qual esta palavra se encaixa. Assim, se temos um enunciado *Não!* para uma pergunta como *você vai sair hoje?*, identificamos que o léxico *não* preenche um espaço da estrutura sintática *não vou sair hoje*. Assim, a própria definição do advérbio (palavra que modifica o verbo, indicando uma circunstância) já denota uma relação. Dessa forma, um advérbio, por mais que esteja sozinho num enunciado, é parte de uma relação.

Assim também são as conjunções e as preposições, que exercem função de ligação. Por isso a palavra *que* não pode ser classificada fora de seu contexto. Até mesmo como conjunção, é necessário contextualizá-la para saber que tipo de relação esta estabelecendo entre as orações. No enunciado *Disse que estava cansada*, a conjunção exerce a função de integrar uma oração à outra, completando-lhe o

sentido. Por isso é classificada como uma conjunção subordinativa integrante. Já no enunciado *Não vou ao cinema que vai chover*, a função do *que* é de indicar a causa da oração principal, o que a leva à classificação de conjunção subordinativa causal. Assim, a palavra *que* pode ser classificada em mais de 25 categorias conforme seja a sua função no enunciado.

Para esclarecimento a importância da relação sintática existente entre as palavras, veja-se o exemplo no pequeno diálogo:

- *Maria, você vai à festa hoje?*

- *Sim.*

Observe que mesmo o advérbio de afirmação *sim* estando só no enunciado, a palavra pressupõe grupo, uma relação sintática, pois a resposta afirmativa corresponde a *sim, irei à festa hoje*. Consideramos o *sim* associado a esse grupo de palavras e dependente delas pelo simples fato de ele nunca aparecer solto sem que corresponda a uma pergunta cuja resposta seja afirmativa. Se a resposta tivesse sido *não*, ainda *sim* o advérbio pressuporia o conjunto enunciativo *não vou à festa hoje*. Dizer que o advérbio pressupõe o grupo reside no fato de que ele é palavra modificadora do verbo, do adjetivo, do próprio advérbio, de uma oração inteira, de uma proposição ou de pronome (MACAMBIRA, 2001), ou seja, o advérbio é palavra que sempre pressupõe grupo, e todo grupo é sintático.

A forma *não* pode ser também um substantivo, desde que pertença a um grupo que lhe dê esse *status*, como na frase *O não que Maria deu a Pedro deixou-o triste*. Nessa frase, o processo de substantivação da forma *não* se deveu à associação da palavra com o determinante *o*, termo que só precede substantivos, tornando substantivo toda a palavra que vier dele precedido.

2.2.6 A Sintaxe

A sintaxe é a parte dos estudos linguísticos que dizem respeito às relações funcionais que as palavras estabelecem umas com as outras dentro de um enunciado. Dubois (2001, p. 559) define a sintaxe como

a parte da gramática que descreve as regras pelas quais se combinam as unidades significativas em frases; a sintaxe, que trata das funções, distingue-se tradicionalmente da morfologia, estudo das formas ou das partes do discurso, de suas flexões e da formação das palavras ou derivação.

Ao definir a sintaxe, Dubois a distingue da morfologia por estudarem a palavras sob diferentes perspectivas. Enquanto esta estuda a forma da palavra, aquela estuda a sua função e sua combinação no enunciado. Essa relação foi estudada por Saussure (2001), quando estabeleceu que a língua apresenta dois tipos básicos de relações no que diz respeito à sua constituição material. Para ele, o falante faz várias escolhas dentro das possibilidades existentes para a construção dos enunciados: uma se dá no plano vertical (relação paradigmática) e a outra no plano horizontal (relação sintagmática). A relação paradigmática diz respeito às escolhas que preenchem partes de um enunciado que pertencem a um grupo específico, não cabendo no mesmo espaço um elemento de outro grupo. Assim, se na frase *Maria foi ao médico* nem todas as palavras podem substituir a *Maria*, senão um substantivo ou palavra que exerça função substantiva. Há para esse eixo vertical algumas possibilidades, as quais terão de, obrigatoriamente, pertencer à mesma classe gramatical ou pelo menos cumprir a mesma função desta classe. Ou se substitui a palavra *Maria* por outro substantivo ou por palavra que exerça essa função substancial, como os pronomes retos, por exemplo. O que ocorre é que naquele espaço só cabe outro paradigma.

Paradigma é um conjunto típico de formas assumidas por um morfema léxico combinado com suas desinências casuais (no caso de nome, pronome ou adjetivo) ou verbais (no caso do verbo), conforme o tipo de relação que ele mantém com os outros constituintes da frase, conforme o número, pessoa e tempo: diz-se *declinação* em relação ao nome, ao pronome e adjetivo, *conjugação* em relação ao verbo (DUBOIS, 2003, p. 452). [grifos do autor]

Conforme define Dubois, os paradigmas são as possibilidades de léxicos que compartilham de um mesmo grupo. Assim, distingue-se na estrutura linguística dois grupos principais: o nome e o verbo. Dessa forma, os léxicos quando distribuídos nos enunciados estabelecem relações específicas ou com o verbo ou com o nome, servindo, inclusive, essa relação como instrumento de definição da função sintática dos léxicos. Assim, quando um adjetivo modifica a ação de um verbo, dizemos que é um adjunto adverbial porquanto exerça a função de advérbio, e quando modifica o substantivo por intermédio de um verbo de ligação indicando-lhe um estado, dizemos

ser um predicativo; e quando modifica imediatamente o substantivo, dizemos ser um adjunto adnominal.

Utilizando ainda a estrutura *Maria foi ao médico* podemos observar que a informação transmitida por meio do enunciado é de que *Maria* praticou a ação de procurar o *médico*. Para que esse enunciado transmita essa informação é dada ao léxico *Maria* a condição de agente da ação. Assim, poder-se-ia optar também pela estrutura *O médico foi procurado por Maria*, o que manteria a informação de que *Maria* é o agente da ação verbal. O que podemos concluir dessa análise é que o elemento *Maria* tem uma posição específica no eixo horizontal do enunciado. Se no primeiro enunciado trocássemos o léxico *Maria* por *médico* não obteríamos o mesmo efeito, uma vez que cada uma ocupa seu lugar específico pela função que desempenha na frase. Já baseado numa observação de Saussure (2001) de que num eixo sintagmático não podemos produzir num mesmo espaço de tempo dois elementos lexicais, a distribuição desses elementos se dará pela função exercida que implica o efeito semântico. Como já observamos, tem sido tendência atual a análise não mais da forma, senão esta numa construção sintática. Embora sejam eixos que se distinguem, é importante considerar que eles se cruzam e só a partir dessas duas combinações básicas é que conseguimos construir sentenças linguísticas.

A sintaxe então estuda a relação entre as palavras e as funções por elas desempenhadas. Falar em sintaxe, pressupõe, necessariamente, falar em grupo, pois a sintaxe se dá a partir de uma relação de partes que constituem um todo. Assim, o conjunto *determinante + substantivo + adjetivo*, por exemplo, como na combinação *A bela menina* constitui um sintagma nominal ou o sujeito, se acrescido uma declaração sobre este, como *é muito estudiosa*. A priori a sintaxe parece referir-se apenas aos grupos formados por palavras, mas não. Na própria construção de um vocábulo, sabemos que sua realização fonética é através dos fonemas, que são produzidos em uma sequência combinatória, não podendo, na maioria das vezes, serem trocados esses sons. Dessa forma, podemos observar, por exemplo, que as palavras são constituídas na sua maioria, por uma combinação de consoantes e vogais continuamente. Essa característica, muito evidente no português do Brasil, resulta numa busca dessa estrutura quando ela não ocorre, como nas palavras *advogado*, *pneu*, em que são comuns a inserção de um som vocálico na entre as consoantes que se encontram, resultando em pronúncias como *advogado* ou *adevogado* e *pineu* ou *peneu*.

Tradicionalmente, a sintaxe estuda as orações. Assim, são objetos de seus estudos os termos que constituem a oração: os essenciais (sujeito e predicado), os integrantes (complementos verbais: objeto direto, indireto e direto e indireto, complemento nominal) e os acessórios (agente da passiva, adjuntos: adverbial e adnominal), além do aposto e do vocativo. Além de estudar os termos da oração, é objeto de estudo da sintaxe, ou pelo menos baseado nas suas leis, o estudo da regência (verbal e nominal), a concordância (verbal e nominal), a pontuação e a crase.

Desse conjunto de estudos, interessam-nos a concordância e a regência. Como já falamos, essa pesquisa tende a comparar as duas gramáticas, a tradicional e a natural para analisar o posicionamento de cada uma no tocante à construção de algumas relações sintáticas, como a concordância e a regência, que são estruturas vulneráveis à variação linguística. Os estudos sobre os termos da oração têm caráter descritivo e não normativo. Contudo, é a partir dessa descrição que as normas são estabelecidas. Assim, a regra da utilização a vírgula que atesta que ela não seja usada entre o sujeito e o predicado é baseada num princípio de que os dois termos se completam e por isso não devem ser divididos sintaticamente. No tocante à concordância, por exemplo, devemos seguir um princípio sintático pela relação existente entre os termos, que por se combinarem ou fazerem parte de uma mesma estrutura, deve “concordar” entre si. Por isso, devemos concordar sempre os verbos com o sujeito.

A variação é um fenômeno da língua e pode se dar da fonética à sintaxe. Como já observado neste trabalho, a variação de nível fonético-fonológico não encontra um campo muito aberto na escrita em função de um sistema ortográfico que “poda” as possibilidades desse tipo de variação, o que não acontece com a variação no nível sintático, doravante VNS. Embora alguns programas de computador identifiquem “erros” de concordância, a VNS é observável. Muitas ocorrências de VNS são comuns não apenas a jornais, cuja produção textual tem um caráter formal mas concebido com imediatismo; mas também a textos mais formais, como os científicos.

Diferente da VNFF, a VNS nem sempre é percebida pelo receptor do texto pelo fato que esta se processa não na variação de um som, que pode ser facilmente percebido pelo ouvinte; mas numa estrutura sintática complexa (considerando a quantidade de elementos envolvidos), e se baseia troca de um léxico ou de uma

noção gramatical deste. Exemplificando, podemos utilizar a estrutura sintática *Este é o menino que falei dos olhos dele*. Nessa oração composta, a segunda oração, que é subordinada adjetiva restritiva, é introduzida pelo pronome relativo *que*. Assim como introduz a oração subordinada, o pronome *que* associado com o pronome possessivo *dele* expressa posse. Contudo, para esse tipo de construção o pronome relativo *cujo* é o mais indicado pelo fato de sozinho expressar posse. Campedeli e Souza (2002) explicam o emprego do pronome relativo cujo. Segundo eles, “o pronome adjetivo **cujo** exprime geralmente posse, sendo o antecedente o possuidor e o conseqüente a coisa possuída (com a qual concorda em gênero e número)” (p. 483). Dessa forma, a estrutura “correta” segundo as gramáticas normativas seria *Este é o menino de cujos olhos te falei*. Evidente que a segunda construção é mais enxuta. Contudo, o fato de o pronome adjetivo *cujo* ser empregado diferente dos outros leva o falante a buscar uma estrutura semelhante à dos outros pronomes. Dessa forma, o pronome *cujo* começa a cair em desuso. Por mais que pareça mais complexa a segunda construção, é ela a mais utilizada pela maioria dos falantes do português do Brasil (BAGNO, 2001). Bagno (2001) explica ainda que

o processo de obsolescência do *cujo* não é recente. Em fases antigas da língua, ele exercia outras funções, que foram desaparecendo com o tempo. Ele servia de pronome interrogativo, como neste exemplo do Padre Vieira: “*Cuja é esta caveira?*” (=“De quem é esta caveira?”). Também podia ser empregado em construções sem antecedente exposto como: “Dar o seu a *cujo* é” (=Dar a alguém o que é seu”). Existia até um ditado medieval que dizia: “Bem sabe o gato a *cujas* barbas lambe”, isto é. “Bem sabe o gato *de quem* lambe as barbas”, no sentido de alguém só acaricia ou só adula uma pessoa bem conhecida, de quem se pode esperar que retribua o carinho ou a adulação (...). Todas essas perdas de função do *cujo* são bons exemplos do processo ininterrupto de *análise substituindo síntese*, que explicam o atual estado moribundo do *cujo* na língua falada no Brasil (p. 85)

O exemplo apresentado é uma VNS. Neste caso, o falante opta por um outro pronome no lugar daquele preconizado pela norma culta. É importante ressaltar que esse tipo de variação, diferente da VNFF, não soa como uma “alteração” da norma culta. A variação do [d] em [dz], por exemplo, é perceptível por um falante que não produz esse som por ser de outro lugar. O fato de as VNS serem menos perceptíveis possibilita sua ocorrência em textos escritos, pois, como visto, mesmo nesses textos elas não parecem “erradas”, além de nem sempre serem identificadas por programas computadorizados.

ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS DE VARIAÇÕES NO NÍVEL SINTÁTICO

Foram encontradas 11 ocorrências de VNS, correspondentes à concordância verbal (CV) e nominal (CN), regência verbal (RV) e nominal (GN). Os dados evidenciam uma quantidade maior de ocorrências de variação da CV (6 ocorrências), em relação à quantidade CN, com apenas 3 ocorrências. Quanto às ocorrências de variação da regência, observa-se uma diferença mínima entre a RN, com 2 ocorrências, e a RV, com 1 ocorrência apenas.

Os dados, inicialmente, já dão uma visão geral sobre a incidência maior de variação no nível sintático nos casos de concordância verbal, o que era previsto em função do caráter da construção textual e da estrutura sintática da relação de concordância, bem como de suas “regras”. Os dados obtidos serão analisados um a um, na tentativa de mostrar como se dá o processo de construção textual e como ocorre o fenômeno da variação linguística nos textos que compõem o *corpus*. A análise qualitativa de todas as ocorrências será feita pela necessidade de se considerar a natureza com que elas aparecerem – quase sempre relacionadas a fatores linguísticos distintos do ponto de vista estrutural, mas comuns do ponto de vista lógico.

3.1 A CONCORDÂNCIA

A concordância é a relação sintática entre palavras que mantêm entre si uma ligação pela função que exercem, e que as identifica como parte de uma mesma estrutura sintática. É a relação entre palavras que fazem parte de um mesmo sintagma – nominal ou verbal, ou ainda de toda uma oração. Andrade; Henriques (1999) definem concordância como sendo “o princípio segundo o qual se estabelecem correlações de flexão entre termos subordinantes e subordinados” (p. 97). Por essa definição fica patente a relação de subordinação entre os termos que se relacionam. Assim, a concordância é uma “necessidade” de um termo que precisa manter com

seu subordinante uma função coerente no enunciado. Em muitos casos a concordância serve para desfazer ambiguidades. A poetisa, contista e romancista Marina Colasanti tem um livro de contos intitulado *Contos de amor rasgados*. A concordância da palavra *rasgados*, além de definir como são os contos, serve para desfazer a ambiguidade, pois, por estar seguido do substantivo *amor* exerceria função de adjetivo para este e não para *contos*. Se o título fosse *Contos de amor rasgado*, a concordância seria com o substantivo *amor*, com quem o adjetivo está ligado mediatamente. Daí, reforçamos a “necessidade” de especificação por meio da concordância. Ao definir a concordância, Dubois (2004, p. 136) diz que ela é “o fenômeno sintático pelo qual um substantivo ou um pronome exerce pressão de alteração formal sobre os pronomes que o representam, os verbos de que ele é sujeito, e os adjetivos ou participios que a ele se referem”.

A definição de Dubois já especifica os dois tipos de concordância, a nominal e a verbal, consoante seja a relação entre os termos. Se a concordância se fizer entre palavras que se relacionam com o substantivo ou com que ele concordar, dizemos que é uma concordância nominal; e se a flexão se der no verbo, dizemos que é uma concordância verbal. Na frase *As mulheres modernas ainda sonham com o príncipe encantado* encontramos exemplos das duas concordâncias, a nominal (*as mulheres modernas / príncipe encantado*) e a verbal (*as mulheres modernas sonham*). A definição de nominal se deve não ao fato de o substantivo ser o núcleo da estrutura, mas pela flexão palavras (artigos, numerais, adjetivos e pronomes) que se modificam em sua função, pois, na frase, observa-se a flexão verbal voltada para o sujeito, cujo núcleo é o substantivo. Na concordância nominal, o artigo *as* e o adjetivo *modernas* concordam com o substantivo; e na verbal, o verbo se flexiona segundo a flexão do substantivo.

Embora se considere que a concordância nominal se dê com as palavras que se relacionam com o substantivo (artigo, adjetivo, pronome e numeral), há que se considerar que o substantivo é o termo que segue a flexão do artigo, sendo ele o termo subordinado e não o termo subordinante.

Bechara (2003, p. 543), ao especificar os tipos de concordância, diz que concordância nominal é

a que se verifica em gênero e número entre o adjetivo e o pronome (adjetivo), o artigo, o numeral ou o particípio (palavras determinantes) e o substantivo ou pronome (palavras determinadas) a que se referem:

[...]

Diz-se *concordância verbal* a que se verifica em número e pessoa entre o sujeito (e às vezes o predicativo) e o verbo da oração.
[grifo do autor]

Na concepção de Bechara, fica evidente a relação entre determinantes e determinados (subordinantes e subordinados) em que os substantivos, núcleos do sintagma nominal, são estruturas subordinadas à ação dos determinantes. Contudo, convém questionar o adjetivo como um elemento determinante, posto que, mesmo podendo anteceder o substantivo, sua função é restringi-lo e modificá-lo, principalmente quando o sucede. Na frase *A bela jovem chegou atrasada novamente* observa-se que, mesmo que o adjetivo *bela* anteceda o substantivo *jovem*, sua função é restritiva e a posição posterior ao nome é de preferência em língua portuguesa, ficando a anterioridade aos casos estilísticos. Tais questionamentos se fazem necessários para que possamos compreender melhor as estruturas sintáticas, com as quais pode ocorrer a VNS, pois a variação é sempre motivada por alguma noção linguística.

O questionamento a respeito da posição do adjetivo diante do substantivo é importante para identificar uma característica fundamental da concordância, a de sua forma de manifestação. Segundo Bechara,

a concordância pode ser estabelecida de *palavra* para *palavra* ou de *palavra* para *sentido*. A concordância de *palavra* para *palavra* será *total* ou *parcial* (também chamada *atrativa*), conforme se leve em conta a totalidade ou o mais próximo das palavras determinadas numa série de coordenações (2003, p. 543). [grifo do autor]

O autor aponta para as duas formas de concordância existentes: a concordância ideológica e a gramatical. A primeira, como explicita o autor, é a que segue a influência da ideia ou da aproximação – daí atrativa; e a segunda, mais prestigiada pela norma culta, é a que segue uma relação gramatical, considerando a estrutura sintática na qual se encontram os termos que se relacionam. Convém também observar que a concordância ideológica não constitui uma “infração” à língua, mas goza de menos prestígio que a gramatical.

As concepções desses dois tipos de concordância (ideológica e gramatical) são perspectivas da norma culta. Contudo, há outras concepções de concordância de perspectiva variacional, como as sugeridas por Lemle e Naro (1997). Os autores selecionaram algumas justificativas para as variações de concordância, para estudos

sociolinguísticos, a saber: estilística, semântica, posicional e morfológica (RODRIGUES, 1997). Para um estudo de variação em texto escrito, valer-nos-emos de algumas delas, como a semântica e a posicional. As outras não nos servem por fazerem referência à fala. Na variação das CVN de influência semântica, considera-se a definição ou indefinição do elemento determinante da estrutura sintática; enquanto na posicional se consideram as distribuições e a distância entre o termo subordinante e o subordinado. Esse último é ainda mais relevante pelo fato de se tornar mais imperceptível a ocorrência da variação em função da “perda” da relação sintática – muito mais comum na CV. Quando o sujeito se afasta muito do verbo, a tendência é, mesmo na escrita, o emissor “perder” a relação sintática que estabelece a concordância. É menos comum na CV pelo fato de que os termos sintáticos que formam o sintagma nominal não se distanciarem tanto.

3.1.1 A variação linguística na concordância

Como observamos, a concordância apresenta uma série de relações que justificam a necessidade de combinação entre os vocábulos que compõem uma estrutura sintática. É baseado nessas relações que se estabelecem as “regras” da concordância. Se considerarmos esses princípios como regras, tomemo-las sem o preconceito que é comum. Essas “regras” são a tentativa de manter uniforme ou coerente as relações sintáticas entre os elementos que compõem os enunciados linguísticos. Embora nos pareça “descartável”, a concordância é de fundamental importância para a produção linguística, pois todo enunciado é constituído de relações sintagmáticas e parte dessa relação é mantida pela concordância entre os termos. Assim, a variação linguística no nível sintático, mais restritamente a concordância, dá-se quando, por qualquer motivo, o falante ou redator opta por uma estrutura que não a proposta pela GT, mas que apresenta o mesmo sentido ou valor de verdade. O grupo sintático

as menina chegaram cedo

representa um exemplo de variação linguística porque a combinação *as menina* apresenta o mesmo valor de verdade que *as meninas*. A ausência da marca de plural -

s no substantivo é considerada uma “infração” da norma gramatical, mas não prejudica o sentido do enunciado. É por esse motivo que pode ser considerado um exemplo de variação. O que se deve observar também é que o grupo, introduzido pelo artigo definido *o*, é que, por sua função determinante, expressa a categoria gramatical de feminino e plural. Evitando a repetição da marca de plural *-s*, que se realiza nos dois vocábulos, o falante, muitas vezes, omite o segundo, uma vez que a ideia de gênero e número já ficou explícita no determinante.

Como já observamos, há dois tipos de concordância: a lógica ou gramatical, e a atrativa ou semântica. Conforme as leis da norma padrão, em vários casos aceitam-se as duas concordâncias. Esse reconhecimento dado à concordância que não segue a norma, mas à estrutura ou ao sentido evidencia a importância da variação linguística nas relações sintáticas. Através do estudo da evolução da língua, é possível observar que muitas regras e conceitos sofrem mudanças assim como as estruturas linguísticas. Por isso, uma norma estabelecida hoje pode ter sido rejeitada no passado, e vice-versa. Dentro dos estudos da concordância existe uma série de exceções às regras estabelecidas. Esse conjunto de exceções é fruto do reconhecimento de mudanças nas relações sintáticas, e representa uma das maiores queixas de estudantes, que sentem dificuldades em “decorar” as regras de concordância. Além do conjunto de exceções, há ainda casos em que determinados autores preferem uma regra em função da outra, contrastando com a opinião do outro, embora quase sempre os dois tenham razão em função de riqueza de possibilidades que a língua oferece aos seus falantes. Dessa forma, multiplicam-se novos estudos que discutem os posicionamentos acerca das estruturas linguísticas. Em alguns casos, estruturas que são consideradas variação linguística, recebem o reconhecimento do grupo dominante e passam a ser aceitas, e, a partir daí, as regras da norma culta vão se alterando. Mas, convém observar que tudo isso é um processo muito lento, pois a língua é social e é necessário que a comunidade linguística aceite as novas estruturas ou pelo menos que faça delas instrumento de comunicação. Essas novas estruturas são criadas por pequenas comunidades ou grupos linguísticos, e só através da larga aceitação dessas estruturas é que muitas acabam sendo inseridas no conjunto de regras da norma culta. Por isso, uma “regra” oriunda de uma variação linguística não é incorporada no conjunto de regras da norma da língua gratuitamente. Esse *status* só é possível mediante uso constante dessa variação de modo que ela se constitua numa nova regra.

Essa relação entre as regras e a variação é algo natural no sentido de que a sociedade, por ser dividida em grupos, tende a criar determinadas estruturas que diferem das estruturas prestigiadas pelo grupo dominante. A língua é o que a sociedade fala ou utiliza como instrumento de sua comunicação. Isso é um fato sociolinguístico, como sociolinguístico é tudo aquilo que, no tocante à língua, é reflexo da manifestação social. Por isso, a variação da concordância é também uma manifestação sociolinguística.

Contudo, antes que iniciemos as análises do *corpus*, é necessário tecer algumas considerações sobre os procedimentos metodológicos. O primeiro deles consiste em esclarecer que o fato de se considerar toda manifestação linguística humana um ato sociolinguístico, não implica dizer que este trabalho fará uma análise sociolinguística. Nesse sentido, a sociolinguística é uma ciência, um procedimento de investigação, cujos métodos não se aproveitam completamente nesse estudo. Por isso, faremos uma análise de caráter sociolinguístico, por envolver questões pertinentes a essa ciência, mas não faremos uma análise propriamente sociolinguística.

3.2 AS OCORRÊNCIAS DE VARIAÇÃO NO NÍVEL SINTÁTICO (OVNS)

3.2.1 As ocorrências de CN

A relação sintática existente na concordância nominal é diferente da relação existente na verbal. Se a CN é a concordância entre nomes (adjetivos, substantivos, numerais, artigos e pronomes) a flexão que as estruturas sofrem para o estabelecimento da concordância é somente em gênero e número, enquanto a CV flexiona a palavra em número, pessoa, tempo e modo. Além da pouca flexão, a CN se dá num eixo mais próximo que a CV. Tomemos como exemplo a primeira OVNS:

OVNS1 *O projeto ficou 10 anos paralisados por uma série de problemas e escândalos mas, pela intervenção do Estado (...)* (A Tribuna, 20/12/2008)

cuja construção segundo a norma culta (OSNC) seria:

OSNC1 *O projeto ficou paralisado 10 anos por uma série de problemas e escândalos mas, pela intervenção do Estado (...).*

Na ocorrência OVNS1, observa-se a distância existente entre o sintagma nominal *o projeto* e o adjetivo que o caracteriza *paralisados*. Pode-se dizer que é mínima, considerando ainda que neste caso a distância foi aumentada por dois fatores: a inserção do adjunto adverbial de tempo *10 anos* e pelo verbo de ligação *ficou*. O adjetivo *paralisados*, neste caso, exerce função de predicativo do sujeito porque está ligado ao substantivo por meio de um verbo de ligação, como no exemplo na oração *A polícia encontrou mortos os soldados*. Quando não ligado ao verbo, exerce o adjetivo a função de adjunto adnominal (*Os soldados mortos foram encontrados*). Como adjunto adnominal é evidente a relação de proximidade entre o adjetivo e o substantivo, o que ocorre com outras palavras que exercem a mesma função de adjunto, como os pronomes adjetivos, os numerais e os artigos. Essa aproximação evidencia a relação de concordância entre o substantivo e a palavra que a ele se refere, tornando menos vulnerável à variação linguística as estruturas com o adjetivo nessa função.

A OVNS1 foi selecionada para esse estudo não necessariamente por ser um exemplo de variação da concordância nominal. Se considerarmos que a concordância é feita a partir da flexão do termo subordinado em relação ao termo subordinante, e que a flexão ocorre do singular para o plural, desconsideraremos essa ocorrência como uma OVNS. Mas a diferença da marca de plural x singular, presentes na combinação *projeto x paralisados*, merece destaque. Poderíamos resumir essa ocorrência na explicação de que a marca *-s* de plural da palavra *paralisados* não passou de uma distração do redator, mas a distribuição dos termos que compõem o período em análise nos desperta para a possibilidade da influência do adjunto adverbial *10 anos*.

Dessa forma, a análise dessa ocorrência será feita sob duas hipóteses:

a) a distração do redator, resultando na inserção de uma marca de plural numa estrutura que não necessitava ou que exigia a noção de singular. Nesse caso, não convém procurar uma justificativa – compreende-se que o redator cometeu um erro de digitação, cujo valor linguístico é zero. Não se pode negar que é uma possibilidade. O que é válido considerar é como se constrói o sistema escrito em

relação ao falado, em especial a textos digitados. Nestes há todo um processo de transposição do texto para o computador, num trabalho que não é linguístico. A produção do texto é linguística; a sua digitalização não. Vale lembrar que alguns textos são digitados posteriormente à sua produção por outra pessoa que não o redator. Nesse processo, pode haver perda da produção original, mesmo sabendo que o texto é corrigido posteriormente pelo redator. Este trabalho tem a intenção de analisar o processo de inserção da variação linguística na escrita. Por isso é que consideramos todos os processos envolvidos nessa produção para que a concepção da variação seja analisada criteriosamente, tentando, dessa forma, evitar falhas metodológicas.

b) a variação resultado da relação de proximidade entre o adjetivo *paralisados* e a locução adverbial *10 anos*. Nesse caso, algumas considerações são importantes. Façamo-las por partes:

b.a) Na

OVNS1 *O projeto ficou 10 anos paralisados por uma série de problemas e escândalos mas, pela intervenção do Estado (...)*

não se pode afirmar que se tem um exemplo de variação, uma vez que a variação com concordância consiste no apagamento da marca de plural da palavra, o que não ocorre nesse caso. Essa ocorrência pode ser considerada um exemplo de influência dos termos sintáticos, que podem levar o falante/redator a inserir uma marca de flexão em uma palavra que não precisa. Quando acontecem casos desse tipo, há sempre uma explicação, como no caso em questão, cuja sequência *10 anos paralisados*, expressa, através da formas *10* e *anos* noção de plural. Embora não pareça possível o redator ter concordado *paralisados* com *10 anos*, é muito provável que a marca de plural tenha surgido em função disso. Uma possível explicação para essa influência pode ser a que Tarallo (2003) nos dá a respeito da formação do plural do português, que ele considera redundante, pela excessiva repetição da marca *-s* do plural, com no grupo *As meninas bonitas fizeram as tarefas*, em que para designar a pluralização do sintagma nominal, ocorre a marca *-s* em todos os léxicos do grupo. Essa estrutura comum à língua portuguesa constrói no falante uma relação de

sequência de plural, de modo que o leva a inseri-la em situações nas quais não há necessidade, como, por exemplo, na OVNS1 *O projeto ficou 10 anos paralisados*.

Esse tipo de situação de inserção de marcas de plural em estruturas que não exigem a pluralização, por influência da estrutura sequencial pode ser visto com um exemplo de autocorreção, pois o falante/redator, considerando a estrutura como um grupo sintático, insere a marca -s na intenção de estabelecer uma concordância. Isso tudo serve para evidenciar um fato considerável do processo comunicativo: o falante/redator tem consciência que as palavras estabelecem relações entre si e para a fixação dessa relação é necessário a inserção de marcas comuns a todos os elementos do grupo. Esse fato, por sua vez, serve também para legitimar a variação da concordância, que pode ser feita segundo os preceitos gramaticais, ou por uma relação lógica suscitada pela construção sintática e apreendida pela interpretação do falante/redator.

b.b) A estrutura sintática *O projeto ficou 10 anos paralisados* apresenta um adjunto adverbial de tempo inserido na oração *O projeto ficou paralisado*. Essa inserção, cuja separação por meio de vírgula é desnecessária, ordena o adjunto ao predicativo do sujeito *paralisados*. Se o redator tivesse optado pela não-anteposição do adjunto em relação ao predicativo, provavelmente essa “infração” não se daria. A pós-posição do adjunto resultaria na seguinte estrutura *O projeto ficou paralisado por 10 anos*. Nessa construção é observável a clareza existente na relação entre o sujeito *o projeto* e o predicativo *paralisado*. A marca de plural da palavra *paralisado* seria excluída pela influência da sequência vocabular *o projeto ficou*, cuja marca flexional é a ausência do plural. Dessa forma, do jeito que a inserção da marca -s se deu pela influência do plural da sequência *10 anos*, a ausência dessa marca também se daria pela ausência dessa sequência.

Podemos fazer uma observação pertinente à ocorrência em questão a respeito da natureza da variação linguística da CN, que pode acontecer, quando se relacionam substantivo e adjetivo, de duas formas:

b.b.a) construção adjetiva adnominal, quando o adjetivo se relaciona ao substantivo na função de adjunto adnominal, cuja natureza é a proximidade quase total do substantivo em relação ao adjetivo, como na construção *O projeto paralisado ficou 10 sem ser mexido*. A combinação substantivo + adjetivo na construção acima é segue, conforme observa Tarallo (2003), a sequência redundante, nesse caso, com a ausência da marca -s de plural. Essa sequência no singular serve

para evidenciar ainda mais a natureza da variação, pois, o não-apagamento da marca -s de plural implica necessariamente a designação da estrutura no singular. Isso significa dizer que a noção de plural precisa ser construída através de estruturas morfológicas, as desinências. Quando a palavra não está flexionada, está ela em estado neutro. As palavras no singular e no masculino são formas neutras se se considerar a estrutura necessária para a marcação dessas noções. A neutralidade dessas acaba com a inserção de uma noção que não é “natural” da palavra, no caso o feminino e plural, expressos formalmente pelas desinências -a e -s, respectivamente.

Passemos agora para a segunda ocorrência de VNS:

OVNS2 *Ameaçados com armas, o casal foi levado a um dos cômodos do imóvel.*

OSNC2 *Ameaçado com armas, o casal foi levado a um dos cômodos do imóvel.*

Nessa ocorrência, há que se considerar inicialmente a disposição da estrutura sintática ou a distribuição dos sintagmas na estrutura frasal, que se encontram na ordem inversa. A estrutura natural ou a ordem direta da oração é sujeito + predicado + complementos, como na frase *Maria comeu o bolo de chocolate ontem à noite*. Quando a oração a se apresenta na ordem direta, as relações sintáticas entre os sintagmas que a compõem são mais observáveis, mais evidentes. Tomemos como exemplo as palavras *muito*, *pouco* e *bastante*, que, como advérbios, não variam, e, como pronomes adjetivos ou adjetivos, variam por concordarem com o substantivo ao qual fazem referência. Nas frases,

- a. *Muitas pessoas chegaram cedo,*
- b. *Bastantes alunos foram aprovados e*
- c. *Poucos textos foram selecionados*

as palavras *muitas*, *bastantes* e *poucos*, pronomes adjetivos indefinidos, estão todas flexionadas por estabelecem relação direta com o respectivos substantivos *pessoas*, *alunos* e *textos*. Sintaticamente essas palavras estão assim distribuídas:

sujeito	predicado	complementos
<i>Muitas pessoas</i>	<i>chegaram</i>	<i>cedo</i>
<i>Bastantes alunos</i>	<i>foram aprovados</i>	-
<i>Poucos textos</i>	<i>foram selecionados</i>	-

Já nas frases

a. *Paula chegou muito cansada ontem,*

b. *Todos estavam bastante entusiasmados com o filme.*

c. *Eles brincaram pouco por estarem cansados.*

as palavras *muito*, *bastante* e *pouco* ficam invariáveis porque não mais se relacionam ao substantivo, não compõem mais um sintagma nominal. Contudo, deve-se observar que, pelo fato de serem advérbios de intensidade e modificarem o grau do adjetivo – ou a sua intensidade (no caso de *muito* e *bastante*) ou por modificar a ação verbal (no caso de *pouco*), não podem ficar muito distante das palavras as quais modificam. O não-distanciamento dessas palavras em relação a termos a que se referem diminui a incidência de variação linguística. Como quase sempre aparecem na mesma posição e estabelecem o mesmo tipo de relação, essas palavras têm suas estruturas que invioláveis. Essa fixidez da combinação faz soar estranho ao falante algum tipo de alteração. Um exemplo típico disso é a palavra *bastante*, que, quando aparece em uma estrutura exercendo a função de pronome adjetivo indefinido, deve concordar com o substantivo a que faz referencia. Contudo, observa-se que o falante acha estranho a pluralização do pronome quando aparece em frases como *Bastantes pessoas estavam na fila*. O uso constante da forma *bastante* como advérbio de intensidade faz a mesma forma soar “errada” quando é pronome e vem produzida com a flexão no plural. Se feita a distribuição das palavras, assim seria:

Sujeito	verbo	complementos
<i>Paula</i>	<i>chegou</i>	<i>muito cansada ontem</i>
<i>Todos</i>	<i>estavam</i>	<i>bastante entusiasmados com o filme</i>
<i>Eles</i>	<i>brincaram pouco</i>	<i>por estarem cansados</i>

Alguns advérbios, como os de tempo ou de modo, por exemplo, podem aparecer em diferentes lugares na estrutura sintática. Quando isso ocorre, a relação entre o advérbio e o termo ao qual se refere já não apresenta mais a mesma motivação e fica às vezes difícil para o falante estabelecer relações. Na frase *Lucia chegou, ontem à noite, muito cansada*, pode aparecer com o advérbio disposto de várias formas, como:

- a. *Ontem à noite, Lúcia chegou muito cansada,*
- b. *Lúcia, ontem à noite, chegou muito cansada,*
- c. *Lúcia chegou muito cansada ontem à noite.*

Na OVNS2 *Ameaçados com armas, o casal foi levado a um dos cômodos do imóvel* a explicação para a ocorrência pode ser dar por dois motivos que influenciam um ao outro: a relação semântica existente entre elas, o distanciamento das estruturas, e a construção reduzida e anteposta da OSAdj explicativa. Analisemos um a um:

a) a relação semântica existente entre as formas *casal* e *ameaçados*. Nessa ocorrência há um exemplo de silepse⁴ – concordância em que se privilegia a ideia que a palavra expressa, em detrimento da estrutura gramatical. As silepses podem ser de número, gênero ou pessoa, quando se obedece a essas ideias e não às estruturas gramaticais. Na OVNS2 há uma silepse de número entre a palavra *casal* e *ameaçados*. O núcleo do sintagma nominal é o substantivo *casal*, palavra que sugere ideia de plural. Estruturalmente, a forma do verbo *ameaçar* na forma nominal no particípio (*ameaçados*) deveria, concordar com o substantivo, cuja flexão é masculino e singular. Influenciado pela ideia plural a que a palavra remete, a variante com marca de plural passa a expressar com mais precisão a relação entre as palavras e a ideia implícita no substantivo *casal*. Embora não seja um adjetivo, o verbo *ameaçar* na forma nominal do particípio funciona com adjetivo e em várias situações segue as flexões que o substantivo exigir quando for o caso. Na ocorrência em análise, tem-se um exemplo disso. A forma *ameaçados* se refere ao substantivo *casal* e estabelece com ele uma relação de concordância.

⁴ As silepses já foram explanadas neste trabalho (ver INTRODUÇÃO)

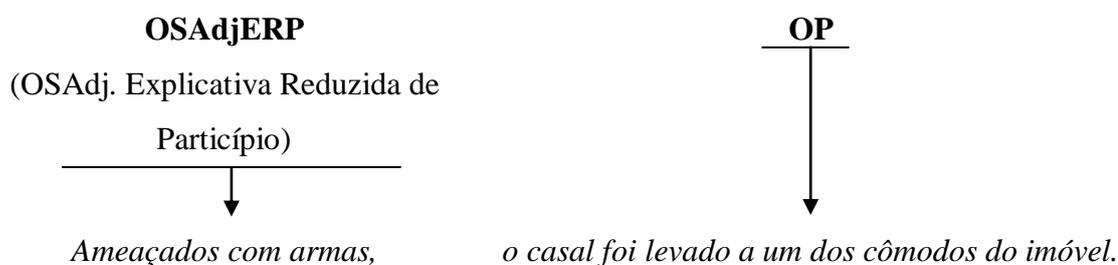
b) o distanciamento das estruturas. As silepses não são causadas apenas pela ideia que a palavra núcleo do sintagma expressa, mas também pode ser influenciada pela disposição das palavras no eixo sintático. É o que se pode notar nesse caso: o particípio *ameaçados* inicia a oração fazendo referência às duas pessoas envolvidas na situação, representadas posteriormente pelo vocábulo *casal*. Não se pode negar que o redator tentou expressar a noção de plural no adjetivo em função do substantivo que expressa essa ideia. Para isso, construiu uma estrutura baseada na concordância semântica e não na estrutural.

Contudo, essa noção expressa por ele através da pluralização da forma verbal *ameaçados* se deveu também à sua anteposição à forma *casal*. Devemos lembrar que em todo o processo comunicativo, há ordem de acontecimento do processo tanto da fala quanto da escrita. Para que se produza qualquer enunciado, é necessário, antes, construí-lo ideologicamente, selecionar palavras que expressem os sentidos desse enunciado, organizar essas palavras e só depois concretizá-las sonora ou graficamente. Se analisarmos essa ordem de execução da produção comunicativa, observamos que a ideia é primária em relação à concretização do enunciado. É a partir desse fato que podemos compreender a construção plural da forma *ameaçados* em relação ao substantivo *casal*. Primeiramente, a ideia de casal surge na mente do redator. Essa ideia ainda não se concretizou e por isso ela existe com a noção de grupo, pois um casal pressupõe duas pessoas; é só na escrita que será evidenciada a noção de singular. Em seguida, o redator soma à ideia de o casal ter sido levado ao quarto a informação de que eles estavam sob ameaça dos bandidos. Nesse momento, o redator estabelece uma relação entre o casal e o fato de estarem ameaçados. Contudo, no processo de concretização do enunciado, o redator primeiramente concretiza a ideia da ameaça através do verbo na forma nominal de particípio. Como ainda não concretizou a ideia de casal, a noção de plural vem morfológicamente expressa pela marca de plural *-s*. Observemos ainda que, após a forma *ameaçados*, é construída e concretizada também a ideia do instrumento utilizado no ato da ameaça (com armas). Só depois é que o redator concretiza a ideia de casal por meio do substantivo *casal*. Nesse sentido, deve-se considerar que a semântica preexiste à estrutura e é o resultado daquela.

c) a construção reduzida e anteposta da OSAdj explicativa. Além da noção de plural expressa na palavra *casal*, há de se considerar também a ordem estrutural do período composto por subordinação *Ameaçados com armas, o casal foi levado a um*

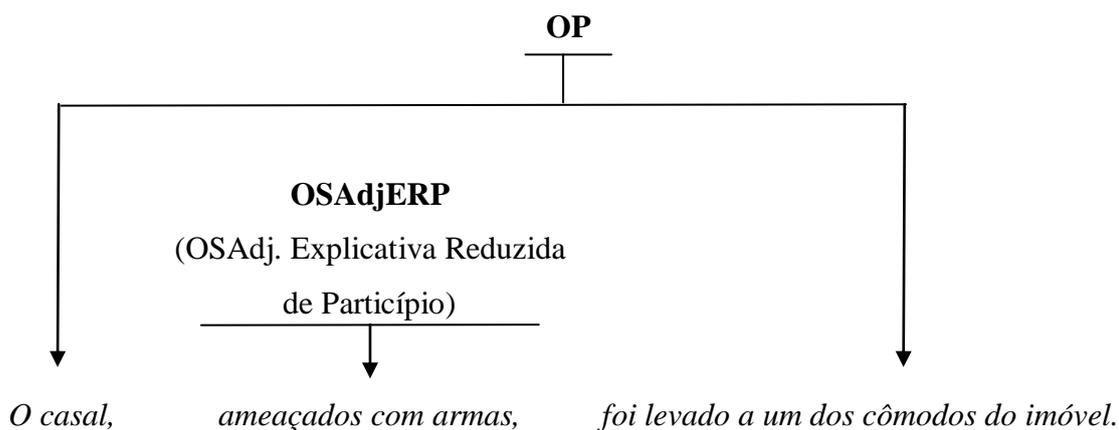
dos cômodos do imóvel. Para que se faça a análise sob esse aspecto, façamos antes a distribuição das orações do período, inicialmente na ordem em que aparece na ocorrência e posteriormente na ordem direta:

Esquema1: OVNS2 na ordem da ocorrência (OSAdj.ERP anteposta à OP)

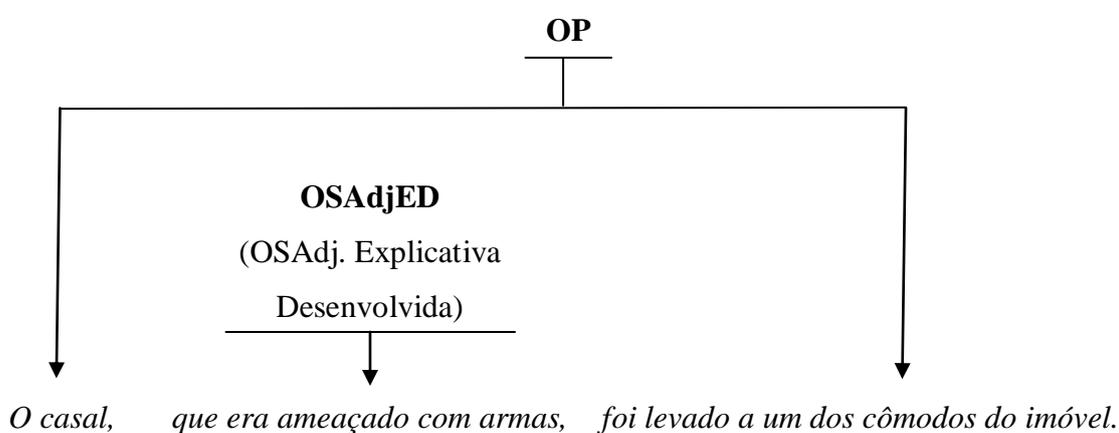


Como é possível observar, a OSAdj. é explicativa e reduzida de particípio, além de aparecer anteposta à OP. Essa anteposição é um dos fatores que podem influenciar a variação da concordância da palavra *ameaçados* em relação ao substantivo *casal*. Seria precipitado dizer que a ordem seria o fator principal dessa variação, pois, outro fator deve ser evidenciado: a ideia de plural expressa pela palavra *casal*. Se se observar, a associação desses dois fatores é fundamental para explicação dessa variação. Vejamos como a disposição do período em questão na ordem direta evidencia a influência exercida pela anteposição e pela ideia de plural. Observemos os esquemas 2 e 3, que apresentam a ocorrência na forma direta e desenvolvida, respectivamente.

Esquema 2: OVNS2 modificada (OSAdj.ERP na ordem direta)



Esquema 3: OVNS2 modificada (OSAdj.E desenvolvida)



Como se pode notar, a ordem direta do período coloca a forma verbal *ameaçados* imediatamente após o substantivo *casal*, sendo separado apenas pela vírgula. Essa proximidade sequencial evidencia a concordância de *ameaçados* no singular a partir da relação imediata das três formas artigo + substantivo + particípio *o casal, ameaçados*. Tem-se aqui, a noção da redundância observa por Tarallo (2003). De fato, se a sequência de marcações de plural se torna desnecessária ao falante pela repetição, a ausência dessa marca numa estrutura sequencial sem a noção de plural torna-se ainda mais evidente. Se o redator tivesse optado pela ordem direta do período, provavelmente não teria cometido a “infração” à concordância nominal.

O fato de a oração subordinada estar reduzida de particípio aumenta ainda mais as possibilidades da variação, pois a forma desenvolvida se apresenta numa estrutura diferente de forma de um adjetivo. No esquema 3, a OSAdj.ERP foi alterada visando a uma simulação, pois ela poderia ainda ser composta de outras

formas. O que se pretendeu com o desenvolvimento da oração é comprovar que a estrutura corresponde de fato a uma oração. Para efeito de esclarecimentos, elencamos mais duas possibilidades de construção da OSAdj. desenvolvida:

a. *O casal, **que estava sob ameaça**, foi levado a um dos cômodos do imóvel.*

b. *O casal, **que estava sendo ameaçado com armas**, foi levado a um dos cômodos do imóvel.*

Observemos a primeira possibilidade, cuja forma *ameaçados* foi substituída pelo substantivo *ameaça* através do processo de nominalização – processo que consiste em retomar uma palavra (geralmente verbos) sob a forma de substantivo. Se o redator tivesse optado por essa estrutura, não ocorreria a variação, até pelo fato que a estrutura de valor adjetivo não mais existir. Na possibilidade de construção do item b., a forma verbal na voz passiva na forma composta pelo verbo auxiliar *estar* + os verbos principais *ser* e *ameaçado* constrói uma sequência verbal marcada pela ausência da marca de plural, o que leva à construção da forma *ameaçado* também no singular, pois, estando ele na forma plural, seria demais evidente a distinção entre ele e as outras formas. O que se pretende com essas construções hipotéticas é mostrar que a forma utilizada pelo redator apresenta uma estrutura e uma disposição que influenciam a discordância, ocasionando a variação.

A próxima ocorrência

OVNS3 *Um dos objetivos da sua criação foi agregar valor aos móveis de madeira produzidos no Acre através de desenhos originais, com produção em escala industrial, além da utilização de **madeira** certificada **extraídas** das áreas de manejo.* (A Gazeta, 20/12/2006)

OSNC3 *Um dos objetivos da sua criação foi agregar valor aos móveis de madeira produzidos no Acre através de desenhos originais, com produção em escala industrial, além da utilização de **madeira** certificada **extraída** das áreas de manejo.* (A Gazeta, 20/12/2006)

apresenta semelhança com a

OVNS2 *Ameaçados com armas, o casal foi levado a um dos cômodos do imóvel.*

pelo fato de também apresentar uma palavra com a marca *-s* de plural numa sequência de palavras que não apresentam a mesma marca. No caso da OVNS2, a análise foi feita com base em três concepções: a relação semântica existente entre elas, o distanciamento das estruturas, e a construção reduzida e anteposta da OSAdj. explicativa.

Para a análise da OVNS3 só aproveitaremos a segunda concepção aplicada à análise da OVNS2, a que considera a relação semântica existente entre as duas palavras que pertencem ao mesmo sintagma nominal, mas que apresentam marcas diferente de concordância. No caso da OVNS2, ficou claro que a palavra *casal* exerce influência na noção de plural da palavra *ameaçados*, o que nos levou à conclusão de que se tratava de um tipo de silepse. Na OVNS3, temos considerações a mais a serem feitas a respeito da relação entre a palavra que expressa pluralidade (*madeira*) e a que mantém relação com ela (*extraídas*).

O que temos nessa ocorrência é a inserção da marca *-s* de plural no adjetivo *extraídas*, que, por se relacionar com o substantivo *madeira*, sem a marca *-s* de plural, deveria concordar também apresentar-se em a marca *-s*. Assim como na ONVS2, temos uma situação não muito típica da variação na concordância: a marca do plural quando a palavra não “necessita”. No caso anterior, compreendemos que a anteposição da palavra flexionada e o fato de ela representar relação semântica com a palavra com a qual discordava, eram fatores que justificavam a não-concordância. No caso da ONVS3, não podemos contar nitidamente com esses dois fatores, principalmente com o primeiro, pois, como visto acima, a palavra *extraídas* se encontra na ordem direta e disposta depois de um adjetivo no singular (*certificada*), como pode ser visto a seguir:

além da utilização de madeira certificada extraídas das áreas de manejo.

Isso, contudo, não enfraquece a análise desse fenômeno variacional. Analisemo-lo sob três hipóteses: a distração do redator e a noção semântica da palavra *madeira* como coletivo (ideia de plural).

a) a distração do redator. Essa consideração acerca da ocorrência serve, não apenas para compreender parte do processo de produção textual, mas, principalmente para evidenciar a natureza da produção linguística escrita. Conforme já explicamos na análise da ocorrência anterior, o processo de concretização do enunciado linguístico implica um processo que segue etapas. Além de esse processo seguir etapas distintas, importante também é ressaltar a tempo em que tudo isso acontece: quase incalculável ou só calculável através de processos mecânicos específicos. Dizer com certeza quanto tempo o ser humano gasta desde o ato de pensar até o ato de escrever ou falar é praticamente impossível, mas sabe-se que é em curtíssimo tempo. Essa “ligeireza” pode explicar não apenas a capacidade do cérebro humano, mas também a lógica da estrutura linguística. Lembremos aqui a noção de *agramaticalidade*, desenvolvida pelos sociolinguistas. Se observamos a produção de enunciados em que o falante, por exemplo, comete “desvios” linguísticos, chamados de “erros” gramaticais, em nenhum deles existe falta de lógica para sua realização. O falante, assim como o redator, tem conhecimento suficiente da língua para estabelecer sua comunicação com outros indivíduos, produzindo, em todos os processos comunicativos, estruturas que oscilam entre o “correto” e o “errado”, mas todas, dotadas de lógica.

Considerar essa ocorrência como um lapso do redator é coerente porque o processo comunicativo implica também falhas estruturais. Lembremos o fato de que a escrita obedece a um sistema em que estão envolvidos outros elementos, como os instrumentos mecânicos com os quais o redator conta para concretizar seus enunciados. Desconsiderar falhas nesses processos é fechar os olhos à natureza da produção linguística do homem por meio de instrumentos externos.

b) a noção semântica da palavra *madeira* como coletivo (ideia de plural). Como observamos na ocorrência anterior, as silepses ocorrem constantemente nos processos comunicativos. Por isso, inclusive, a GT aceita a concordância siléptica. No caso que estamos analisando, convém observar a ideia expressa pela palavra *madeira*. Não podemos afirmar que se trata de uma silepse pelo fato de a palavra *madeira* não representar, como a palavra *casal* noção nítida de plural. Contudo, é inegável afirmar que a palavra *madeira* tem no enunciado o sentido de conjunto de árvores utilizadas e extraídas das áreas de manejo. A palavra, embora não seja um substantivo coletivo, adquire nessa situação a noção coletiva, num processo de generalização, como se correspondente a todas as árvores. Isso é suficiente para que

o redator/falante construa estruturas associadas à palavra *madeira* com noção de plural, como acontece na construção ideológica de *extraídas*, que traz a marca *-s* do plural. Embora a palavra *madeira* não seja um substantivo coletivo, nesse caso tem esse valor, o que influencia o redator à concordância ideológica. Observamos também, na análise da OVNS2, que a ordem em que aparecem os termos que se relacionam com a palavra que denota a ideia de plural é um fator importante para a ocorrência da variação linguística, o que não é o caso da ONVS3. Mas, mesmo sem a antecipação, a silepse também podem ocorrer em função do sentido que a palavra pode representar em relação à outra.

Embora tenhamos considerado a marca de plural como um descuido do redator, convém ressaltar que o descuido não ocorre por acaso, mas motivado por algum fator que influencia o processo de construção do enunciado. Se considerarmos o descuido simplesmente, poderíamos pensar também que, no lugar da marca *-s* de plural, o redator poderia inserir qualquer outra letra, não necessariamente a que denota plural. Por isso, parece-nos aceitável a influência exercida pela noção de conjunto de árvores, expressa pela palavra *madeira*. Esse processo de generalização é comum na língua. Expressões do tipo “o brasileiro”, “o homem”, “o ser humano”, “o carioca”, entre outras, são exemplos de termos que podem expressar a noção de plural sem ser um substantivo coletivo. Nesses casos, essas palavras exercem a mesma função que tem os substantivos coletivos *gente*, *povo* etc. No enunciado a seguir, extraído de um site de do governo federal, é possível observar a utilização da palavra *madeira* significando o conjunto de madeiras:

Cinco ativistas da Organização Não-Governamental (ONG) Greenpeace estão amarrados a um navio que transporta madeira do Brasil para a França. Eles pretendem impedir que a madeira seja descarregada no porto francês de Caen. Com a ação, a Organização denunciou que a carga que será vendida aos países da União Europeia (UE) foi extraída de maneira ilegal no município de Santarém, no estado do Pará⁵.

⁵ UE compra madeira extraída ilegalmente do Brasil, afirma Greenpeace. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/marco/ue-compra-madeira-extraida-ilegalmente-do-brasil-afirma-greenpeace/>> Acesso em: 16 ago. 2008.

Como é possível notar, a palavra *madeira* apresenta, nas suas duas ocorrências, a noção de conjunto de madeiras, pois se percebe que “a madeira” não é apenas uma tora, mas muitas, de várias espécies. Exemplos como esse mostram ao usuário da língua as várias possibilidades de construção de enunciado que a língua oferece. Embora não seja um substantivo coletivo, é inegável a noção de coletivo que a palavra expressa. Essa e outras construções permitem tanto ao falante quanto ao redator não apenas reconhecerem ou perceberem a muitas possibilidades linguísticas, mas também utilizá-las e estabelecer, através dessa utilização, novas possibilidades, que, a partir da primeira manifestação, passam a representar novos recursos expressivos a serviço do usuário da língua.

A semelhança da estrutura da OVNS2, com a forma *extraídas* poderia nos levar à conclusão de que ambas se tratam de um verbo na forma nominal de particípio, constituindo OSAdj.RRI (restritiva). Essa hipótese é aceitável pelo fato de a forma *extraídas* poder estar em forma de OSAdj.RRI, na voz passiva, se considerarmos que o verbo *extrair* é, nesse contexto, verbo transitivo direto e circunstancial. A respeito dessa definição da regência do verbo *extrair*, vejamos o que explica Ferreira (2004, versão *CD-rom*):

extrair

[Do lat. *extrahere*.]

Verbo transitivo direto.

1. Tirar de dentro de onde estava; tirar para fora:

extrair mel.

2. Praticar a extração de; arrancar:

Mandou extrair dois dentes.

3. Resumir, extrair.

4. Reproduzir, copiar.

5. Colher, tirar; derivar:

extrair uma conclusão.

6. Arit. Encontrar por cálculo (a raiz de um número).

7. Executar em instrumento musical.

Verbo transitivo direto e circunstancial.

8. Sugar, chupar:

As plantas extraem a água da terra.

9. Tirar para fora; sacar:

Extrair pedras preciosas do seio da terra.

Verbo transitivo direto e indireto.

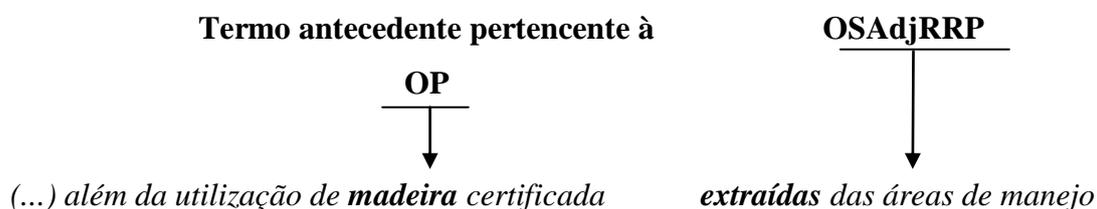
10. Separar (uma substância, do corpo de que fazia parte).

[Irreg. Conjug.: v. sair.] [grifos do autor]

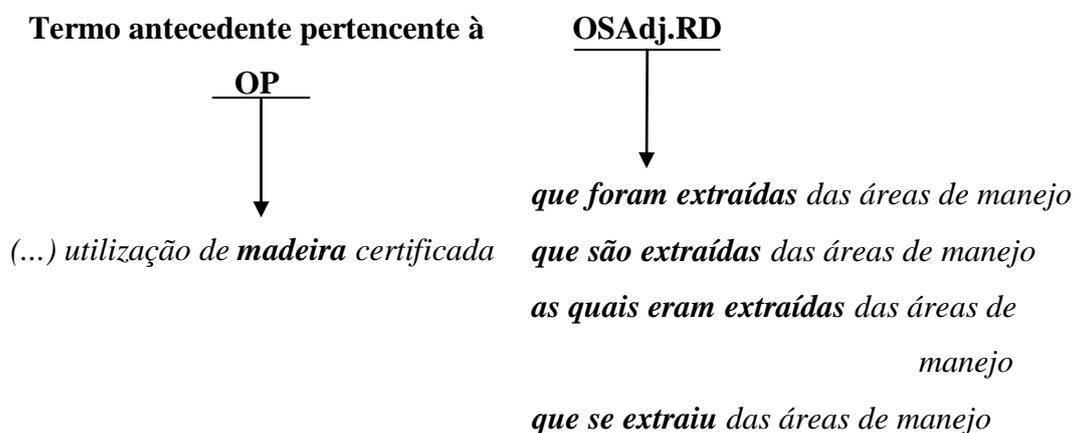
Como se pode observar, a OVNS3 é semelhante à estrutura exemplificada pelo autor, quando se trata de verbo transitivo direto circunstancial. Considerando

isso como uma possibilidade, fazamos uma análise dessa forma como uma OSAdj.RRP. Veja o esquema a seguir:

Esquema 4: OVNS3 – forma *extraídas* como **OSAdj.RRP**



Esquema 5: OVNS3 modificada – forma *extraídas* como **OSAdj.RD**



Como se pode observar, é possível desenvolver a OSAdj.RRP. Isso nos permite concluir que a forma *extraída* pode corresponder a uma OSAdj.RRP. Se corresponde de fato a uma oração reduzida, fazamos apenas esse registro, pois, diferentemente da OVNS2, a forma *extraídas* aparece na ordem direta, o que implica dizer que esse fator não exerce influência na concordância, principalmente pelo fato de a palavra flexionada corresponder a uma sequência nominal (*madeira certificada extraídas*).

3.2.2 As ocorrências de CV

A variação da concordância verbal, como já observada, é mais frequente em função do seu caráter semântico e estrutural. Das 11 OVNS, 6 foram identificadas como variação de concordância verbal, enquanto só 3 foram classificadas como de concordância nominal. A justificativa para essa disparidade já foi feita na análise das variações da concordância nominal.

As próximas ocorrências serão analisadas conjuntamente por apresentarem uma característica comum: a variação da concordância de palavras retomadas por pronomes relativos. Vejamos como se estruturam essas ocorrências:

OVNS4 (...) *ocasiona o dos vôos **que parte** de Rio Branco.*(A Tribuna, 24-25/12/2006)

OSNC4 (...) *ocasiona o dos vôos **que partem** de Rio Branco*

OVNS5 *O decreto define ainda o direito às **mulheres encarceradas** que tenham filhos menores de 4 anos, com pena superior a seis anos, **que** até o dia 25 de dezembro de 2005 **tenha cumprido** um terço de sua pena. (O Rio Branco, 23/12/2006)*

OSNC5 *O decreto define ainda o direito às **mulheres encarceradas** que tenham filhos menores de 4 anos, com pena superior a seis anos, **que** até o dia 25 de dezembro de 2005 **tenham cumprido** um terço de sua pena.*

Nas 2 ocorrências acima, há nitidamente a presença do relativo *que* retomando uma palavra antecedente e inserindo oração de caráter adjetivo, e em todas a variação da concordância verbal. Na OVNS5 o que primeiramente se deve observar é o fato de ela constituir um período composto por coordenação e subordinação, além de apresentar estrutura paralela. A oração principal é *O decreto define o direito às mulheres*. A partir dessa oração são agregadas outras que constroem um paralelo unido ao substantivo feminino plural *mulheres*.

Vejamos o esquema estrutural do período:

Esquema 6: (OVNS5) distribuição das orações

O decreto define o direito às mulheres {

1. *que tenham filhos menores de 4 anos, com pena superior a seis anos,*
2. *que até o dia 25 de dezembro de 2005 tenha cumprido um terço de sua pena*

Como se pode observar, os paralelismos introduzidos pelo pronome relativo *que*, que retoma o substantivo feminino no plural *mulheres*, apresentam suas estruturas particulares diferentes uma da outra. No paralelo 1 *que tenham filhos menores de 4 anos, com pena superior a seis anos*, o pronome relativo *que* vem imediatamente ao substantivo *mulheres*, o que facilita a concordância com a forma verbal *tenham*; enquanto o paralelo 2, além de distante da palavra de referência, conta com a repetição do pronome, que leva à concordância com o relativo em detrimento do substantivo *mulheres*, cuja referência vai se perdendo conforme se distancia dele a palavra referida. Deve-se atentar também para o fato de o pronome *que*, chamado de pronome universal por não expressar as categorias gramaticais da palavra referida (feminino e plural) como os outros pronomes e ser utilizado em praticamente todas as situações, o que o aproxima de situações em que predominam a marca de terceira pessoa do singular, como os verbos impessoais e verbos dos sujeitos indeterminados pelo pronome índice de indeterminação do sujeito. Se o redator tivesse optado pelo relativo *o qual*, muito provavelmente a concordância seria construída segundo os preceitos da norma culta. A marca evidente da categoria de número e gênero expressos pelo relativo *o qual* dificulta a escolha da variante.

Ainda no tocante às características do relativo *que*, convém observar a ambiguidade que quase se forma – quase porque o conjunto de ideias do enunciado esclarece a ambiguidade. O segundo paralelo, introduzido pelo relativo *que* pode fazer referência tanto a *às mulheres* quanto a *filhos menores de 4 anos*. Isso ratifica a influência do relativo *que* em casos de variação da concordância verbal.

A situação de o relativo *que* vir imediatamente ao substantivo ao qual faz referências, reforça a concordância verbal segundo os preceitos da norma culta. Mas, sua universalização pelo fato de não apresentar categorias flexionais vulnerabiliza a estrutura para a variação da concordância.

Para compreender melhor essas ocorrências, façamos algumas considerações sobre os pronomes, principalmente os relativos. Estes são palavras que fazem referência ao substantivo, substituindo-o ou retomando-o, de modo a manter a sequência textual sem a repetição da forma substantiva, relacionando-o a uma das três pessoas do discurso. Para Bechara (2003), “pronome é a classe de palavras categoremáticas que reúne unidades em número limitado e que se refere a um léxico pela situação ou por outras palavras do contexto.” A classificação do pronome em palavra categoremática se dá porque ele carrega em si um significado, como o substantivo ou adjetivo, por exemplo. O sentido que ele “carrega” é do substantivo que retoma ou acompanha, pois sua função é retomar ou substantivo ou acompanhá-lo estabelecendo uma noção gramatical de pessoa, gênero e número. O significado que deveria conter no pronome só é possível ser reconhecida se se localizar o substantivo ao qual se refere. Tomemos como exemplo a frase *Ela cantará no mesmo baile hoje*. O ouvinte ou leitor dessa frase faria a pergunta na tentativa de saber que seria *ela*. Embora o pronome *ela* carregue a função de sujeito e ocupe um espaço nominal ou substancial, só é possível identificar o responsável pela ação de cantar se se localizar o substantivo. Anteriormente a essa frase, é necessário que haja outra em que o substantivo retomado por *ela* seja exposto, como por exemplo *Maria é uma excelente cantora. Ela cantará no mesmo baile hoje*. A informação de que *Maria é uma excelente cantora* dá ao pronome um valor substancial que não é seu, senão do substantivo, sem cuja existência ou referência o pronome seria “vazio”. Nesse caso, o pronome pessoal reto *Ela* exerce a função de substituir o substantivo, relacionando-o a uma das três pessoas do discurso (nesse caso terceira pessoa), indicando-lhe o gênero (feminino) e número (singular). Quando o pronome substitui o substantivo, classifica-se como pronome substantivo; e quando acompanha o substantivo, classifica-se como pronome adjetivo.

O pronome relativo é estudado no grupo dos pronomes substantivos pelo seu caráter de substituição da forma substantiva. Segundo Sacconi (2004), “os pronomes relativos são os que se relacionam com um termo antecedente, dando início a uma oração chamada **adjetiva**.” (p.219) [grifo do autor] O termo antecedente ao qual o autor se refere é o substantivo ou qualquer forma que tenha valor substantivo. Assim, na frase *Este é o livro que eu te prometi*, o pronome relativo *que* retoma o termo antecedente *livro*, que é um substantivo. Na frase *Foi ela quem me disse a verdade sobre o caso*, o pronome relativo *quem* retoma o pronome pessoal reto *ela*, que não é

substantivo, mas retoma o substantivo, representando-o no discurso, mantendo, inclusive, a sua função sintática. Além de retomar o substantivo, o pronome é responsável pela inserção de uma nova oração de caráter adjetivo, como *o livro que eu te prometi*, do primeiro exemplo, que tem a função de caracterizar o livro, especificando-o, atribuindo-lhe uma particularidade. Essa oração é chamada subordinada porque inexistente sem a estrutura da oração dita principal *Este é o livro*. Faraco e Moura (2002) reitera o caráter subordinador que o adjetivo exerce ao dizer que pronome relativo “é aquele que se refere a termos já expressos e, ao mesmo tempo, introduz uma oração dependente.”

Quando o pronome relativo retoma um substantivo, ele carrega a categoria gramatical da flexão do substantivo retomado. Na frase *As meninas que colaram na prova foram expulsas*, por exemplo, o pronome relativo *que* retoma *as meninas*, substantivo flexionado no gênero feminino e no número plural. Na oração introduzida pelo pronome relativo *que* exerce a função de sujeito para o verbo *colar*, devendo, segundo as normas da CV, levar o verbo para o plural por ser o substantivo *meninas* o núcleo do sujeito, retomado pelo relativo. Embora o pronome pertença a uma classe de palavras variáveis, o relativo *que* não expressa nenhuma categoria. Por isso é chamado de pronome universal, pois pode fazer referência a palavras que estejam flexionadas de todas as formas. Contudo, a oração subordinada introduzida pelo pronome relativo *que* deve seguir a concordância da palavra por ele retomada. Assim, se a frase principal fosse *A menina foi expulsa*, a oração subordinada deveria ter o verbo no singular para concordar com o núcleo nominal *menina*, ficando assim: *A menina que colou na prova foi expulsa*. De todos os pronomes relativos, o *que* e o *onde* são os únicos que não carregam em si nenhuma categoria gramatical. Para efeito de ilustração, comparemos os dois e outros pronomes, nas frases seguintes:

a. *Foste tu que fizeste o exercício de Arthur.*

a.a. *Foste tu quem fez o exercício de Arthur.*

a.b. *Foste tu quem fizeste o exercício de Arthur.*

b. *A casa onde ela morava foi demolida.*

b.a. *As casas onde elas moraram foram demolidas.*

No exemplo *a.* observa-se a concordância do verbo fazer com o pronome tu, antecedente do relativo *que*, acontecendo o mesmo no exemplo *a.b.*, mas não ocorrendo o mesmo com o exemplo *a.a.*, que concorda com o relativo *quem*, que expressa a noção de terceira pessoa do singular. Como o *que* não exprime essa categoria gramatical, sua concordância deve ser feita com o antecedente, assim como com o relativo *onde* nos dois exemplos, *b.* e *b.a.* É essa não ausência de categoria gramatical que dá ao relativo *que* o *status* de relativo universal. Essa universalidade, por sua vez, vulnerabiliza o *que* à variação de concordância e à ambiguidade. Na oração *Vi a filha do teu amigo que chegou de São Paulo ontem*, é impossível dizer quem *chegou de São Paulo*, uma vez que o relativo *que*, que não expressa categorias, pode referir-se tanto ao substantivo feminino *filha* quanto ao substantivo masculino *amigo*. Para desfazer a ambiguidade, é necessário substituir o relativo *que* por outro pronome que faça a referência aos substantivos com mais precisão, indicando as categorias de gênero, número e pessoa, como o relativo *o qual*, por exemplo. A frase poderia ser reestruturada assim *Vi a filha do teu amigo, o qual chegou de São Paulo ontem* ou *Vi a filha do teu amigo, a qual chegou de São Paulo ontem*, em que fica nítido quem chegou de São Paulo, respectivamente, o amigo e a filha.

Se comparados os relativos *que* e *o qual*, concluir-se-á que com o *que* a vulnerabilidade à variação é maior em função de sua ausência de categoria. Tome-se as orações como exemplo:

a. As meninas que fizeram o exercícios saíram primeiro.

a.a. A menina que fez o exercício saiu primeiro.

b. A menina a qual fez o exercício saiu cedo.

b.a. As meninas as quais fizeram o exercícios saíram cedo.

No grupo de oração *a.* a utilização do relativo *que* não implica a concordância com o próprio pronome, mas sim com seu antecedente, o substantivo feminino *menina* no plural no exemplo *a.* e no singular no exemplo *a.a.* Diferente da concordância do grupo de exemplo *a.*, o grupo *b.* apresenta um fator a mais de concordância, a flexão do próprio pronome em gênero e número. Assim, a probabilidade de concordância entre o verbo e o pronome relativo *o qual* e variações é maior que com o relativo *que*. Pela forma de aparecerem nos enunciados, podemos

pressupor que o relativo *o qual* apresenta mais motivação para a concordância, enquanto o *que* apresenta menos motivação. Resta saber se foram esses os motivos que levaram à variação de concordância verbal com os pronomes relativos. Retomemos a ocorrências a título de clareza referencial.

Foram encontradas no *corpus* duas construções sintáticas que, embora não correspondam à variação da concordância verbal, merecem um destaque, por se tratar de situações que relacionam as noções de singular e plural. Vejamo-las:

Estrutura 1 - *Para comemorar o sucesso do novo modelo da política ambiental que vêm sendo implementada no Acre há oito anos. (A Tribuna, 20/12/2006)*

Estrutura 1 (segundo os preceitos da norma culta) - *Para comemorar o sucesso do novo modelo da política ambiental que vem sendo implementada no Acre há oito anos.*

Estrutura 2 - *Eles vem do Juruá para animar a festa das tribos... (Página 20, 23/12/2006)*

Estrutura 2 (segundo os preceitos da norma culta) - *Eles vêm do Juruá para animar a festa das tribos...*

Nas duas construções destacadas acima, temos uma situação interessante da utilização do verbo *vir* na terceira pessoa. No caso da estrutura 1, a forma *vêm* tem como sujeito o pronome relativo *que*, que substitui o sintagma nominal *a política ambiental*. Na estrutura 2, tem-se o contrário: a forma *vem* tem como sujeito o pronome relativo *eles*. Como pudemos observar, em ambos os casos há uma discordância entre o verbo e o sujeito no que diz respeito à flexão do verbo em relação ao sujeito. O que merece nossa atenção é o fato de o plural dessa forma verbal se constituir na colocação do acento circunflexo sobre o monossílabo *vêm*. Diferentemente das outras desinências número-pessoal, o verbo *vir* nessa situação é construído apenas pelo acento.

A relevância desse caso se dá no questionamento a respeito da ausência e da presença da marca de plural – no caso o acento (^). Como observamos já neste

trabalho, as desinências de plural são marcadas também foneticamente e a partir dessa constatação é que explicamos muitos casos do apagamento da marca de plural em textos escritos por haver esse mesmo apagamento na fala. Como explicar uma marca de plural que é imperceptível foneticamente no sistema escrito, cuja referência é também a linguagem falada? Isso nos reporta a questões que são muito mais de caráter ortográfico do que sintático, pois a marca de plural consiste na acentuação da forma verbal. O redator precisa, para casos como esses, conhecer não a flexão usual do plural da forma verbal, mas “as regras” da ortografia. Sob essa perspectiva, a noção de plural tende a não ser mais o foto central da problemática, mas sim saber em que situação se deve usar o acento ou não, ficando a escolha, em muitos casos, a critério do redator. Isso não acontece com estruturas que apresentam marcas fonéticas de pluralização, como *viemos, foram, iríeis, fostes*, etc.

Na

Estrutura 1 - *Para comemorar o sucesso do novo modelo da política ambiental que vêm sendo implementada no Acre há oito anos,*

temos o exemplo do que se comentou acima. Na estrutura da oração, o verbo *vir* na forma *vêm* não deveria ser acentuado porquanto corresponde ao singular, em concordância com o sujeito *que*, o qual representa o sintagma *política ambiental*. Sob o ponto de vista da norma culta, o redator cometeu um “erro de concordância” por acentuar a palavra. Devemos observar nesse tipo de ocorrência que a “infração” só ocorre na escrita, uma vez que na fala as formas *vem* ou *vêm* são indiferentes. Como este estudo trata da inserção das variantes linguísticas no texto escrito, convém ressaltar essa particularidade. Os acentos diferenciais são aqueles utilizados para estabelecerem diferenças entre vocábulos não pela sua marca fonológica, mas pelo seu sentido. Assim, deve acentuar *pôde* (pretérito perfeito do verbo *poder*) para distingui-lo de *pode* (presente do verbo *poder*). Fonologicamente as duas formas são pronunciadas com diferenças da vogal *o* fechada e aberta, respectivamente. Há formas, contudo, que não apresentam, para a justificativa do acento diferencial, nenhuma marca de mudança fonológica. É o caso dos verbos *ter* e *vir*, que tem acentuada a terceira pessoa do plural do presente do indicativo (*têm* e *vêm*) para distinguir do singular (*tem* e *vem*). Fonologicamente não há nenhuma diferença entre as duas formas, pois ambas são pronunciadas da mesma maneira. Essa diferença só

existe na escrita, tem como função marcar a pluralização dos dois verbos nessa flexão. A ocorrência em questão, se apresentasse a forma *vem* estaria dentro dos preceitos da norma culta, que exige a marcação específica para cada forma verbal. Como a forma *vêm* não se distingue linguisticamente da forma *vem* pela semântica ou por qualquer outro princípio que justifique a escolha de uma ou de outra forma, não se pode considerá-la como uma variante, pois a diferença entre elas é meramente a marcação ortográfica, cuja alteração não implica necessariamente a variação linguística. Essa ressalva se faz necessária para que se tenha a clareza de que a diferença entre o plural e o singular não se apresenta da estrutura verbal senão no acento gráfico, que, por sua vez, não apresenta marcação fonológica – é meramente um sinal gráfico. Ribeiro (2003, p. 94) prefere chamar esse tipo de acento de acento diferencial morfológico, pois sua função é a distinção da forma e não da sua estrutura fonológica. Portanto, as duas orações analisadas não serão consideradas neste estudo como uma variação linguística. Suas inserções nesse *corpus* são a título de ilustração do que são ou não variantes linguísticas.

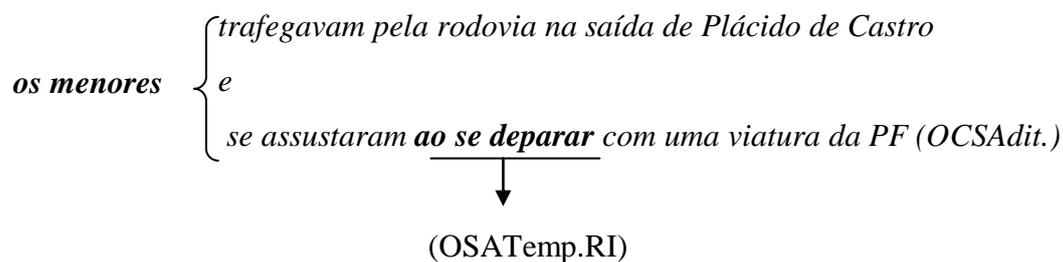
A próxima ocorrência envolve o uso do infinitivo precedido da combinação preposicional *ao*. Vejamo-la:

OVNS6 (...) *os menores trafegavam pela rodovia na saída de Plácido de Castro e se assustaram ao se deparar com uma viatura da PF. (A Tribuna, 19/12/2006)*

OSNC6 (...) *os menores trafegavam pela rodovia na saída de Plácido de Castro e se assustaram ao se depararem com uma viatura da PF.*

No caso da OVNS6 a ausência da concordância se dá na seguinte situação: o verbo *deparar*, na forma *se depararem*, é o verbo de uma oração subordinada adverbial temporal reduzida de infinitivo (OSATemp.RI), que, por sua vez, está subordinada à oração coordenativa aditiva (OCSAdit.), cujo sujeito é *menores*. Façamos um esquema da oração para compreendê-la melhor.

Esquema 6: (OVNS6) distribuição dos predicados



A estrutura em questão apresenta um único sujeito para três orações: *trafegavam pela rodovia na saída do Palácio de Castro, se assustaram com a viatura, e ao se deparar*. As duas primeiras orações são coordenadas entre si, enquanto a segunda é subordinada. A oração objeto da nossa análise é a subordinada, por se constituir em torno do verbo na forma infinitiva, cujo sujeito (*os menores*) se apresenta no plural, enquanto a oração se apresenta no singular. Os verbos *trafegar* e *assustar* são coordenados por meio da conjunção coordenativa aditiva (CCA) *e*, que estabelece entre os dois verbos a relação de adição. O verbo *deparar*, por sua vez, é subordinado à oração (...) *assustaram com uma viatura da PF*. O que se observa é a não-flexão do verbo *deparar* em relação ao sujeito *os menores*. A flexão dos verbos no infinitivo requer um pouco mais de atenção pelo fato de as regras da flexão ou não desses verbos apresentarem particularidades que convêm serem observadas. Fazemos as considerações sobre o infinitivo no português para melhor compreender de que forma o redator procedeu na realização dessa ocorrência.

O infinitivo pode aparecer como núcleo do predicado e, dependendo da situação, pode ou não ser flexionado. Vejamos o que os estudiosos falam acerca do infinitivo. Sacconi (2004, p. 284), por exemplo, explica que

(...) nossa língua possui dois infinitivos: o **pessoal** ou conjugável e o **impessoal** ou não conjugável.

O **infinitivo pessoal** não existia em Latim, por isso nunca houve uniformidade quanto ao seu emprego; usa-se mormente para desfazer ambiguidades de sujeito. [grifos do autor]

Conforme expressa o gramático, não uma “uniformização” do uso da forma infinitiva. Mas, convém observar também, que vários são os compêndios que estabelecem algumas utilizações específicas para essa forma nominal do verbo, como o próprio autor, que elenca 8 utilizações da forma pessoal, e 9 para a impessoal, com

algumas observações para ambas as formas. Luft (1988) elucida essa complexidade acerca da utilização do infinitivo flexionado ou não flexionado. Para ele,

... a oposição *flexionado/não flexionado* liga-se ao problema morfossintático da variação do infinitivo – caso especial de *concordância* de uma forma que se esperaria invariável porque “infinita” (indefinida quanto ao número-pessoa, não “pessoalizada”).

Nisso, segue o infinitivo, na linguagem culta, as mesmas regras de concordância das outras formas verbais: concordam em número – pessoa com seu sujeito. (p.115) [grifos do autor]

O autor resume a problemática *flexionado x não flexionado* pelo princípio geral que se aplica a todas as formas verbais: a ausência ou não de sujeito. Assim, toda vez que o infinitivo apresentar sujeito, deverá concordar com este, flexionando se for o caso. Sobre isso, Bechara (2003) enfatiza que “ocorre o infinitivo flexionado nos seguintes casos: sempre que o infinitivo estiver acompanhado de um nominativo sujeito, nome ou pronome (quer igual ao verbo, quer diferente)” (p. 286) O mesmo faz Sacconi (2004), ao dizer que “embora não haja normas rígidas de emprego do infinitivo pessoal, podemos dizer que convém usá-lo nestes casos, principalmente: quando o infinitivo tem sujeito próprio.” (p. 284). Como bem embasado pelos estudiosos acerca da flexão do infinitivo verbal, o elemento principal para a justificativa da flexão é a presença de um sujeito para o verbo. Contudo, a regras da não-flexão do infinitivo acabam por desconsiderar esse princípio da presença do sujeito, como observa Luft (1988, p.115), ao dizer que

teremos infinitivo “não flexionado” – apesar de referido a um sujeito (“pessoal”, portanto) – quando a flexão for “bloqueada” por certas regras. Assim, no aglomerado de dois verbos – Auxiliar + Principal, ou Subordinante + Subordinado – aplicados a um mesmo sujeito, só se flexiona, concordando, o primeiro; é que, antes de flexionar o segundo em concordância com seu sujeito, suprime-se este porque repetido.

Pela concepção do autor, embora seja regra o infinitivo ser flexionado quando tem sujeito, há situações que dão aberta à não-flexão, constituindo assim mais uma série de regras para o infinitivo não flexionado.

Como aqui não é objeto de estudo a flexão o não do infinitivo verbal, cuidaremos apenas daquela que aparece no *corpus*. A observação feita baseado na concepção dos estudiosos da língua tem efeito de mostrar o processo das construções das regras da utilização do infinitivo. Na ocorrência em questão (OVNS6), a forma

infinitiva aparece associada à estrutura preposicional *ao*. A respeito dessa combinação, alguns estudiosos da GT, como Sacconi (2003) afirmam que nesse caso deve o verbo ser pessoal e por isso concordam com o sujeito. Sob esse princípio, a OVNS6 deveria apresentar o verbo *deparar*, na forma *depararem-se*. Contudo, observemos também as várias situações em que o infinitivo não é flexionado, bem como considerar que a forma *deparar* vem seguida de outra forma verbal, *assustaram*. Acerca da não-flexão do infinitivo, uma das regras é a de que quando houver um sujeito apenas para os dois verbos, o segundo verbo não flexiona. Assim, *Acreditamos **estar** com a razão*, o motivo para a não-flexão da forma *estar* é o verbo ter o mesmo sujeito – nesse caso, o oculto *nós* (nós acreditamos / nós estarmos). Essa regra serve para evitar a repetição da desinência número-pessoal *-mos*. Há outra regra que ratifica a necessidade de o infinitivo não ser flexionado, a qual pode ser utilizada para explicar a ocorrência não flexionada: a certeza do sujeito do infinitivo (SACCONI, 2004), (BECHARA, 2003). A respeito dessa escolha das formas flexionadas ou não diante de dois verbos infinitivos para o mesmo sujeito, Faraco e Moura (2001) confirma a flexibilidade da regra, ou ainda a falha na formulação dessas regras, a dizer que “a escolha da forma flexionada é feita sempre que se quer enfatizar o agente da ação expressa pelo verbo. As normas ajudam muito pouco nesse caso” (p.354).

A situação que se tem em questão é a de que, por um princípio a forma infinitiva deve ser flexionada (posposição da forma preposicional *ao*), mas, por outras influências, a forma não deve ser flexionada. O falante ou o redator, no processo de produção textual seguirá, nesses casos, a sua intuição enquanto a sua intenção comunicativa. A “infração” às regras de utilização do infinitivo parece necessária, uma vez que não há uma “regra” bem definida e sem falhas.

O próximo caso diz respeito à concordância com o pronome relativo *quem*, que segundo a norma culta, leva o verbo para a 2ª pessoa do singular. Vejamos a próxima ocorrência:

OVNS7 *Quem vieram foram os representantes da Tok e Tok. (Página 20, 24-25-26/12/2006)*

OCNC7 *Quem veio foram os representantes da Tok e Tok.*

Na ocorrência OVNS7 nos deparamos com a concordância verbal com os pronomes relativos, nesse caso, o pronome *quem*. Pela norma culta, o verbo deveria concordar com o pronome. Para compreender essa ocorrência, vamos considerar também a construção do sujeito *quem veio* em forma de oração subordinada substantiva subjetiva (OSSS).

Antes de prosseguirmos com a nossa análise, convém investigar o que a GT postula sobre a concordância com dos pronomes relativos.

Sobre a concordância do pronome relativo *quem*, Sacconi (2004) observa: “O pronome **que** não interfere na concordância; o pronome **quem**, porém, exige o verbo na 3ª pessoa do singular” (p.420) [grifo do autor]. A mesma regra é reforçada por Bechara (2003), para quem “se ocorrer o pronome *quem*, o verbo da oração subordinada vai para a 3ª pessoa do singular, qualquer que seja o antecedente do relativo” (p.562) [grifo do autor]. O autor defende a concordância do relativo *quem* com a pessoa e número que o pronome expressa, não devendo, portanto, ser flexionado segundo o seu antecedente. Todavia, em seu próprio texto, o autor não nega a possibilidade de concordância com o antecedente do relativo. Para isso, faz uma nota a respeito de um comentário de Said Ali *apud* Bechara (2003):

“A força de combater-se uma concordância que não é mais do que o corolário de um fenômeno de sintaxe histórica portuguesa fundada na sintaxe latina, tem desaparecido da linguagem literária o emprego de *quem* com o verbo em 1ª e 2ª pessoa, vigorando, todavia, a antiga concordância desde que se empregue *que* em lugar de *quem* (p. 562) [grifo do autor]

Da mesma forma que para Said Ali, indiferente é a regra de concordância para Rocha Lima (2003, p.403-404), para quem,

São por igual excelentes as construções dos tipos seguintes:

- a) *Fui eu que resolvi a questão.*
- b) *Fui eu o que resolvi a questão.*
- c) *Fui eu quem resolveu a questão.*
- d) *Fui eu quem resolvi a questão.*

Exemplos:

- a) “Não *fui eu que* o assassinei.” (Alexandre Herculano)
“És tu que ris, louca?” (Jorge de Lima)
- b) “Não *és tu o que* atribulaste e afligiste os inocentes, tiranizaste os que te tinham ofendido, e sobretudo *o que* disseste injúrias, afrontas e blasfêmias conto o altíssimo?” (Antônio Vieira)
- c) “*Fui eu quem* a matou.” (Antônio Feliciano de Castilho)
“Vós, e unicamente vós, *sois quem* me ocupa o ânimo.” (Filinto Elísio)
“Não *sou eu quem* só faz isto, todos fazem.” (Adalgisa Néry)

d) “E *tu és quem tens* a culpa de eu viver sempre à sombra.”
 (Filinto Elísio)
 “*Sou eu quem prendo* aos céus a terra.” (Gonçalves Dias) [grifos
 do autor]

Embasado por textos e autores clássicos da literatura de língua portuguesa, o autor evidencia o uso facultativo da flexão do verbo segundo o pronome relativo *quem* ou seu antecedente. Além de Rocha Lima, Faraco e Moura (2001) partilham da mesma concepção, alegando que o verbo concorda com o sujeito *quem*, ficando na 3ª pessoa do singular, ou concorda com o antecedente do *quem*. É quase consenso que o relativo *quem* concorde tanto com seu antecedente, ou que leve o verbo para a 3ª pessoa do singular. Faraco e Moura (2001, p. 541), faz, contudo uma ressalva importante: “É importante não esquecer que a oração principal pode vir posposta à subordinada. **Quem redigiu o trabalho / fui eu. Quem vai ser preso / sou eu!** (Ariano Suassuna) [grifos do autor] Esse é o caso da ocorrência a ser analisada.

Conforme foi observado inicialmente, a OVNS7 *Quem vieram foram os representantes da Tok e Tok* apresenta algumas particularidades. Por isso, para a sua análise, consideraremos dois aspectos: a concordância verbal com pronomes relativos e a realização do sujeito na forma de OSSS.

a) a concordância verbal com pronomes relativos. Diante das opiniões dos autores, a concordância principal do relativo *quem* é levar o verbo para a 3ª pessoa do singular, e, como segunda opção, concordar o verbo com o antecedente do relativo, exceto quando a oração subordinada vem anteposta à oração principal. Na OVNS6, a oração subordinada *quem veio* está anteposta à oração principal *foram os representantes da Tok e Tok*. Colocada na ordem direta, ficaria assim: *Foram os representantes da Tok E Tok quem vieram*.

Neste caso, é inegável que a concordância com o antecedente estaria dentro dos padrões cultos. A inversão, todavia, leva o redator a utilizar a variante, cuja característica é concordar o verbo com o antecedente mesmo que a oração subordinada venha anteposta à principal. Justificar essa variação não é tão difícil: basta observar que o fato de a oração subordinada vir anteposta à oração principal não elimina o fato de que o pronome relativo *quem* faz referência ao sintagma nominal *os representantes*. Se a regra faculta a concordância do relativo e permite a concordância com o antecedente, e ainda, se, ao rejeitar essa concordância quando a oração subordinada vir anteposta à principal o autor o faz sem a justificativa da regra,

aceitar a concordância do redator na ocorrência é tão coerente quanto as opiniões dos autores ou tão incoerentes quanto.

O que nos parece visível nessa “infração” à concordância do relativo *quem* é a estranheza causada pelo fato de a forma verbal *vieram* vir imediatamente ao relativo de 3ª pessoa do singular. Fora isso, a relação entre o relativo e o seu antecedente é tal os autores têm abordado em seus estudos.

b) a realização do sujeito em forma de OSSS. Para iniciar a análise da ONVS6 sob esse aspecto, convém antes descrever como se dá esse processo de realização do sujeito em forma de oração. No período *quem veio foram os representantes da Tok e Tok*, o sujeito de *foram os representantes da Tok e Tok* é a oração *quem veio*. Embora a introdução das orações subordinada substantivas (OSS) seja, na maioria das vezes, pela conjunção subordinativa integrante (CSI), os pronomes e os advérbios interrogativos também podem exercer essa função (SACCONI, 2003). Esse fator pode contribuir muito para explicar a OVNS6. A oração *quem vieram* expressa, além da noção do substantivo, a ideia do verbo *vir*. Se analisarmos semanticamente o valor da oração *quem vieram*, concluiremos que a mesma estrutura pode se reduzir a *vieram*. Dessa forma, o período poderia ser *os representantes vieram*. Haveria, nesse caso, uma inversão do sujeito pelo predicado. Isso pode alterar a análise ou invalidá-la, mas não, apenas explica que no lugar de *quem veio* é cabível uma oração. Conforme se observou na adaptação da frase, o verbo *vir*, ao concordar com o sujeito, foi flexionado na 3ª. pessoa do plural. A noção de plural que a oração *quem vieram* expressa é visível. Embora, na ordem em que aparece como ocorrência no *corpus*, o sujeito tenha estrutura de singular, não se pode negar que a ideia de plural é evidente, principalmente pela relação que o sujeito tem com o predicado nominal no plural. Como é sabido, a concordância do verbo *ser*, em certos casos, pode se dar tanto por influência do sujeito quanto por influência do predicado, dando-se preferência ao termo que estiver no plural (SACCONI; 2003; FARACO, MOURA, 2001), como nos exemplos *São dozes horas* e *A minha tristeza são seus olhos*. Lembremos novamente que se feita a inversão da ordem direta, o verbo aceita a pluralização.

O verbo *ser* apresenta particularidades na concordância porque é um verbo de ligação e por isso liga o sujeito a um predicativo. Diferente dos outros verbos, ele pode concordar também com o predicativo. Por isso, sua regra geral é de que deve concordar com o elemento mais próximo que esteja no plural, salvo se houver outras

circunstâncias que invalidem essa regra. Na frase *Agora são dez horas*, o verbo *ser* concorda com *dez horas*; na frase *Duas garrafas de vinho são a parte que me cabe na aposta*, concorda com *duas garrafas de vinho*. Há, contudo, uma série de situações em que o verbo não segue o princípio de concordar com o elemento no plural mais próximo, quando:

a) o sujeito for pessoa. Exemplo: *Fernando Pessoa foi vários poetas. O palhaço é as delícias do circo.*

b) houver necessidade de ressaltar o sujeito em relação ao predicado. Exemplo: *Minha vida é essas duas crianças.*

c) o sujeito for o pronome relativo *que*. Exemplo: *Na casa que era só jardins plantou-se uma roseira.*

d) foi seguido de termos como *muito, pouco, nada, tudo, bastante, mais, menos*, etc. Exemplo: *Cinquenta anos de férias é pouco para o meu cansaço.*

e) o pronome reto estiver num dos lados da estrutura. Exemplo: *O responsável pela bagunça aqui são vocês. As personagens somos nós.*

f) o predicativo for constituído pelo pronome demonstrativo. Exemplo: *Amigos é o que não me falta.*

g) o sujeito no plural não tiver determinante. *Lágrimas é coisa que não me comove.* (SACCONI, 2004)

A concordância do verbo *ser* apresenta essa flexibilidade também porque, contrário aos outros verbos, em algumas situações, não há uma definição com qual dos termos ele deve concordar. Sobre isso, Bechara nos diz que

em alguns casos o verbo *ser* se acomoda à flexão do predicativo, especialmente quando se acha no plural. São os seguintes os casos em que se dá esta concordância:

a) quando um dos pronomes *isto, isso, aquilo, tudo, ninguém, nenhum* ou expressão de valor coletivo do tipo de *o resto, o mais* é sujeito do verbo *ser*:

Tudo eram alegrias e cânticos [RS.1,5]

A concordância normal com o sujeito ocorre, apesar de mais rara:

Tudo é alegrias (p. 558) [grifos do autor]

A concordância com o verbo *ser*, com suas particularidades, serve ao propósito da reflexão de algumas postulações acerca de regras gramaticais. A flexibilidade das regras mostra que a língua apresenta flexibilidades, pois é multiforme, heterogênea, não é estanque como pode parecerem as regras. O fato de o

verbo concordar ora com o sujeito ora com o predicado dá ao falante e/ou redator a possibilidade não apenas da escolha, mas da reflexão da escolha, pois a opção de uma forma ou outra não é gratuita nunca, é sempre motivada por algum aspecto linguístico. No caso do verbo *ser*, os estudiosos destacam o valor enfático que se dá ao sujeito ou ao predicado para definir com qual dos dois se deve fazer a concordância.

A próxima ocorrência

OVNS8 ***Haviam*** então, 800 alunos matriculados ... (Página 20, 21/12/2006)

diz respeito à impessoalidade do verbo *haver*. Esse verbo, na maioria das vezes, é impessoal, ou seja, não tem um sujeito responsável pela sua ação. Sua característica morfológica é a flexão na 3ª. pessoa do singular. Assim, toda vez que o verbo aparecer sob essa forma, deve ser flexionado na 3ª. pessoa do singular. O que se pode ver na OVNS8 é flexão desse verbo na 3ª. pessoa do plural, concordando com o objeto direto *800 alunos matriculados*. Na OSNV8 o verbo *haver* apresenta nítido valor de *existir*. Segundo a norma culta, quando expressa esse sentido, o verbo *haver* deve ser impessoal.

Há, na língua portuguesa, várias situações em que os verbos adquirem a característica da impessoalidade, dentre as quais merecem destaque, para fins desse estudo, a impessoalidade do verbo *haver*, que pode ser impessoal nas seguintes situações:

a) quando indica tempo decorrido. Exemplo: *Eu nasci há 10 mil anos atrás* (Raul Seixas). Quando expressa tempo decorrido, é sinônimo do verbo *fazer*, que também é impessoal nessa situação, como na frase *Faz muito tempo que não assisto à novela*. Em ambas as construções, observa-se o valor adverbial de tempo que as expressões *há 10 anos* ou *faz muito tempo* revelam em relação às ações *nascer* e *assistir*, respectivamente. Observa-se também que para as duas formas ditas impessoais não há a presença de um sujeito responsável pela ação ou de *haver* ou de *fazer*.

b) quando está no sentido de existir. Nessa situação, além da classificação como verbo impessoal, recebe também a de verbo transitivo direto por apresentar objeto direto, como na oração *Havia milhões de pessoas na rua*. Nessa oração, deve-se analisar três coisas importantes: a forma na 3ª. pessoa do singular, o objeto direto

do verbo *haver*, e o sentido que expressa essa forma. Analisar esses três fatores é importante porque a substituição do verbo *haver* pelo verbo *existir* acarreta a mudança desses três aspectos destacados. A primeira mudança é quanto à forma: o verbo *existir* não ficará na 3ª. pessoa do singular, mas na 3ª. do plural, pois (aí entra a segunda mudança) a forma passa a concordar com o sujeito *milhões de pessoas* (a terceira mudança: o objeto direto se converte em sujeito). Feita a substituição, a frase ficaria, ordem indireta *Existiam milhões de pessoas na rua*; na ordem direta, *Milhões de pessoas existiam na rua*. Na frase usada como exemplo, além do objeto direto *milhões de pessoas* da forma *havia* no sentido de existencial, há também um adjunto adverbial de lugar, muito comuns em construções desse tipo, como ressalta Dubois (2004):

Os principais casos de impessoalidade do verbo são (...) verbo *haver* com valor existencial, mas sempre na 3ª. pessoa do sing. e com objeto direto nominal ou pronominal e, em geral, com adjunto adverbial de lugar: *Há (havia, houve, haverá) muitos homens na praça. Há flores requintadas e há-as singelas*. As línguas românicas que exemplificam este uso de *haver* (espanhol, catalão e francês) usam obrigatoriamente o advérbio de lugar equivalente a *aí...* (p. 332) [grifos do autor]

Além dessa característica de apresentar adjunto adverbial de lugar, deve observar que mesmo quando compõe uma locução verbal, se tiver como verbo principal dela, a construção também fica impessoal. Assim, *Deve haver pessoas na rua a essa hora* ou *Devem existir pessoas na rua a essa hora*.

Na ocorrência em questão,

OVNS8 ***Haviam*** então, 800 alunos matriculados ... (Página 20, 21/12/2006)

é nítida a utilização do *haver* no sentido de *existir*. Pode-se construir a oração em *Existiam então 800 alunos matriculados*, estrutura que poderia ser utilizado pelo redator, mediante a existência primeira do verbo *existir* em função do uso secundário de *haver* em seu lugar. Contudo, tem se observado que nessas estruturas a escolha pelo verbo *haver* expressa o sentido do verbo *existir*. Fato de o verbo *haver* ter larga utilização no sentido de existir não significa que o falante ou redator ter total consciência do processo de substituição ou ainda das transformações pelas quais a forma verbal passa, no tocante à mudança de concordância e principalmente, a inversão do objeto direto em sujeito. Importante frisar este último aspecto pela

influência que ele pode exercer em determinadas situações. Assim, o falante e/ou redator pode concordar o verbo com o seu sujeito. Se em *Existem 800 alunos matriculados* o verbo deve seguir a flexão do sujeito *alunos matriculados* nada garante ao redator que o verbo *haver* não deva concordar também. Isso é relevante comentar pelo fato de a concordância do verbo *haver* ser um caso particular dentro da regra de concordância, e ainda em situações específicas. Deve-se considerar também que parte dessas regras particulares (ou exceções das regras gerais) só são aprendidas posteriormente por meio de estudos específicos e não naturalmente com a regra geral, em que o verbo concorda com o sujeito. Prova dessa “dificuldade” de assimilação são os vários manuais de concordância verbal e nominal existentes nas livrarias. Nesses manuais o foco central não é a regra geral, e sim, os casos particulares. O que se quer dizer com isso é que determinadas regras de concordância parecem um pouco mais complexas pela justificativa. O sujeito falante ou o redator que utilizar a concordância do verbo *haver* deve, antes de produzi-lo pensar que o objeto direto, cuja posição é pré-verbal, não leva o verbo para o plural (se o objeto for no plural) e que a concordância de sempre em 3ª. pessoa pelo fato de a forma em questão constituir-se impessoalmente.

Merece um destaque a posição do objeto direto do verbo *haver*, que é igual à posição do sujeito do verbo *existir* nesse tipo de construção. Assim como *acontecer*, *ocorrer*, o verbo *existir* geralmente aparece na posição pré-sujeito, ordem indireta da distribuição das estruturas sintáticas. Se se considerar que a concordância com o verbo *existir* acontece na posição pré-sujeito, normal que o redator seja influenciado pela posição do objeto direto do verbo *haver* e, em função disso, flexione a forma levando-a a concordar com o objeto direto, que tem “ares” de sujeito, e que o é quando o verbo *haver* é substituído pelo *existir*.

É sabido que tantas são as regras de concordância são a exceções dessas regras. Talvez seja esse o motivo que leva alguns alunos a se desestimularem dos estudos da língua portuguesa. Muitos alegam que há regras demais e que nunca se aprende todas. Um conjunto dessas particularidades de regras de concordância é a do verbo *ser*, que tem regras específicas dentro do conjunto de regras já existentes para a concordância verbal. c) quando está no sentido de *ocorrer* ou *acontecer*. Essa situação é muito parecida com a do verbo *haver* no sentido de existir. Nas frases *Houve dois acidentes graves ontem* ou *Houve uma festa legal*, observa-se que a forma *houve* pode ser substituída pelos verbos dos quais ele guarda o sentido. Assim,

pode-se dizer *Ocorreram* ou *aconteceram dois acidentes graves ontem* e *Existiu uma festa legal*. No último caso, soa muito estranha a substituição do verbo *haver* pelo verbo do sentido original – por isso a utilização do *haver* pelo *existir*. Assim como no sentido de *existir* o objeto direto de *haver* converte-se em sujeito para os verbos do sentido, quando feita a substituição, e, naturalmente deve haver concordância deles com o sujeito.

Ainda a respeito do verbo *haver*, convém observar que seu uso, pelo menos em língua portuguesa, é quase sempre nessas duas situações (sentido de *existir* e indicando tempo decorrido) e que não é muito comum seu uso de outras formas. Nas duas situações de impessoalidade, o verbo *haver* é responsável por orações sem sujeito. Embora não seja muito comum, o verbo *haver* apresenta outras formas, mas especificamente na literatura. Há, inclusive, notações desse verbo na forma impessoal em textos literários, sem a marca da impessoalidade. Sobre isso, Bechara (2003) diz que “os exemplos literários que se encontram de tais verbos no plural não ganharam foros de cidade: ‘Houveram alguns que alumiados da graça do Espírito Santo abraçaram o culto e a fê de Cristo’” (p.562). Interessante observar que a marca da pessoalidade não foi explorada pelos falantes. Isso implica dizer que a forma mais comum da utilização do verbo *haver* é impessoal na 3ª. pessoa do singular.

3.3 A REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

Regência é o estudo da relação que algumas palavras estabelecem entre si quando precisam de outras palavras que possam completar seus significados. Dubois (2004) diz que “O termo *regência* indica o fato pelo qual uma palavra ou sequência de palavras (substantivo ou pronome) depende gramaticalmente de outra palavra da frase; esta, que governa ou rege as outras, chama-se regente e os termos que dela dependem são os regidos” (p.514) [grifos do autor]. Conforme Dubois observa, a regência é uma necessidade entre algumas palavras que precisam ou que “regem” outra palavra para lhe completar o sentido. Assim, na frase *Maria necessita de melhor tratamento*, o verbo *necessitar* pede ou rege uma palavra ou grupo delas que lhe completem o sentido, pois dizer simplesmente que *Maria necessita* não constituiriam uma frase pelo fato de faltar sentido a ela, que passa a existir quando inserido o objeto indireto *de melhor tratamento*. O termo *de melhor tratamento* é o

termo regido pelo termo regente, *necessita*. À dependência que o verbo necessitar tem de um complemento chamamos de transitividade, e o fato de seu termo regido vir sempre introduzido por uma preposição por exigência do próprio verbo, dizemos que ele é um verbo transitivo indireto. A preposição *de* que introduz o objeto indireto do verbo *necessitar* estabelece um tipo de relação. O estudo dessa relação é objeto da regência.

Assim, a regência é parte da gramática que serve ao propósito de analisar qual a preposição deve ser utilizada entre o termo regente e o regido, pois a preposição é parte fundamental dessa relação semântica. Nas frases *Sempre agrada os animais antes de sair de casa* e *Os bares da cidade devem agradar aos turistas*, é notória a diferença entre os dois enunciados, a partir das diferentes regências do verbo *agradar*. No primeiro o verbo rege um termo sem auxílio da preposição, e por isso tem sentido de *acariciar*; no segundo, rege um termo com auxílio da preposição *a*, e passa a significar “ser agradável a”. A partir das duas frases, nota-se a importância do estudo da regência, que pode ser verbal ou nome, conforme o termo regente seja um nome ou um verbo. Para Luft (2002, p.41), a regência tem

função subordinativa de termos principais (*regentes*) sobre termos dependentes (*regidos*). Princípio que governa a estrutura da frase, dá-lhe conexão, equilíbrio e perspectiva. Em sentido amplo, *regência* é o mesmo que estruturação da frase – agrupamento de palavras, as secundárias em torno da principais. Essa estruturação é estabelecida mediante os seguintes processo:

- posição das palavras (sintaxe de colocação);
- Conexão vocabular (conectivos: conjunção, pronome relativo, preposição, verbo de ligação);
- Marcação formal das palavras variáveis dependentes (sintaxe de concordância).

Importante ressaltar a função de ligação que a regência exerce na frase, pois todo enunciado é constituído de termos que se ligam por uma relação de ligação, que subordina termos a outros termos. Essa subordinação não apenas sintática, é principalmente semântica, pois a regência se modifica de palavra para palavra em função do sentido que precisa estabelecer entre as palavras. A respeito dessa função subordinativa, Ribeiro (2003, p.279-280) enfatiza que

é uma das mais importantes no estudo da sintaxe, pois envolve até mesmo a concordância verbal ou nominal. Na concordância verbal, o

número e a pessoa do verbo dependem do sujeito. Na nominal, o núcleo substantivo determina o gênero e o número de seus adjuntos. Este aspecto não tem sido posto em evidências nas gramáticas.

Ribeiro destaca uma função importante da regência que é relação entre os termos que concordam entre si, e faz uma crítica às gramáticas, que não têm dado a importância que merece essa relação. Razão tem o autor, pois a regência é a relação de dependência entre os termos da estrutura sintática. Se analisarmos a uma estrutura sintática, veremos que cada termo mantém estreita ligação com outros termos. Assim, o sujeito está ligado ao predicado visto que este é existente em função daquele; se o verbo for transitivo terá um objeto direto; se for de ligação, terá um predicativo, que está ligado ao sujeito até por meio da concordância, etc. Quanto à crítica feita às gramáticas, é compreensível no sentido de que os estudos sobre regências tem se restringido à exposição de alguns nomes e suas respectivas regências, incitando a prática de decorar as regências e mais nada, o que não resulta em aprendizagem da regência nem de sua importância. Além desse “descaso” por parte das gramáticas, o estudo da regência apresenta dificuldades em função da variabilidade da regência de alguns verbos utilizados na linguagem popular no Brasil em relação às regras de regência tratadas pelas gramáticas, que seguem princípios do português europeu. A respeito disso, Faraco e Moura (2001, p. 513) comentam que

(...) muitos verbos apresentam dificuldade de regência porque existe uma *defasagem* entre a gramática herdada de Portugal (considerada pela norma culta) e a língua usada de fato pelos brasileiros. Assim, os problemas de regência verbal só poderão ser resolvidos satisfatoriamente mediante a consulta a um dicionário especializado. [grifo nosso]

As observações de Faraco e Mouras são interessantes porque evidenciam o fenômeno da variação da regência verbal. Essa “defasagem” da qual os autores falam representa a distância entre as normas estabelecidas gramáticas tradicionais e o real estado da língua falada no Brasil. Um exemplo disso, é o verbo *assistir*, que segundo a norma culta, apresenta as seguintes regências: a) verbo transitivo indireto quando for utilizado no sentido de *ver, presenciar, estar presente* (com a ressalva de que neste caso, deve ser regido pela preposição *a* e, se for substituído por pronome exige as formas *a ele(s)*, *a ela(s)* no lugar de *lhe(s)*); verbo transitivo indireto, no sentido de *cabere, pertencer*, admitindo, neste caso, o pronome *lhe(s)*; c) verbo transitivo direto

quando significar *ajudar, dar assistência*; d) verbo intransitivo, seguido de ajunto adverbial de lugar, quando significa *morar* (FARACO E MOURA, 2002). De todas as regências apresentadas, a mais comum na linguagem do brasileiro é a especificada na letra *a*, não pela transitividade, mas pelo sentido, o de presenciar, *ver*. Segundo a norma, nesse sentido, o verbo *assistir* é um verbo transitivo indireto, regido pela preposição *a*, o que implica necessariamente à impossibilidade de construir orações na voz passiva, posto que verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação não constituem frases na voz passiva, tipo de voz que só cabe aos verbos transitivos diretos, cujos objetos diretos convertem-se em sujeitos quando na voz ativa, cabendo por sua vez, a função de agente da passiva ao sujeito na voz passiva. Contudo, tem-se observado bastante a sua utilização desse verbo não apenas como transitivo direto, mas também constituindo frases na voz passiva, caracterizando uma particularidade na linguagem do brasileiro. Essa utilização “fora dos padrões” não está restrita ao falante de baixa escolaridade ou a uma região específica, mas a todo o país e em textos escritos, principalmente os jornalísticos (LAGE, 2004). Vale ressaltar que a transformação do verbo *assistir* de transitivo indireto a transitivo direto se dá também pelo simples fato de tanto um quando o outro expressarem a mesma coisa, ou seja, com ambas as regências o verbo *assistir* continua significando *ver, presenciar*; e mesmo que este verbo tenha enquanto transitivo direto o sentido de *prestar assistência*, o enunciado é suficiente para que este sentido não se confunda com aquele. Assim como o verbo *assistir*, outros verbos também tem apresentado essas características de trocarem a regência e admitirem voz passiva, como *obedecer, desobedecer* e outros, geralmente regidos de preposição *a*. O fato de as gramáticas tratarem das regências de alguns verbos é a ratificação de que há um desencontro nas regências utilizadas pelos falantes e as que as gramáticas preconizam.

Esses estudos e essas observações acerca da regência servem para embasar ainda mais este estudo, cujo objetivo é analisar os processos de variação linguística nos textos escritos, evidenciando que o fenômeno da variação está muito mais ligado à estrutura linguística, o que nem sempre é prestigiado pela GT, além de servir à reflexão da relação entre a língua, a escrita e a norma culta, pois é no ato da escrita o usuário da língua percebe as dificuldades de escrever porque precisa obedecer a uma série de regras “impostas”.

Parta-se para a análise das OVNS na regência verbal e nominal:

OVNS9 *Qualquer diagnóstico que se faça sobre as potencialidades econômicas do Estado vai-se chegar à conclusão que o setor extrativista ... (A Gazeta, 23/12/2006)*

OSNC9 *Com qualquer diagnóstico que se faça sobre as potencialidades econômicas do Estado vai-se chegar à conclusão **de** que o setor extrativista ...*

OVNS10 *O temor que empresas estatais de energia elétrica do Acre, Amazonas, Rondônia, Piauí, Alagoas sejam privatizadas reuniu parlamentares... (A Gazeta, 23/12/2006)*

OSNC10 *O temor **de** que empresas estatais de energia elétrica do Acre, Amazonas, Rondônia, Piauí, Alagoas sejam privatizadas reuniu parlamentares...*

OVNS11 *A diferença corresponde **por** aproximadamente R\$ - 637,60... (O Rio Branco, 22/12/2006)*

OVNS11 *A diferença corresponde **a** aproximadamente R\$ - 637,60...*

3.3.1 As ocorrências com regência nominal

Para que se possa analisar a regência tanto nominal quanto verbal é necessário considerar a posição do termo regente em relação ao termo regido. Isso porque a mudança de posição pode influenciar o sujeito falante ou o redator na seleção do regime, a preposição que servirá de elemento de ligação entre os termos. A inversão da ordem dos termos regenciais é muito comum com orações adjetivas com verbos transitivos, como, por exemplo, *Esta e a garota que te falei*. Nesse período, a oração subordinada adjetiva *que te falei* apresenta, em função da ordem dos termos, o apagamento da regência do verbo *falar*, que, neste caso, é transitivo indireto e rege a preposição *de*. Para que se possa compreender o apagamento da preposição em função da ordem dos termos, faz-se necessário esquematizar o período para analisar de que modo se processa o afastamento do regime e consequentemente o seu apagamento.

Esquema 7: oração principal na ordem como aparece (inversa)

Oração principal		
Predicado		Sujeito Simples
Predicativo	Verbo de ligação	
<i>Esta</i>	<i>é</i>	<i>a garota</i>

Esquema 8: oração principal na ordem direta

Oração Principal		
Sujeito Simples	Predicado	
	Verbo de ligação	Predicativo
<i>a garota</i>	<i>é</i>	<i>esta</i>

Esquema 9: oração subordinada na ordem como aparece (inversa)

Oração Subordinada Adjetiva			
Predicado			Sujeito Oculto
Objeto indireto 1	Objeto indireto 2	Verbo bitransitivo indireto	
<i>que</i>	<i>te</i>	<i>falei</i>	-

Esquema 10: oração subordinada adjetiva na ordem direta

Oração Subordinada Adjetiva			
Sujeito Oculto	Predicado		
	Verbo bitransitivo indireto	Objeto indireto 1	Objeto indireto
-	<i>falei</i>	<i>te</i>	<i>que</i>

O primeiro aspecto a se considerar no tocante ao verbo *falar* nessa construção é a sobre a sua transitividade: ele é bitransitivo indireto, ou seja, exige dois objetos indiretos, um regido da preposição *de*, *sobre* e outro da preposição *a*, que geralmente vem substituído por pronome oblíquo (FERREIRA, 2004). Como é observável, nos esquemas 3 e 4, a oração subordinada adjetiva vem em ordem inversa. Essa inversão exige do sujeito falante e/ou escrevente uma construção que implica o adiantamento da preposição que servirá de ligação dos dois objetos indiretos de um verbo que ainda não foi expresso. Devem-se observar os esquemas 3 e 4, para se compreender como a oração subordinada é construída. O pronome relativo *que* retoma a palavra *garota* (sujeito da OP) e exerce função de objeto indireto do verbo *falar*. Se se observar, antes que o verbo seja inserido na oração, os dois objetos indiretos são inseridos, um em forma de pronome oblíquo átono (*te*) e o outro na forma do relativo *que*, cujo antecedente é o substantivo *garota*. Importante fazer essa análise para que se tenha a dimensão da complexidade de construção exigida da OSA. Essa antecipação visível acarreta no apagamento da preposição *de* porque a materialização do verbo (termo regente que exige a preposição) só se dá numa outras instâncias, ocorrendo, inclusive, a possibilidade de o falante e/ou escrevente substituir o verbo. A substituição desse verbo resulta ou na utilização da regência “errada” ou no apagamento do termo que liga a termo regido do regente. O que se pretende mostrar neste trabalho, é que mesmo na escrita, em o se sem mais domínio daquele se produz, a inversão e outros fatores resultam na variação da regência.

Vejam as ocorrências:

OVNS9 *Com qualquer diagnóstico que se faça sobre as potencialidades econômicas do Estado vai-se chegar à conclusão que o setor extrativista ... (A Gazeta, 23/12]2006)*

OSNC9 *Com qualquer diagnóstico que se faça sobre as potencialidades econômicas do Estado vai-se chegar à conclusão **de** que o setor extrativista ... (A Gazeta, 23/12/2006)*

OVNS10 *O temor que empresas estatais de energia elétrica do Acre, Amazonas, Rondônia, Piauí, Alagoas sejam privatizadas reuniu parlamentares... (A Gazeta, 23/12/2006)*

OSNC10 *O temor **de** que empresas estatais de energia elétrica do Acre, Amazonas, Rondônia, Piauí, Alagoas sejam privatizadas reuniu parlamentares...*

Nas duas ocorrências, identificamos o apagamento da preposição que estabelece relação entre os termos subordinantes (*conclusão* e *temor*) e os subordinados (*setor extrativista* e *empresas estatais*). No primeiro caso, o substantivo abstrato *conclusão* exige, segundo a TG, exige complemento regido da preposição *de*. No segundo, o substantivo também abstrato *temor* exige complemento regido da preposição *a*. A análise dessas duas ocorrências se dará em função da omissão dessas duas preposições. Contudo, antes de iniciarmos a análise, serão feitas algumas considerações a respeito da regência dessas duas palavras e desse tipo de relação de subordinação: os complementos nominais.

A regência, de fato, pode acarretar mudança de sentido; porém, sem sempre. Em casos como o do verbo *namorar*, por exemplo, isso não ocorre. Embora o verbo seja transitivo direto, é comum no Brasil o uso como transitivo indireto regido pela preposição *com*. Independente da preposição, o sentido de *namorar* permanece inalterado. Isso não significa que a preposição não signifique nada, mas que em certos casos, pode ser eliminada, como pode também em casos em há alteração de sentido. No caso de *namorar*, a inserção da preposição *com* serve para reforçar a ideia de companhia existente no verbo, uma vez que o ato de *namorar* pressupõe dois indivíduos.

Tanto a primeira quanto a segunda ocorrências (OVNS9 e OVNS10) apresentam relação de subordinação entre o substantivo abstrato e o complemento nominal. Na primeira tem-se a estrutura *conclusão que o setor extrativista*, e na segunda, a construção *o temor que empresas estatais*. Nessas duas ocorrências, o

termo subordinado exerce a função sintática de complemento nominal. Para compreender melhor as duas ocorrências em questão, convém, antes de analisá-las, estudar o complemento nominal.

Nos estudos da sintaxe, os termos são divididos em três grandes grupos: essenciais, integrantes e acessórios. Os termos essenciais são o sujeito e o predicado, chamados assim porque são os termos básicos da estrutura sintática, embora essa essência não seja absoluta, uma vez que em algumas estruturas possa faltar o sujeito, como nas orações sem sujeito ou nos sujeitos inexistentes. Como essa terminologia não é de nossa alçada, convém-nos analisar o que é de propósito para o estudo da variação. Os termos integrantes são considerados secundários no sentido de que não são os termos básicos, e só existem quando há necessidade, ou seja, quando alguma palavra os rege. São eles: o objeto direto, o objeto indireto e o objeto direto e indireto; e o complemento nominal. Os acessórios são aqueles que realçam os enunciados sem estarem subordinados a quaisquer termos da estrutura. Interessa-nos os termos integrantes, pois sua existência pressupõe a regência, nominal para o complemento nominal, e verbal para os objetos. Com já visto, os objetos são complementos verbais. São classificados em:

- a) direto: quando regido sem preposição. Exemplo: *Maria comeu o bolo.*
- b) indireto: quando regido de preposição. Exemplo: *Maria gosta de bolo.*
- c) direto e indireto: neste caso são dois os complementos, um com preposição e outro sem. Exemplo: *Maria pagou a conta ao açougueiro.*

Os complementos nominais são termos que completam o sentido dos substantivos abstratos, dos adjetivos ou dos advérbios. A característica do complemento nominal é que são sempre preposicionados, pois ao completarem o sentido do termo regente, cabe à preposição estabelecer o tipo de relação entre os termos. Um exemplo de regência nominal são as duas primeiras ocorrências desse grupo, a OVNS9 e 10.

No primeiro o substantivo abstrato *conclusão* pede complemento e este dever vir regido da preposição *de*. Os dicionários não explicam a regência dos nomes, como fazem com os verbos. Mas pelos exemplos expostos, é possível identificar a regência de alguns nomes, com a do substantivo *conclusão*.

Ferreira (2004), ao defini-lo, exemplifica:

[Do lat. *conclusionē*.]

Substantivo feminino.

1.Ato de concluir; término. [Sin., p. us.:
concluimento.]

2.Fim, termo:

a conclusão dum estudo.

3.Epílogo, remate, fecho:

a conclusão de um discurso.

4.Ilação, dedução:

a conclusão de um problema.

5.Ajuste definitivo de um negócio.

6.Tese; proposição.

**7.Jur. Entrega ou remessa de um processo ao juiz,
para que este lavre nele despacho ou sentença.**

**8.Lóg. Proposição que é afirmada ou negada a
partir de outras.** [Cf., nesta acepç., premissa (2), raciocínio
(4) e silogismo.] ~ V. conclusões. (versão CD-Rom) [grifos
do autor]

A partir dos exemplos é possível perceber que a palavra *conclusão* pede regência com a preposição *de*. Nas gramáticas tradicionais não se encontra essa palavra dentre as selecionadas quanto à regência. Isso significa que para os estudiosos não há dúvidas quanto à sua regência. Contudo, a estrutura em questão apresenta uma particularidade que deve ser considerada: o complemento nominal de *conclusão* é uma oração subordinada substantiva (OSS), que por servir de complemento nominal é chamada de completiva nominal (OSSCN). Importante observar isso pelo fato de a OSS ser introduzida por uma conjunção integrante, nesse caso o *que*. Recordemos as orações adjetivas construídas com o relativo e *que*, em alguns casos, tem a preposição apagada. A situação evidentemente não é a mesma, mas há traços comuns entre elas que podem influenciar o apagamento da preposição *de* no caso da OSSCN.

No caso da OVNS10, o substantivo abstrato *temor* também pede complemento, porém regido da preposição *a*, e tal qual no caso de *conclusão*, seu complemento nominal é uma OSSCN. Em ambos os casos acontece o apagamento da preposição. Para que se proceda com a análise, esquematizemos as estruturas.

Esquema 11: OSSCN (*conclusão*)

OP	OSAdj	OSSCN
<i>Com qualquer diagnóstico (OSAdj.) vai-se chegar à conclusão</i>	<i>que se faça sobre as potencialidades econômicas do Estado</i>	<i>que o setor extrativista, com suas dezenas ou centenas de opções, é economicamente o mais rentável e socialmente o mais recomendável</i>

Esquema 12: OSSCN (*temor*)

OP	OSSCN
<i>O temor (OSSCN) reuniu parlamentares e representantes de Sindicatos dos Urbanitários nesta quarta-feira no Congresso Nacional.</i>	<i>que empresas estatais de energia elétrica do Acre, Amazonas, Rondônia, Piauí, Alagoas sejam privatizadas</i>

Como se pode observar, os substantivos *conclusão* e *temor* regem as OSSCN, mas sem o regime. Deve-se observar também que em ambos os casos, a conjunção subordinativa que faz a ligação entre o termo regente e a OSSCN é a integrante (CSI) *que*. Convém avaliar que no caso das OSSCN a CSI não vem imediatamente a um verbo, como é comum nas outras OSS; nesse caso, ela vem imediatamente ao próprio substantivo ao qual complementa. Nas OSAdj. o pronome relativo *que* também vem seguido do substantivo. Se se analisar com mais precisão, perceber-se-á que a CSI não foi utilizada com função que lhe é particular, mas com a função do pronome relativo *que*. Por isso o apagamento da preposição.

Vejamos a ocorrência com a inserção da preposição *de* e *a*:

O temor a que empresas estatais de energia elétrica do Acre, Amazonas, Rondônia, Piauí, Alagoas sejam privatizadas reuniu parlamentares e representantes de Sindicatos dos Urbanitários nesta quarta-feira no Congresso Nacional.

e

Qualquer diagnóstico que se faça sobre as potencialidades econômicas do Estado vai-se chegar à conclusão de que o setor extrativista, com suas dezenas ou centenas de opções, é economicamente o mais rentável e socialmente o mais recomendável.

É sustentável a conclusão de que em ambos os casos a CSI não exerce sua função de conjunção e que sua forma é utilizada como relativo. Isso ocorre em função de ambas as palavras servirem ao propósito de ligar termos na estrutura sintática. Dizer que a conjunção é um pronome, pode parecer absurda, mas se justifica também pelo fato de que em algumas situações a preposição não tem valor determinante na construção do enunciado. Se se considerar ainda o elemento *que* como uma CSI, o apagamento da preposição se dá pelo fato de não representar perda da significação no enunciado, uma vez que são nítidas duas coisas: a conclusão a que se chegou e a que tipo de temor se tem, independente da preposição. Embora seja a função da preposição estabelecer o tipo de relação entre termo regente e regido, é notório também que em alguns casos, sua inserção é meramente uma imposição gramatical, pois sua ausência não prejudica o enunciado, como nos casos de regência verbal. Usemos como exemplo as orações *Maria gosta sorvete* e *Maria gosta de sorvete*, em que é patente a necessidade da preposição na regência. Nesse caso, o apagamento da preposição prejudica o enunciado, pois essa ausência soa estranhamente à recepção do usuário da língua, pelo fato de se tratar de uma estrutura muito comum na comunicação brasileira. Em outros casos, porém, o apagamento da preposição não modifica o sentido do enunciado, como por exemplo *A obra que te falei é um clássico*, em que a omissão da preposição *sobre* ou *de* não representam perda do que se tentou dizer. Além disso, deve-se observar também que em muitos casos de regência nominal, o mesmo nome pode exigir várias regências, como por exemplo, *acostumado a/com, equivalente a/de, invasão a/de, ódio a/contra*. O fato de alguns nomes exigem mais de uma regência causa no leitor/redator dúvidas

quanto a escolha da preposição “certa” para o contexto. Associando esses dois fatores, são ainda mais compreensíveis ocorrências desse tipo.

Na próxima ocorrência,

OVNS11 *A diferença corresponde por aproximadamente R\$ - 637,60... (O Rio Branco, 22/12/2006)*

Acontece a permuta da preposição *a* pela *por* na regência do verbo *corresponder*, que nas 3 acepções dadas por Ferreira (2004) é classificado como transitivo indireto:

[De co-1 + responder.]

Verbo transitivo indireto.

1.Ser próprio, adequado, conforme; estar em correspondência, em correlação:

A graça de seus movimentos corresponde à esbelteza da figura; “A criação da Universidade por D. Dinis, em 1290, corresponde a crescentes aspirações culturais” (Feliciano Ramos, História da Literatura Portuguesa, p. 87).

2.Ser proporcional; estar em equivalência:

Sua fama de inteligente não corresponde aos seus dotes reais.

3.Retribuir (2):

Correspondeu ao cordial aceno. (Versão CD-Rom) [grifos do autor]

Com se percebe pelos exemplos, a preposição que rege o verbo *corresponder* é a preposição *a*. A respeito dessa ocorrência deve-se observar o objeto indireto *R\$ 673,00*. Em língua portuguesa, as expressões que equivalem a preços geralmente constituem adjunto adverbial de preço, como nos exemplos citados por Sacconi (2004): “Comprar tudo **por cem dólares**; vender tudo **pelo custo**; adquirir a casa **por ninharia**” (p. 368) [grifos do autor]. Pelos exemplos apresentados, a preposição *por* e *pelo* são os elementos principais para introduzir os adjuntos adverbiais de preço. Se se verificar na ocorrência em questão, inegável é o fato de que o objetivo indireto tem valor de preço. A questão repousa na escolha da preposição que insere o termo: entre escolher a preposição *a*, que embora também expressa preço, o redator parece ter considerado mais expressiva a preposição *por*, a ideal na introdução a expressões que denotam preço, valor. Essa substituição não transforma o objeto direto em adjunto adverbial, torna-o ainda mais expressivo uma vez que a preposição *por* é mais enfática na alusão a preço. A intercalação do adjunto adverbial de intensidade

aproximadamente, que distancia o objeto indireto do verbo, facilita ainda mais substituição das preposições, pois a relação entre o termo regente e o regido tende a se atenuar conforme são inseridos na estrutura sintática novos sintagmas.

A substituição ou a escolha da preposição *por* no lugar de *a* para introduzir o objeto indireto, leva-nos à reflexão do processo de construção de enunciados quando termos se relacionam e se estruturam diferentemente. Nessa ocorrência, há duas estruturas que se combinam, mas que, gramaticalmente, apresentam “necessidades” diferentes: o verbo *corresponder* pede objeto direto com auxílio da preposição *a*, considerada a mais adequada para o verbo estabelecer relação semântica com o seu complemento. No outro lado, o objeto indireto *R\$ 673,00*, exige, para expressar preço da *diferença*, a preposição *por*. Eis os dois lados que se encontram com necessidades diferentes. Embora a GT estabeleça para cada um deles uma “regra”, o leitor/redator se vê numa situação em que um dos dois elementos deve ser priorizado. Nesse caso, embora o objeto indireto também aceite a preposição *a* para se ligar ao verbo, a construção parece ser mais coerente ou mais clara se a escolha for a preposição *por*. Isso não pode ser considerado uma “infração” à regência do verbo *corresponder*, mas um exemplo de como se dá o processo de seleção de palavra na construção de enunciados, cuja finalidade é a comunicação, que exige clareza acima de tudo, pois, é só sendo entendido que o falante/redator sente que seus textos são “corretos”.

CONCLUSÃO

O fato de o falante ou o escrevente ter consciência da adequação linguística implica dizer que a variabilidade é uma característica inerente à língua. Este trabalho, a partir da investigação da variação linguística em jornais escritos de Rio Branco tinha o objetivo de mostrar que a variabilidade não era restrita à fala, mas à língua com um todo. Absurdo seria dizer que o processo variacional é igual, pois são duas formas diferentes de a língua se apresentar e conseqüentemente de variar, embora inegável também seja a influência que a língua falada exerce na modalidade escrita, conforme se concluiu através da investigação do *corpus*.

A variabilidade da língua é um fenômeno natural, pois acontece de maneira tão simples que nem mesmo o falante ou escrevente percebem. Os estudos feitos com os jornais escritos de Rio Branco também contribuíram para que se tivesse um retrato da variação linguística em textos escritos e de como esse processo acontece. Das 11 ocorrências encontradas, todas pertenciam ao nível sintático, ou seja, são ocorrências de variação linguística que acontecem na relação sintática entre termos, como a concordância e a regência.

No nível fonético-fonológico não foi encontrada nenhuma ocorrência. A explicação para isso nos parece simples: as condições de produção inibem esse tipo de variação porque os mecanismos computadorizados utilizados no processo de escrita têm programações que identificam esse tipo de fenômeno. Isso porque a variação linguística no nível fonético-fonológico significa alteração na estrutura da palavra, o que é identificado facilmente pelos programas de computador onde são produzidos os textos. Além das condições de produção, esse tipo de variação em texto escrito é mais perceptível e, por conseguinte, mais vulnerável à correção, o que ratifica a ausência, pelo menos nesse *corpus*, de variação nesse nível. O mesmo

também foi identificado com a variação no nível morfológico ou lexical, muito provavelmente pelos mesmos motivos. Para ambos os casos a ausência da variação se deve ao sistema ortográfico, que define a forma de como as palavras devem ser escritas. Os programas computadorizados têm seus sistemas de correção baseados nesses princípios ortográficos, o que inviabiliza a variação linguística no produto final do jornal. Além dos computadores, os manuais de ortografia e os dicionários também servem de recursos corretivos para os textos escritos produzidos.

No nível sintático, contudo, esses programas e manuais não dão conta de identificarem as variações, pelo menos não em todos os casos. Por isso a incidência de variação nesse nível é maior (todas as ocorrências). Alguns programas conseguem, em algumas construções, identificar a regência e a concordância, mas não com a mesma eficiência, às vezes apenas como sugestão. Alguns processos de construção sintática inibem ainda mais os programas e em muitos casos o redator perde a relação existente entre os termos e por isso utilizam outras estruturas que não as exigidas pela norma, resultando na variação.

É evidente que para que a variação aconteça, outros fatores estejam envolvidos nesse processo, pois processo variacional não é gratuito ou sem explicação. Ele é resultado de fatores que condicionam o processo de produção linguística em que o sujeito falante e/ou escrevente são influenciados a construir outras possibilidades de estruturas que não as preconizadas pela norma culta. Essa possibilidade de construções com mesmo valor de verdade é o fenômeno da variação linguística. Vários foram os fatores identificados que explicaram a variação linguística nos textos escritos dos jornais analisados, como o distanciamento entre termos que mantêm entre si relações não apenas semânticas, mas principalmente morfológicas, como a concordância, principalmente a verbal. Em muitas situações, a inserção de termos entre o sujeito e o verbo provocam o distanciamento dos dois termos, implicando muitas vezes na “perda” da relação gramatical, resultando na não-obediência às regras gramaticais impostas. Além do distanciamento causado pela inserção de estruturas entre o sujeito e o verbo, a anteposição do verbo em relação ao sujeito também representa um fator que vulnerabiliza a estrutura linguística à variação. O mesmo acontece com casos de regência em que os termos são retomados por pronomes relativos, cuja estrutura é quase sempre inversão da ordem natural das estruturas. Em alguns casos de regência, além da inversão da ordem sintática, o valor semântico estabelecido pela preposição em relação ao termo regente e o regido foi o

elemento motivador da permuta dessa estrutura, resultando em novas “regras de regências”, ou pelo menos em regências aceitáveis.

Essas construções serviram também para evidenciar ainda mais que, por mais que tenha como objetivo a organização da língua e sua uniformidade, as regras impostas aos usuários dela muitas vezes não conseguem dar conta dos reais valores expressivos desses usuários, fazendo que com eles escolham ou construam novas estruturas. Todas, claro, dentro das possibilidades que a língua oferece. Além disso, este estudo permitiu a reflexão não apenas de como se dá o processo da escrita, suas características, mas também de como é possível relacionar os conhecimentos linguísticos naturais com os adquiridos por meio de regras e manuais, permitindo a conclusão de que todo processo linguístico necessita de um sistema normativo que vise não apenas à organização, mas à legibilidade, à homogeneidade; mas que também é fundamental a experimentação de novas estruturas, relações e formas, resultando tudo isso na transformação contínua da língua, que como já visto, é heterogênea, multifacetária e mutável.

Por fim, esta pesquisa serviu para mostrar que mais importante que “as regras” utilizadas para organizar os textos e não permitir os “erros”, é a expressividade e a criatividade do redator. Se a língua lhe oferece escolhas, ele pareceu – após investigação – ter feito a escolha com o propósito de conseguir um efeito mais expressivo. Este trabalho permitiu também que se compreendesse que o processo comunicativo, principalmente o que lida com o texto escrito, é complexo, mas perfeitamente executável, pois, a cada ocorrência analisada, percebeu-se o quanto o sujeito falante/redator constrói estruturas que não podem ser “desprezadas” só porque não correspondem a determinadas regras. Concluiu-se com isso, que antes da crítica à manifestação linguística de um sujeito falante, é necessária uma reflexão não apenas para que a ação posterior não seja o preconceito, mas, e principalmente, para que o pensamento leve o indivíduo a compreender a própria língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÉONG, Stanley. “Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica”. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Norma linguística**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUES, Antonio. **Língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BAGNO, Marcos (org.). **Norma linguística**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. **O preconceito linguístico: o que é como se faz?** 11. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Português ou brasileiro: um convite à pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2001.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37e. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. **Iniciação à Fonética e à Fonologia**. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMPEDELLI, Samira Yousseff; SOUZA, Jésus Barbosa. **Português: literatura, produção de textos e gramática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

COSERIU, Eugenio. **Teoria da Linguagem e Linguística Geral**. Rio de Janeiro/ São Paulo, Presença/ EDUSP, 1979.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariagela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de linguística**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

DUQUE, Paulo Henrique. “Competência comunicativa: Um novo paradigma para a análise do discurso”. Disponível em:
< <http://gelvarj.sites.uol.com.br/paradigma.html> > Acesso em 28 out 2007

ELIA, Silvio. **Sociolinguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense/EDUFF/PROED, 1987.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1979.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. **Gramática**. 19. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Positivo, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

HAGUETE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

KATO, Mary. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004.

LANGACKER, Ronald. **A linguagem e sua estrutura**. 2. ed. Petrópolis, Ed. Vozes: 1975.

LEMLE, M. ; NARO, A. J. **Competências Básicas do Português**. Mobral Mec, Rio de Janeiro, 1977.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa**. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

LOPES, Edward. **Fundamentos da linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1989.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, educação e linguagem: um percurso na história da linguística moderna**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna**. 11. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

_____. **Moderna gramática brasileira**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.

_____. **Novo manual de português**. 13. ed. São Paulo: Globo, 1990.

MACAMBIRA, José Reboças. **A estrutura morfo-sintática do português**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

MARCUSCHI, José Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Linguagem e classes sociais**. Porto Alegre: Movimento, 1975.

MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação à filologia e à linguística portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

MESQUITA, Roberto Melo. **Gramática**. São Paulo: Saraiva, 1999.

MOLLICA, Maria Cecilia. “Como o brasileiro fala, percebe e avalia alguns padrões linguísticos. In: HEYE, Jurgen (Org). **Flores Verbais**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PAVEAU, Marrie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da linguística**. Trad. Rosário Gregolin (Coord.). São Carlos: Clara Luz, 2006.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. Trad. de Marco Aurélio Fernandes Velloso. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

PRETI, Dino. **Sociolinguística: os níveis da fala**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 1994.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. “Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil” In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

RODRIGUES, Dinah de Araújo. **A concordância verbal na fala urbana de Rio Branco**. Campinas: 1997. Dissertação de Mestrado.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática: teoria e prática**. 28. ed. São Paulo: Harba, 2004.

SANTOS, Emmanuel dos. **Certo ou errado?** Atitudes e crenças no ensino de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

SANTOS, Márcia Angélica dos. **Aprenda análise sintática**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. (Trad. Antônio Chelin, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein) 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. “A morna do imperativo e o imperativo da norma” In: BAGNO, Marcos (Org.) **Linguística da norma**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. “Variação, mudança e norma”. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia do português**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SAMPSON, Geoffrey. **Sistemas de escrita: tipologia, história e psicologia**. São Paulo: Ática, 1996.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2003.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SITES CONSULTADOS:

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Alofonia>> Acesso em: 23 mar. 2008

<<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/marco/ue-compra-madeira-extraida-ilegalmente-do-brasil-afirma-greenpeace/>> Acesso em: 16 ago. 2008.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)